

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR

2004/2006

TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**O Exército e a Nova Ordem Política do Portugal
Constitucional**

**ABÍLIO AUGUSTO PIRES LOUSADA
MAJ INF**

Presidente do júri: TGEN, José Luís Pinto Ramalho

Arguente principal: COR INF, António Noé Pereira Agostinho

Arguente: MAJ ART, José Alberto Dias Martins

Arguente: MAJ CAV, José Miguel Moreira Freire

ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE ESSENCIALMENTE MILITAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL. AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O Professor/Orientador

PAULO JORGE LOPES DA SILVA
Major de Cavalaria

21 De Outubro de 2005

RESUMO

Ao longo da História de Portugal, o *Exército*, a par da Igreja Católica e da Universidade, tem tido um papel primordial na estruturação do Estado e na evolução da Nação, assumindo-se como a «força motriz» da *Ordem Interna*. Constatam-se esse facto particularmente no Portugal Contemporâneo, em que o Constitucionalismo, marca de um sistema gerado há cerca de 200 anos pelo Liberalismo, teve no Exército o actor indutor.

Na realidade, a Ordem tem sido mutável, em grande parte devido à interacção do Exército na conjuntura, o que é notoriamente visível em quatro acontecimentos específicos e fundamentais: no estabelecimento da Monarquia Constitucional, em 1820; na implantação da República, em 1910; na instauração da Ditadura Militar, em 1926, a que sucedeu a Civil; e na implementação da Democracia, em 1974.

Para a compreensão da intervenção do Exército na alteração da Ordem Política, partimos de uma complexa questão prévia: “*qual o papel desempenhado pelo Exército na ruptura da Ordem Política do Portugal Constitucional?*”, procurando perceber a existência de linhas de continuidade nas causas/motivações e no *modus operandi*, aquando dos «*momentos fortes*» abordados. Para o efeito, utilizamos uma metodologia assente numa abordagem multidisciplinar, que implica a História Política, a História Militar e a Estratégia, em que com as primeiras se analisa especificamente cada um dos quatro acontecimentos em estudo e com a terceira enquadra-se o fluir da base de entendimento, interna e externa, que cada Ordem encerra, colmatando, assim, hiatos entre cada um desses «momentos fortes».

Dessa forma, percebemos que nessas intervenções feitas pelo Exército conducentes à ruptura da Ordem vigente, as causas motivadoras foram políticas e militares de ordem externa e decorrentes da evolução da conjuntura nacional. O Exército, enquanto Instituição, actuou sectorialmente, em cooperação com outros ramos das Forças Armadas, ou interagindo com «forças» civis ou populares, dependendo dos acontecimentos, e influenciou também, no curto prazo pós-Ordem, no definir do Sistema Político para o qual contribuiu.

RÉSUMÉ

Au long de l'Histoire du Portugal, l'Armée, en conjoint avec l'Église Catholique et l'Université, a eu un rôle primordial dans la structure de l'État et dans l'évolution de la Nation, s'assurant comme la « force motrice » de l'*Ordre Interne*. On constate particulièrement ce fait au Portugal Contemporain, où le Constitutionnalisme, marque d'un système créé il y a près de 200 ans par le Libéralisme, a eu dans l'Armée l'acteur inducteur.

En réalité, l'Ordre a été mutable, en grande partie à cause de l'interaction de l'Armée dans la conjoncture, ce qui est très visible au long de quatre événements spécifiques et fondamentaux : dans l'établissement de la Monarchie Constitutionnelle, en 1820 ; dans l'implantation de la République, en 1910 ; dans l'instauration de la Dictature Militaire, en 1926, qui fut suivie de la Civil ; et dans l'implémentation de la Démocratie, en 1974.

Pour la compréhension de l'intervention de l'Armée dans le changement de l'Ordre Politique, partons d'une complexe question préalable : « *quel est le rôle tenu par l'Armée dans la rupture des Ordres Politiques Nationales?* », en recherchant percevoir l'existence de lignes de continuité dans les causes/motivations et dans le *modus operandi*, quand les « **moments forts** » ont été abordés. Pour cela, utilisons une méthodologie multidisciplinaire, qui implique l'Histoire (Politique et Militaire) et la stratégie, avec la première on analyse spécifiquement chacun des quatre événements en étude et avec la seconde on encadre la fluidité de la base de l'entente, interne et externe, que chaque Ordre renferme, colmatant, ainsi, ouvertures entre chacun de ces « *moments forts* ».

De cette manière, on comprend que dans ces interventions faites par l'Armée conduisant à la rupture de l'Ordre en vigueur, les causes motivantes ont été politiques et militaires de l'ordre externe et décourantes de l'évolution de la conjoncture nationale. L'Armée, en tant qu' Institution, a agi par secteur, en coopération avec les autres branches des Forces Armées, ou a interagi avec des « forces » civiles ou populaires, selon les événements, et a influé aussi, pendant le court délai post-Ordre, dans la définition du Système Politique auquel il a contribué.

LISTA DE ABREVIATURAS

<p>-BCç: Batalhão de Caçadores</p> <p>-CAPI: Corpo de Artilharia Pesada Independente</p> <p>-CCç: Companhia de Caçadores</p> <p>-CEE: Comunidade Económica Europeia</p> <p>-CEP: Corpo Expedicionário Português</p> <p>-CICA: Centro de Instrução de Condutores Auto</p> <p>-CIOE: Centro de Instrução de Operações Especiais</p> <p>-EFTA: Associação de Comércio Livre Europeu</p> <p>-Cmdt: Comandante</p> <p>-CSDN: Conselho Superior de Defesa Nacional</p> <p>-DGS: Direcção Geral de Segurança</p> <p>-DL: Decreto-Lei</p> <p>-CEMGFA: Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas</p> <p>-EN: Emissora Nacional</p> <p>-EPAM: Escola Prática de Administração Militar</p> <p>-EPC: Escola Prática de Cavalaria</p> <p>-EPE: Escola Prática de Engenharia</p> <p>-EPT: Escola Prática de Transmissões</p> <p>-EPI: Escola Prática de Infantaria</p> <p>-GML: Governo Militar de Lisboa</p>	<p>-GNR: Guarda Nacional Republicana</p> <p>-h: Horas</p> <p>-MUD: Movimento de Unidade Democrática</p> <p>-ONU: Organização das Nações Unidas</p> <p>-OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte</p> <p>-MFA: Movimento das Forças Armadas</p> <p>-MOFA: Movimento dos Oficiais das Forças Armadas</p> <p>-PAIGC: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde</p> <p>-PC: Posto de Comando</p> <p>-PCP: Partido Comunista Português</p> <p>-PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado</p> <p>-PM: Polícia Militar</p> <p>-PSP: Polícia de Segurança Pública</p> <p>-QG: Quartel-General</p> <p>-QP: Quadro Permanente</p> <p>-RA: Regimento de Artilharia</p> <p>-RAL: Regimento de Artilharia de Lisboa</p> <p>-RAP: Regimento de Artilharia Pesada</p> <p>-RC: Regimento de Cavalaria</p> <p>-RCP: Rádio Clube Português</p> <p>-RI: Regimento de Infantaria</p> <p>-RL: Regimento de Lanceiros</p> <p>-TCor: Tenente-Coronel</p>
--	--

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. O EXÉRCITO NO ADVENTO DO LIBERALISMO.....	6
1.1. O Conceito Estratégico Nacional do Início do Século XIX.....	6
1.2. O Exército do Ocaso do Absolutismo	9
1.3. O Pronunciamento Militar de 24 de Agosto de 1820.....	13
1.4. Síntese	17
2. O EXÉRCITO E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA.....	18
2.1. O Conceito Estratégico da Monarquia Constitucional.....	18
2.2. O Exército no Crepúsculo da Monarquia.....	21
2.3. O Exército e a Insurreição Armada de 5 de Outubro de 1910	25
2.4. Síntese	30
3. O EXÉRCITO E A INSTAURAÇÃO DA DITADURA MILITAR.....	31
3.1. O Conceito Estratégico da Primeira República.....	31
3.2. O Exército Republicano e a Participação na Grande Guerra	33
3.3. A Revolta Militar de 28 de Maio de 1926.....	39
3.4. Síntese	43
4. O EXÉRCITO E A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA.....	44
4.1. O Conceito Estratégico do Estado Novo.....	44
4.2. O Exército e a Guerra do Ultramar	48
4.3. O Golpe de Estado Militar de 25 de Abril de 1974.....	53
4.4. Síntese	59
5. ANÁLISE CONCLUSIVA	60
BIBLIOGRAFIA.....	65
APÊNDICES	
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

À semelhança do que acontece no Sistema Político Internacional, no Sistema Interno também a Ordem é mutável. Em Portugal, as razões de substituição da Ordem vigente decorreram de factores diferenciados e de actores vários, prevalecendo, contudo, as rupturas político-sociais em que as militares, particularmente do Exército, desempenharam um papel central. Esta situação é verificável no Portugal Constitucional (1822-2005), em que houve, até à actualidade, dois Regimes Constitucionais – o Monárquico, de 1822 a 1910, e o Republicano, de 1910 até ao presente –, durante o qual vigoraram quatro Sistemas Políticos: a Monarquia Constitucional, de 1822 a 1910; o Parlamentarismo Republicano, de 1911 a 1926; a Ditadura Militar, a que se seguiu o Estado Novo, entre 1926 e 1974; o actual Sistema Semi-Presidencialista, com início em 1976.

1.1. Objectivo da Análise e Definição do Problema

Pretende-se com este tema fundamentar, numa perspectiva comparativa, a actuação/postura do Exército nos seguintes acontecimentos: no Pronunciamento Militar ocorrido no Porto, em 24 de Agosto de 1820, que favoreceu o Liberalismo; na Insurreição Armada de Lisboa, de 5 de Outubro de 1910, que substituiu a Monarquia pela República; na Revolta Militar iniciada em Braga, em 28 de Maio de 1926, que instaurou a Ditadura Militar e viabilizou o Regime do Estado Novo; no Golpe de Estado Militar perpetrado em Lisboa, em 25 de Abril de 1974, que viabilizou o Sistema Democrático¹.

As mudanças ocorridas contaram com a participação activa e indutiva do Exército ou, pelo menos, de elementos/categorias que o enformam, visualizando cada um dos acontecimentos de acordo com as causas/motivações que a eles conduziram, a interacção do Exército com outras instituições e com estratos sociais e o *modus operandi*. Assim, vamos fazer a sua caracterização na época que antecede a substituição da Ordem Política Nacional, ou seja, a organização, o dispositivo, a implantação territorial e as estratégias de emprego das forças, o relacionamento com o poder estabelecido, a sua consciência corporativa e social, as razões e a forma de intervenção contra a Ordem vigente e a sua inserção na nova Ordem.

¹ É importante referir que na temática abordada teria cabimento o Pronunciamento Militar efectuado pelo Marechal-Duque Saldanha em 1851 que, com origem no Porto, conduziu à Regeneração. Tratou-se de um acontecimento de contornos semelhantes aos verificados com o 24 de Agosto de 1820, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974. A sua não inclusão no trabalho resulta da manifesta falta de espaço paginal.

1.2. Justificação e Interesse do Tema

O tema que nos propomos estudar surgiu de momentos de reflexão pessoal sobre o Exército Português e o seu papel institucional na actual conjuntura nacional e internacional. Os conhecimentos adquiridos no campo da História conduziram a um paralelismo com o passado recente, que permitiu perceber o papel da Instituição no Portugal Contemporâneo, um longo período histórico de onde sobressaem correlações entre os poderes político e militar, nem sempre convergentes, onde o protagonismo do Exército na ruptura da Ordem Interna é um facto.

A frequência do Curso de Estado-Maior e a possibilidade de proposta de um tema para o Trabalho Individual de Longa Duração foi a oportunidade para concretizar as reflexões havidas. É verdade que académicos e militares de renome escreveram obras de referência sobre a dialéctica Poder Político/Poder Militar, muitas das quais constam da bibliografia citada para a elaboração deste trabalho. Contudo, a eventual originalidade do tema assenta num conjunto de factores interrelacionados, a saber: a abrangência do período histórico (1777-1974); a especificidade dominante do objecto do estudo, o Exército Português; a simultaneidade das áreas científicas utilizadas, a Histórica e a Estratégica; as causas motivadoras da acção de ruptura da Ordem vigente; a objectivação actuante dos «momentos fortes» em análise.

Assim, conhecer o contributo que o espaço institucional que servimos teve nos desígnios nacionais do passado recente permite a compreensão da realidade que atravessamos, o que constitui não só uma obrigação profissional como um dever moral e de cidadania de cada um. Esperamos que este trabalho seja um modesto contributo nesse sentido.

1.3. Delimitação e Metodologia do Estudo

O estudo centra a atenção no Exército: enquanto Instituição estatal e inserto numa determinada conjuntura nacional, com uma organização, implantação territorial, missão, sistema de forças e «mentalidade» concretas; relacionamento com os órgãos dirigentes do Estado e com a sociedade; envolvimento e prova de força nos acontecimentos que marcaram a ruptura da Ordem Política em vigor; inserção na Ordem resultante dos «momentos fortes».

No âmbito da metodologia a base de estudo será multidisciplinar, implicando a História Política, a História Militar e a Estratégia. Assim, e porque o Exército só pode ser percebido e compreendido nas suas características através do conhecimento histórico, acompanhar-se-á, cronologicamente, o rumo dos acontecimentos, datando-os e inserindo-os de forma faseada em cada acontecimento específico a tratar. Concretamente, através da componente política da História analisaremos os regimes e os sistemas políticos constituídos em Portugal em cada fase; com a componente militar da História, caracterizaremos o Exército, nas várias vertentes. A Estratégia

permitirá acompanhar a evolução do Conceito Estratégico Nacional ao longo das duas centúrias que envolvem o tema, enquadrando o fluir da base de entendimento que cada Ordem encerra, bem como colmatar o vazio entre cada «momento forte». Deste modo, com a Estratégia interpretamos a História nacional e internacional e ligamos de forma coerente cada uma das quatro épocas que precedem a ruptura da Ordem.

A questão central do estudo passa por identificar **qual o papel desempenhado pelo Exército na ruptura da Ordem Política do Portugal Constitucional?**

Colocada esta questão macro, apresentamos as **Derivadas**, a que daremos resposta ao longo do texto:

- Por que se envolveu o Exército contra a Ordem estabelecida?
- Como actuou o Exército no terreno em cada um dos «momentos fortes»?
- Como se inseriu o Exército na nova Ordem para a qual contribuiu?

Lançadas as questões derivadas, surgem as **Hipóteses de Trabalho** implicitamente dominantes neste estudo, cuja validação será concretizada nas conclusões:

- O Exército teve uma participação activa, em maior ou menor grau, desde a fase conspirativa às acções de ruptura do Sistema Político instituído;
- O Exército não foi «agente» isolado enquanto fautor de nova Ordem;
- No conjunto dos «momentos fortes» existem pontos de convergência nas causas motivadoras do envolvimento do Exército que indiciam uma linha de continuidade;
- Os «momentos fortes» tiveram uma durabilidade temporal e uma oposição variável, de acordo com especificidades constantes do local das sublevações e a coesão das forças em confronto;
- O Exército foi a Instituição charneira no conjunto das Forças Armadas;
- As operações no terreno contra as forças dos regimes originaram confrontos *inter pares*;
- No *day after* aos «momentos fortes», o Exército influenciou, directa ou indirectamente, na conjuntura política.

Para a feitura do trabalho, os principais apoios foram: livros e artigos de historiadores e pensadores de reconhecida credibilidade da actualidade que se debruçaram sobre assuntos, que concorrem para o tema, no todo ou em parte; um documentário televisivo sobre a figura de Salazar; personalidades que observaram *in loco* os acontecimentos e que deixaram na forma descritiva o seu testemunho; relatórios redigidos por «actores» que viveram e influíram na Ordem; alguns documentos oficiais publicados; três entrevistas, feitas a individualidades que estudaram

ou viveram os acontecimentos, concretamente o Major-General Freire Nogueira, o Coronel Marques Júnior e o Professor Doutor António Telo.

1.4. Corpo de Conceitos

Os conceitos essenciais para a caracterização dos «momentos fortes» descritos são:

- **Golpe de Estado:** *“é uma acção clandestina de um grupo restrito contra a autoridade de facto e em que aquele grupo, actuando com rapidez e aniquilando ou neutralizando determinadas personalidades que desempenham funções de chefia fundamentais, consegue ocupar posições-chave e apoderar-se do poder. É uma acção que não envolve as massas, isto é, é a acção de uma elite. Embora os preparativos de um golpe de Estado possam ser demorados, a sua execução é rápida e súbita”* (Couto, 1988, p. 157).

- **Insurreição Armada:** Derivada do Conceito de Guerra Insurreccional, podemos entendê-la por *“uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o poder político constituído”* (EME, 1966 a, cap. I, p. 4).

- **Pronunciamento:** *“(…) intervenção de oficiais de carreira e de unidades, ou de fracções de unidades regulares, que pretendem substituir um governo ou um regime sem violência. (...) não depende de forças estranhas ao exército de 1ª Linha e normalmente rejeita a sua colaboração”* (Valente, 1997, 9). O autor acrescenta ainda que *“quando um exército «fiel» avançava contra os pronunciados, ou se desfazia por si, como aconteceu em 1820 (...), ou os pronunciados tinham de experimentar a sua solidez”* (1997, p. 15).

- **Revolução:** *“Normalmente, uma revolução é um levantamento popular explosivo-súbito, breve, incontrolado e não planeado (...). É um «acidente», que pode ser explicado «à posteriori», mas dificilmente previsível. O mais que se pode notar é a existência de um «clima» favorável a uma situação revolucionária, embora se não possa prever, como e quando ocorrerá. Numa revolução as massas populares começam a agitar-se e a movimentar-se e só depois aparecem os chefes, a procurarem orientar os movimentos e a explorar as oportunidades que se oferecem”* (Couto, 1988, p. 157).

- **A Revolta Militar** é *“(…) um levantamento militar, em que a totalidade ou uma fracção importante das forças militares procura derrubar pela força a autoridade de facto. É ainda uma acção de elites, mas com uma base maior”* (Couto, 1988, p. 157-158).

1.5. Índice Explicativo

O corpo do texto compreende cinco capítulos. Assim, feita a introdução segue-se o capítulo dois, que centra o Exército no advento do Liberalismo: o enquadramento é feito por recurso à Evolução do Conceito Estratégico entre a queda do Marquês de Pombal (1777) e a Constituição de 1822; depois, caracterizamos a Instituição no período pós-Invasões Francesas, isto é, o «Exército de Beresford»; por fim, acompanhamos, no terreno, a actuação castrense que conduziu ao ocaso da Monarquia Absoluta em Portugal.

O terceiro capítulo foca a atenção nos acontecimentos que conduziram à implantação da República: o enquadramento estratégico percorre a era da Monarquia Constitucional, desde a independência do Brasil, em 1822, até 1910; segue-se a caracterização do Exército nos últimos 25 anos da Monarquia; encerramos com a postura institucional e sectorial do Exército em toda a envolvente que marcou, com epicentro na Rotunda, o fim da dignidade real no nosso País.

O quarto capítulo objectiva a inserção do Exército na 1ª República, com destaque para a forma como contribuiu para a instauração da Ditadura: o Conceito Estratégico releva, fundamentalmente, nas razões que estiveram na base da participação de Portugal na Grande Guerra; do mesmo modo, a caracterização do Exército centra-se na intenção reformadora dos republicanos, nas vicissitudes da sua participação na Guerra Europeia e no pós-Guerra; o «momento forte» da actuação militar contra o regime republicano percorre a marcha dos acontecimentos desde Braga, em 28 de Maio de 1926, até Lisboa, em 11 de Julho.

O quinto capítulo versa sobre os contributos do Exército para a democratização do Sistema Político: o Conceito Estratégico examinado é o do Estado Novo, desde 1933 a 1974; a caracterização do Exército, embora considerada desde as reformas de 1937, especifica as decorrentes do envolvimento na Guerra do Ultramar; a «Operação Fim-Regime», de 25 de Abril de 1974, é o «momento forte» dissecado.

No final de cada capítulo fazemos uma síntese analítica sobre as causas, políticas e militares, a nível interno e externo, o grau de abrangência, de empenhamento e o *modus operandi* do Exército, os objectivos preconizados e a Ordem resultante de cada «momento forte».

Nas conclusões, o enfoque vai para a análise comparativa das provas de força do Exército contra a Ordem estabelecida; conseqüentemente, materializaremos as hipóteses de trabalho avançadas e sistematizaremos as questões que possam surgir e/ou sejam deixadas em «aberto»; a questão central **qual o papel desempenhado pelo Exército na ruptura da Ordem Política do Portugal Constitucional?** será objectivamente respondida.

2. O EXÉRCITO NO ADVENTO DO LIBERALISMO

A 24 de Agosto de 1820 ocorreu um Pronunciamento no Porto, no seguimento de uma conspiração urdida e planeada por uma associação secreta liberal, o Sinédrio, pautado por uma laboriosa e disciplinada conduta das operações por oficiais de «alta patente» do Exército e caracterizado pela ausência deliberada das massas populares. O sucesso do Pronunciamento no Norte alastrou depois a Lisboa, onde o levantamento de caserna de algumas unidades militares, a 15 de Setembro desse ano, e a «ingerência» da população, permitiram a instauração do Liberalismo e do Constitucionalismo em Portugal.

2.1. O Conceito Estratégico Nacional do Início do Século XIX

O sucesso da Restauração abriu a Portugal um mundo novo e com novas realidades a que o País teria de se adaptar e que enfrentar. De facto, a grandiosidade da Dinastia de Avis tornou-se uma miragem, as disposições de Tordesilhas caducaram e a rota do Cabo «cedeu passo» ao Atlântico. Deixando de contar como grande potência na Europa, a política externa portuguesa passou a gravitar à volta da inglesa, procurando pautar as suas orientações nesse domínio por um não envolvimento nos conflitos europeus, exceptuando quando estivesse em causa a soberania política na Península e no Império, o que nem sempre foi possível garantir. No continente, a fragilidade interna portuguesa “*servia à França de frente de diversão anti-espanhola e testa de ponte no continente para a Inglaterra*” (Martínez, 1992, p. 159).

Para prover a segurança do Estado e o incremento do bem-estar e progresso social, a Grã-Bretanha tornou-se para Portugal um parceiro quase estrutural. Realmente, o posicionamento político e militar português nos conflitos internacionais surge invariavelmente ligado ao britânico, como aconteceu com a Guerra da Sucessão de Espanha e, mais tarde, na Guerra dos Sete Anos. A dependência económica foi outra evidência, visível com a permissão concedida ao aliado para comercializar directamente com o Brasil, o que retirou a Lisboa a prerrogativa de intermediário comercial. O Tratado de Methuen, celebrado com a Inglaterra (1703), formalizou essa dependência económica.

Apesar de tudo, a posição portuguesa nos planos geopolítico e comercial permaneceu relevante, pois manteve as feitorias da costa Ocidental e da Oriental de África e tinha o Brasil, que se tornou a «jóia da Coroa», já que o seu filão passou a constituir a base económica da nossa política. Secundando Oliveira Marques, foi o Brasil “*que em grande parte levou à separação da Espanha em 1640. Foi o Brasil que deu a Portugal os meios de se conservar independente depois,*

e que justificou o apoio concedido pelas outras potências à secessão portuguesa” (1986, p. 371). Brasil que, em 1697, cresceria de importância com a descoberta de ouro no interior do sertão, de que beneficiaram os reinados subsequentes ao de Dom Afonso VI.

O longo reinado de Dom João V, caracterizado pela opulência e a grandiloquência da Coroa, norteou-se por uma relativa acalmia externa; com Dom José e o «consulado» do Marquês de Pombal, as notas dominantes foram a autoridade do Trono, no âmbito interno, e a afirmação da soberania, na vertente externa, na procura de esconjurar a excessiva ingerência britânica.

A morte de Dom José e o afastamento do Marquês de Pombal (1777), quase coincidentes com a Revolução Americana (1776) e o deflagrar da Revolução Liberal em França (1789), iniciaram uma sucessão de acontecimentos que colocaram à prova as linhas mestras da política externa portuguesa: a não emiscuência nos conflitos europeus, mediante uma postura de neutralidade; o afastamento estratégico voluntário em relação ao poder terrestre fronteiriço, a Espanha, através da afirmação da vocação marítima do País; o Atlântico como espaço estratégico estrutural, assente no «triângulo» Metrópole-Angola-Brasil; uma estreita ligação à Inglaterra.

A realidade é que a exportação das ideias liberais francesas, que sobressaltaram os dogmas absolutistas do Antigo Regime na Europa, mergulharam o continente numa guerra ideológica, a que, posteriormente, Napoleão emprestou uma racionalidade política assente numa luta de soberanias. De permeio, Portugal viu-se posicionado no caminho das grandes potências, face ao conflito que envolveu a Inglaterra e a França. Incapaz de persuadir ou impor a neutralidade desejada, sobreveio o dilema perante a atitude a tomar. A ambiguidade foi, inicialmente, a conduta marcante da política externa do Governo, que procurou assumir compromissos de circunstância, onde foi notória a ausência de uma estratégia de afirmação na conjuntura europeia. Assim, obrigado a delimitar o seu campo de interacção, Portugal foi obrigado a escolher entre a aproximação à potência continental (França) e a manutenção do secular entendimento com a potência marítima (Inglaterra).

Deste modo, Portugal era, no início do século XIX, uma Monarquia sitiada, dependente dos interesses de Londres e de Paris (Gonçalves, 2003, p. 1142). A escolha do campo francês, onde pontificava a Espanha, implicava o conflito marítimo com a Inglaterra, que fazia perigar as possessões ultramarinas e a perda das vantagens comerciais emanadas do Atlântico, essenciais para a solvência económica do Reino; conservar a aliança inglesa conduziria, inevitavelmente, à invasão do território nacional pelos franceses e espanhóis, constituindo para estes uma oportunidade para alcançar a unicidade ibérica.

Como a França exigiu o Bloqueio Continental à Inglaterra, fórmula encontrada para a estrangular economicamente, e a Inglaterra necessitava da aliança portuguesa para conduzir um

ataque de flanco ao bloco franco-hispânico, mediante o estabelecimento de bases no território continental e nas ilhas atlânticas, a neutralidade portuguesa tornou-se impossível de manter (Ribeiro, 2004, p. 53)². Desta forma, como refere José Hermano Saraiva “*o dilema era o da morte por asfixia ou por invasão*” (1998, p. 264).

Decidida a adesão à causa britânica, o País foi invadido, por três vezes, pelas tropas napoleónicas, contando então com o auxílio político e militar do aliado insular. Consumava-se, desta forma, a invasão militar pela França, a partir de 1807, e a política pela Inglaterra, fazendo de Portugal o teatro de operações no confronto anglo-francês.

O fim da guerra, assinalado na Europa com o Tratado de Viena (1815), mostrou um Portugal depauperado, com os campos talados, a agricultura arruinada e a actividade comercial paralisada, situação agravada pela não compensação internacional do esforço de guerra português, onde nem sequer Olivença foi recuperada. Mas, um facto de consequências mais profundas e duradouras para o futuro próximo da Nação merece ser referenciado: a ida da Corte para o Brasil.

A Corte, ao abandonar Lisboa e ao permanecer durante catorze anos no «outro lado» do Atlântico (1807-1821), induziu um conjunto de ocorrências de que se destacam: Portugal tornou-se num campo de batalha de excelência para a Inglaterra combater os franceses; os ingleses, vencedores da Guerra Peninsular, não fizeram menção de abandonar o território lusitano e assumiram, paulatinamente, o governo da Nação, o controlo institucional e o comando do Exército, tornando-se Beresford no senhor absoluto do País; o Brasil adquiriu primeiro a autonomia económica e clamou depois pela emancipação política; Lisboa viu-se substituída pelo Rio de Janeiro como capital do Império³.

Com esta situação, criou-se um «caldo de cultura» revolucionário assente numa crescente insatisfação social, que fomentou a organização de facções antagónicas no País. Na verdade, os defensores do liberalismo francês, marginalizados pelos apoiantes do proteccionismo britânico, sentem o evoluir de uma vaga de fundo favorável aos seus desígnios, exponenciada pela violência da repressão de Beresford aos conjurados de 1817.

Portanto, em 1820, Portugal vivia uma crise multisectorial: política, devido à ausência no Brasil dos Bragança, percebendo-se uma inversão de papéis entre o «estatuto» de metrópole e de colónia nos dois territórios oceânicos; ideológica, pois o absolutismo passou a ser visto como decrépito e contestado em largas franjas da sociedade; económica, decorrente da emancipação

² Pressionado pelos dois rivais, Portugal tergiversou, sendo invadido pela Espanha, em 20 de Maio de 1801, de que resultou a perda de Olivença, para a Espanha, com a Guerra das Laranjas, e terras a Norte do Brasil, para a França, que as juntou à Guiana.

³ Em 1816, o Brasil foi elevado à condição de Reino, mediante a formulação do Reino de Portugal, do Brasil e do Algarve, «arranjo» encontrado pelo príncipe Dom João para manter intacto o Império.

comercial do Brasil, que retirou a Lisboa a condução do tráfego comercial; militar, porque os oficiais portugueses foram sucessivamente preteridos face aos ingleses, na progressão da carreira e na ocupação dos altos cargos da hierarquia (Saraiva, 1998, pp. 275-276). A motivação externa para o Pronunciamento veio de Espanha, onde um golpe militar, ocorrido em Cádiz, em Março desse ano, impôs um regime constitucional ao rei Fernando VII. Por isso, “(...) *a plataforma do revolucionarismo vintista, discretamente anti-britânica, epidermicamente anti-brasileira e vagamente afrancesada (...)*” forçou o liberalismo em Portugal (Maltez, 2004, p. 165).

2.2. O Exército do Ocaso do Absolutismo

Tida como a fatora da independência, a nobreza de espada da Restauração assumiu um protagonismo impar no Reino, que lhe garantiu privilégios sociais, a proeminência no exercício de funções governativas e a exclusividade do comando militar. Data deste período a fixação do esquema de organização militar «Sebástico» (Oliveira e Silva, 1997, pp. 46-48) que, no essencial, perdurou até ao século XIX e que reflectia a estrutura social da Nação: o Exército de Linha, de carácter permanente, onde pontificavam os militares de carreira, sendo o corpo de oficiais composto invariavelmente por elementos da nobreza e os soldados em número variável de acordo com as necessidades exigidas em situações de conflito; as Ordenanças, enquadradas pelos dignatários locais proeminentes, que serviam de fonte de recrutamento para o Exército de Linha; os Terços de Auxiliares (as Milícias do período da Guerra Peninsular), enformado pelas classes intermédias e só mobilizáveis em caso de extrema necessidade, o que lhes permitia manter a sua actividade quotidiana e o seu estatuto social (Rodrigues, 1935-36, pp. 537-538).

Depois, finda a Guerra da Sucessão de Espanha (1715), o Exército entrou num estado de letargia, com a guerra a ser encarada com «punhos de renda» e as obrigações militares entendidas como desprezíveis e desprestigiadas. Caberia ao terramoto de 1755 e à Guerra dos Sete Anos evidenciarem a situação caótica a que tinham chegado as tropas portuguesas, situação que impeliu o Marquês de Pombal a tomar medidas de urgência, encetando reformas profundas no aparelho militar. A tarefa de reorganização militar coube a um General prussiano de prestígio, o Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, cujas reformas deixaram marcas duradouras, ao nível do planeamento estratégico, concepção táctica, sistema de forças e seu emprego, modernização técnica, sistema de recrutamento e esquema de mobilização (Barrento, 2000, pp. 277-282). De tal forma que “*a instituição militar autonomizou-se, consolidara-se burocraticamente, ao mesmo tempo que os militares se afirmavam do ponto de vista social e corporativo*” (Marques, 1999, p. 35). Vislumbra-se, então, um espírito de corpo castrense que marcará a sua individualização no tecido social e institucional.

No entanto, regressado o período de paz e depois de Lippe cessar funções em Portugal (1767), o laxismo, a desordem e a indisciplina militares voltaram-se a instalar, reiniciando-se o seu declínio, situação que se tornou bem visível no fracasso da Campanha do Rossilhão (1793-1795) e no desastre da Guerra das Laranjas (1801) (Lousada, 2000, p. 25).

Na iminência da ofensiva napoleónica a Portugal, Miguel Pereira de Forjaz procurou encetar, em 1806 e 1807, a reorganização do Exército. Para o efeito, criou as Divisões do Norte, Centro e Sul, constituídas por 12 Brigadas de Infantaria, 12 Regimentos de Cavalaria e 4 de Artilharia; organizou 48 Regimentos de Milícias e 24 Brigadas de Ordenanças⁴; todos os homens dos 17 aos 40 anos passaram a estar obrigados ao recenseamento militar. Diz-nos Vitoriano César que “*um tal sistema de recrutamento, se tivesse sido posto em prática em toda a sua plenitude, permitiria uma organização respeitável das nossas forças militares*” (1909, p. 524). Estas medidas não estavam, porém, ainda em plena execução quando Junot se acercou do território português. À última hora, na maior confusão, ordenou-se o alistamento de 14 000 recrutas em Lisboa (Selvagem, 1991, p. 496). Mas não havia ilusões quanto à capacidade de resistência, tanto mais que a Casa Real, que se ausentou nesse momento para o Brasil, deixou instruções para que as tropas francesas não fossem afrontadas.

O desenlace da campanha napoleónica em terras lusitanas é conhecido; não conduzindo pessoalmente as operações, as tropas do imperador foram rechaçadas por três vezes, um feito de armas resultante do comando e organização militar desenvolvidos pelo marechal inglês Carr Beresford, da condução das tropas luso-britânicas em campanha pelo Duque de Wellington e do “*levantamento em massa dos camponeses em Portugal*” (Barata, 1996, p. 478).

Terminada a guerra, com o País devastado, as populações no limiar da sobrevivência, as instituições desarticuladas e a realeza ausente, restava o Exército como corpo nacional credível e normalizador. Um Exército que Beresford, em face da ausência tutelar do Estado, modernizou, profissionalizou e adestrou em moldes britânicos, tornando-o no baluarte nacional, no motor do desenvolvimento social e no suporte de uma espécie de ditadura militar de que se tornou arauto em Portugal.

Em 1814, Beresford iniciou a transformação de um exército de guerra em exército de paz, materializada em 1816, numa altura em que o seu poder estava consolidado e formalmente instituído, pois o rei nomeara-o, nesse ano, Marechal-General de Portugal. Assim, para o Exército de Linha estipulou 57 229 soldados e 677 solípedes (Selvagem, 1991, p. 531) e 6 000 quadros, onde pontificavam mais de três centenas de oficiais ingleses (dos quais 13 oficiais generais e 15 coronéis), acrescidos de 48 Regimentos de Milícias (Nogueira, 2004, p. 155). Estes efectivos

⁴ Anexo A.

estavam organizados em 6 Divisões constituintes do Exército de Linha, cada qual com 2 Brigadas de Infantaria, 2 Batalhões de Caçadores e 1 Brigada de Cavalaria; o dispositivo nacional contava ainda com 4 Regimentos de Artilharia e um Corpo de Engenheiros⁵. Na divisão territorial do Reino são estabelecidos 24 Distritos de Ordenanças, sendo em cada um deles recrutados um Regimento de Infantaria, um de Cavalaria e um Batalhão de Caçadores; em cada seis Distritos recrutava-se um Regimento de Artilharia (Carvalho, 1993, p. 22).

Estas seis divisões foram posicionadas territorialmente por Beresford em obediência a um conceito estrutural de defesa estratégica, ou seja, nas linhas de invasão do País (Nogueira, 2004, p. 155)⁶. Beresford tornou-se comandante de todo o corpo militar, atitude em que estava implícita a garantia do poder face a possíveis inimigos internos. Este contingente era, em tempo de paz, uma força de dimensões incomensuráveis, nada consentânea com a tradição do País, pois os objectivos de segurança «marginalizavam» os do bem-estar social (Nogueira, 2004, pp. 155-156), bem patente no erário público que absorviam, concretamente 75% (Saraiva, 1998, p. 275).

A militarização do País passou a ser amplamente criticada pelos opositores do marechal, sendo o alerta lançado precisamente a partir de Londres, através do periódico O Correio Braziliense, nº 103, de Dezembro de 1816, onde escreveram que os membros dirigentes do País “«*devem exercitar toda a autoridade sobre a tropa; porque a força armada não é senão um apoio do governo civil. De contrário virá Portugal pelo tempo adiante a perder as suas leis e costumes ficando tudo sujeito ao militar*»” (Marques, 1999, p. 38). Estava lançado o mote para o diferendo entre a sociedade civil e o poder militar, com as elites a manifestarem, em surdina, o seu desagravo para com a situação vivida. Este descontentamento começou a ser aproveitado pelos defensores das ideias liberais, que se reuniam secretamente nas Lojas Maçónicas de Lisboa e Porto. Secretamente porque, com as invasões francesas e o regime de Beresford, a Maçonaria tornou-se proscrita, sendo a sua actividade tida como traição à Pátria (Marques, 1995, p. 46).

Acrescente-se que as reformas militares foram ainda mais longe, mexendo na mentalidade castrense nacional: procurou esbater o acesso à carreira das armas e a ascensão hierárquica fundamentados pela origem social e os bens adquiridos em detrimento da competência profissional ou da formação escolar obtida; reduziu as prerrogativas arbitrárias dos capitães-mores e autoridades locais no sistema de recrutamento, retirando-lhes a influência sobre as populações; os aquartelamentos fixaram-se nos aglomerados urbanos, afastando as tropas das zonas rurais; a colocação dos oficiais pelas unidades deixou de obedecer à inserção de cada um na sua localidade de origem; os comandantes das grandes unidades passaram a depender directamente de Beresford;

⁵ Anexo B.

⁶ Anexo C.

as obrigações militares dos cidadãos deixaram de ter um tempo definido, apesar de se nortear pela faixa etária dos 17-30 anos (Marques, 1999, pp. 38-39 e 47-48).

Enfim, convenhamos que a organização militar preconizada por Beresford era estrategicamente fundamentada em termos de implantação territorial, sustentada em termos de segurança e defesa e coerente quanto ao acervo legislativo respeitante ao pessoal, onde a disciplina constituía a trave mestra. No fundo, o que comandante supremo do Exército Português procurou criar foi um Exército profissional ao serviço do Estado e não de mero usufruto do rei, razão pela qual passou a depender do governo e não do monarca (Ribeiro, 2004, p. 64).

Contudo, se as exigências da guerra contribuíram para a crescente profissionalização do Exército e lhe deram o estatuto de «farol» da sociedade, secundarizando as atribuições governativas do poder civil, o facto de os oficiais ingleses ocuparem os postos-chave dentro da estrutura militar, favoreceu um clima de tensão castrense, agravado pela renitência de muitos oficiais portugueses em aceitarem as normas institucionais exigidas por Beresford. Desta forma, com o poder civil esvaziado pelo militar, os liberais maçons a conspirarem contra o livre arbítrio do «Estado militar» de Beresford, os oficiais portugueses reduzidos a meros quadros subsidiários da hierarquia britânica, a burguesia insatisfeita com a escassez do tráfego comercial brasileiro e o esvaziamento da orientação monárquica, estava aberta uma crise nacional. Dentro do Exército, as consciências agitaram-se e sucederam-se “*as reivindicações e os protestos corporativos (..) ganhando um crescente conteúdo nacionalista e político*” (Marques, 1999, p. 40), originando a conspiração de 1817, perpetrada por um conjunto de oficiais e instigada pela Maçonaria, com o General Gomes Freire de Andrade (Grão-Mestre da Ordem) à cabeça. A repressão, que originou os Mártires do Campo de Santana, acabou por não aplacar a situação.

Falhada a conspiração militar, seguiu-se a civil. Assim, em Janeiro de 1818, surgiu no Porto uma organização secreta de cariz liberal, o Sinédrio, constituído por homens de leis, letras e negócios, muitos membros da Maçonaria. Este «clube», inicialmente com oito elementos, destacando-se as figuras dos desembargadores Fernandes Tomás e de Ferreira Borges, tinha como perspectiva acompanhar e analisar a situação político-social no País e em Espanha, de forma a assumir o controlo de um eventual processo revolucionário caso este rebentasse (Pata, 2000, pp. 28-29). Mas o Sinédrio cedo compreendeu que era imprescindível obter o apoio do Exército, se pretendesse afrontar directamente a *Nomenclatura*. Por seu lado, os oficiais avessos ao regime vigente, depois do fracasso do ano anterior, compreenderam a necessidade de “*ultrapassar os limites das reivindicações corporativas, sair do âmbito militar, para poder derrubar Beresford e mudar a situação existente no Exército*” (Marques, 1981, p. 226).

Por esta via, a partir de meados de 1820, através dos contactos entre o Sinédrio e oficiais do Porto, a conspiração tornava-se abrangente, materializada com a adesão ao «clube» do Coronel de Milícias do Porto, Castro Abreu, e do Coronel comandante do RI 18, Bernardo Sepúlveda; (Valente, 1997, p. 59). Posteriormente, foram admitidos ou envolvidos na conjura o Marechal de Campo Gaspar Teixeira, o Coronel Cmdt do RA 4, Sebastião Cabreira, o Brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca e um conjunto de oficiais superiores com funções de comando. Angariaram ainda a anuência do Coronel António da Silveira, um militar aristocrata fundiário do Norte que, com a sua influência, serviria de garantia para a obtenção da simpatia popular para com o movimento, a adesão das milícias e ordenanças do Norte e a neutralização de eventuais grupos sociais não convergentes com as intenções do Sinédrio (Marques, 1981, p. 226).

Entretanto, os objectivos dos conspiradores alargaram-se, consubstanciando a ilegitimidade governativa do Conselho de Regência, o afastamento de Beresford do comando do Exército, o fim da influência inglesa no País, a exigência do regresso do Rei do Brasil, para assumir as suas responsabilidades nacionais, e a convocação de Cortes, destinadas a redigir uma Constituição e a eleger um Governo representativo da Nação. Estas linhas programáticas contaram com o apoio dos militares envolvidos, porquanto satisfazia as suas reivindicações de classe e corporativas e, com a mudança de regime e o regresso do soberano, permitiam-lhes colocar a espada ao serviço directo da Monarquia. No fundo, procurava-se *“libertar Portugal de uma dupla dependência colonial, em relação aos ingleses e em relação ao Brasil”* (Cardoso, 1997, p. 44).

2.3. O Pronunciamento Militar de 24 de Agosto de 1820

Aproveitando a ausência de Beresford no Brasil, onde se deslocou a despacho com Dom João VI, e depois de os oficiais ingleses serem intimados à passividade, deflagrou no Porto o Pronunciamento. Na manhã de 24 de Agosto, as unidades de Linha da guarnição da cidade (RI 18, BCç 6 e RA 4), Milícias e Polícia do Porto e Milícias da Maia formaram em parada no Campo de Santo Ovídio (Valente, 1997, p. 60). Aí, perante a tropa, a quem prometeram a recuperação da dignidade perdida, o General Sepúlveda e o Coronel Cabreira leram «O Manifesto aos Portugueses», que continha os objectivos do acto: *“salvar a Pátria (...); manter a ordem e impedir os tumultos e a anarquia; criar um Governo Provisório e de confiança que deverá convocar as Cortes para que estas façam uma Constituição (...); conservar o rei e guardar a «Santa Religião»”* (Marques, 1981, p. 224).

De seguida, os notáveis da cidade, deliberaram a constituição de uma Junta Provisional destinada a governar o País até à elaboração de uma Constituição, cabendo a presidência ao Brigadeiro Pinto da Fonseca e a vice-presidência ao Coronel Cabreira. Note-se que, desde o

início, os sublevados deixaram bem claro a sua fidelidade ao rei, pois as exigências eram o afastamento do Governo de Regência e o fim da influência inglesa no Exército, acreditando-se que o regresso de Dom João VI resolveria a situação. Tratava-se de uma contradição, pois o poder instituído no Reino tinha o beneplácito do monarca e este desconhecia o que estava a acontecer (Ventura, 2004, p. 191).

Entretanto, contando com o apoio das unidades de Linha do Minho, de parte das de Trás-os-Montes e de uns quantos regimentos de Milícias do Norte (Valente, 1997, p. 60), o Pronunciamento é no imediato apoiado militarmente por um conjunto de localidades: em 25 de Agosto por Viana do Castelo; por Ponte de Lima, no dia seguinte; seguem-se Braga, Penafiel, Barcelos, Guimarães e Valência; entre 5 e 7 de Setembro aderem as unidades de Vila Real, Chaves e Bragança; o movimento continua a sua marcha para a Beira, obtendo a participação de Lamego (Marques, 1981, p. 231). Por esta altura, a Junta Provincial contava já com um verdadeiro exército a Norte do País. O próximo passo era seguir para Coimbra.

Em Lisboa, o Conselho de Regência, que tomou conhecimento dos acontecimentos em 26 de Agosto, reagiu, procurando abafar a notícia para evitar agitações, acreditou num eventual auxílio externo, no âmbito dos acordos de Viena (Marques, 1981, p. 236) e apoiou-se na fidelidade de alguns comandos militares e unidades do Sul do País. Para o efeito, incumbiu o velho Conde de Amarante, Francisco da Silveira, Governador das Armas de Trás-os-Montes, de resistir na região, e o General António Marcelino de Vitória, Governador das Armas da Beira, para fazer o mesmo em Viseu e no Vouga (Martins, 1945, p. 325). Ao mesmo tempo, com a intenção de cortar as linhas de operações das tropas da Junta para Sul, a Regência enviou o Marechal Manuel Pamplona Rangel com um corpo de tropas para defender Aveiro e Coimbra (Marques, 1981, p. 232), enquanto o Conde de Caracena marchou da capital com 3 Regimentos de Cavalaria do Alentejo, parte da Brigada de Lisboa e uma Divisão de Infantaria (Ventura, 2004, p. 192) para se posicionar em Rio Maior, com o objectivo de impedir o acesso a Lisboa (Marques, 1981, p. 232). Enquanto isso, o General Champalimaud procurou garantir a fidelidade das unidades de Tomar e Abrantes.

No entanto, o segredo da preparação, o planeamento detalhado da conjura, a rapidez do desencadeamento da acção e a coordenação das operações deram vantagem à Junta. Esta, em 7 de Setembro, dividiu as suas forças em dois exércitos, o do Norte, comandado pelo Marechal Gaspar Teixeira, e o do Sul, pelo General Sepúlveda e o Coronel Cabreira. À frente das suas tropas, Gaspar Teixeira anulou a ameaça em Trás-os-Montes e Sepúlveda fez outro tanto na Beira, sendo favorecidos por amotinações nos contingentes adversários. De seguida, enquanto Sepúlveda angariou o apoio sistemático de Vila da Feira, Ovar, Oliveira de Azeméis, Albergaria e Aveiro e seguiu para Viseu, onde foi entusiasticamente recebido (Martins, 1945, pp. 325-326), Gaspar

Teixeira e Cabreira avançaram para Coimbra e Manuel Fonseca da Silveira que, em Leiria, aderiu ao movimento com o RI 22, marchou para Pombal e Montemor-o-Novo. O avanço em tenaz pelo Exércitos Norte e do Sul, a aproximação pela retaguarda do Regimento de Silveira e a contínua defecção nas suas unidades obrigaram Pamplona a abandonar Coimbra, permitindo a entrada vitoriosa das forças nortenhas na cidade, a 15 de Setembro.

Em Coimbra foram abordados por um representante da Regência, o Brigadeiro Álvaro Póvoas, com instruções para negociar com os revoltosos, que incluíam a garantia de não haver represálias se a Junta reconsiderasse a atitude, a satisfação de exigências políticas e reivindicações militares. Numa manifesta prova de força, a Junta recusou.

Nessa altura, a Junta já contava com uma força militar de que faziam parte 10 Regimentos de Infantaria (3, 6, 9, 11, 12, 15, 18, 21, 22, 24), 3 Regimentos de Cavalaria (6, 9, 12), 7 BCç (2, 6, 8, 9, 10, 11, 12), 1 Regimento de Artilharia (4) e duas dezenas de unidades de milícias (Valente, 1997, pp. 61-62). O comando dos exércitos da Junta é reformulado: o Marechal Gaspar Teixeira assume o comando supremo dos dois exércitos, com o Coronel Silveira a liderar o Exército do Norte e o Coronel Cabreira o do Sul, ficando o General Sepúlveda responsável por uma Divisão Ligeira de cariz operacional.

A 17 de Setembro, no momento em que as forças da Junta se aprestavam para marchar em direcção a Lisboa, chegou um novo mensageiro, o Capitão Bernardo de Sá Nogueira, relatando os acontecimentos ocorridos na capital dois dias antes (Marques, 1981, pp. 235-236). E que acontecimentos eram esses? Em Lisboa, as unidades militares tomaram conhecimento da aproximação dos exércitos da Junta e perceberam o grau de fraqueza da Regência, evidenciada pela sua vontade em negociar com os pronunciados. A 15 de Setembro, o Governo proibiu as tradicionais paradas militares de comemoração da vitória sobre os franceses, com receio de intontonas. Mas o RI 16 tornou-se irredutível face às determinações governamentais, onde ganhou notoriedade o Tenente Aurélio Morais, que instigou os camaradas da unidade a declararem o apoio ao Pronunciamento do Porto. As comemorações foram então transferidas para o Rossio, juntando-se ao RI 16 o RI 4, que aí desfilaram. Na praça, o aglomerado de pessoas que assistia julgou tratar-se da secundarização do Pronunciamento ocorrido no Norte, juntou-se aos militares dando vivas à liberdade e exigiu a deposição do Governo (Valente, 1997, p. 62). A anarquia que se instalou foi de tal ordem que as forças governamentais, chefiadas por Brito Mouzinho, foram incapazes de restabelecer a ordem, o que permitiu que outras unidades se juntassem na zona, engalanadas pelo aglomerado popular.

Para se perceber a confusão dos acontecimentos, atentemos na descrição de José de Arriaga: *“as senhoras vendo que os comandantes teimavam em fazer cumprir a ordem [de fazerem*

regressar a tropa aos quartéis] *descem à praça e (...) cada uma tira dos seus cabelos as flores que os adornavam e oferecem-nas aos soldados e oficiais que cheios de entusiasmo as colocam nos chapéus, nas barretinas e nas espingardas. Das janelas caem mais grinaldas, ramalhetes, ornatos, os soldados agitam lenços e flores na ponta das baionetas*” (1820, p. 104). Consumava-se em Lisboa a falência do Regime⁷.

A 17 de Setembro constituiu-se, na praça pública, um Governo Provisório, com o General Rosa investido nas funções que haviam pertencido a Beresford. A 5 de Outubro, o Exército da Junta do Porto entrou na capital, propagando os festejos da implantação *manu militari* do Liberalismo. Seguiu-se a coordenação de conjunto e a procura do consenso na formação de um poder único para o País. O compromisso foi alcançado em Alcobaça, a 27 de Outubro, substituindo-se o Governo Provisório de Lisboa e a Junta Provisional do Porto pela Junta Provisória do Supremo Governo do Reino e pela Junta Provisória Preparatória das Cortes.

A partir daqui, o consenso foi remetido para as calendas; os elementos de Lisboa e Porto trocaram acusações mútuas, sendo aqueles acusados de centralistas e estes de arrogantes, e os militares sentiram-se marginalizados na ocupação dos lugares directivos pelos civis (Nogueira, 2005). Depois, subiu de tom o confronto verbal sobre a legitimidade do poder: os civis, pela voz de Fernandes Tomás, entendiam que neles devia recair o governo da Nação, argumentando que o papel do exército era o de zelar pela soberania do País, tanto mais que as suas reivindicações estavam satisfeitas (regresso do monarca, expulsão dos oficiais ingleses e dignificação das carreiras); os militares não aceitavam ao seu afastamento do exercício do poder, pois isso consistia na negação da legitimidade do Pronunciamento de 24 de Agosto.

A Martinhada (11 de Novembro de 1820) e a Contra-Martinhada (18 de Novembro de 1820)⁸ simbolizam na perfeição esta dicotomia e abriram campo a uma sucessão de golpes, contra-golpes e guerras civis, entre absolutistas e liberais e «vintistas» e «cartistas», onde o Exército se tornou um instrumento ao serviço da digladição política até ao golpe regenerador do Marechal Saldanha, em 1851. Uma conjuntura nefasta para o futuro do País, que nem o regresso de Dom João VI, em 1821, ou a formalização da Constituição, em 1822, aplacou.

⁷ O 24 de Agosto e o 15 de Setembro foram acontecimentos diferentes: no primeiro caso, o Exército saiu à rua de forma ordeira, enquadrado por altas patentes militares, onde os civis não interferiram; no segundo caso, resultaram de um motim de caserna, instigado por subalternos e que o posterior desfile realizado no Rossio, onde se envolveu a população, o transformou num tumulto sem ordem nem disciplina. (Valente, 1997, p. 63).

⁸ A Martinhada, movimento militar efectuado pelos oficiais de topo da hierarquia militar, procurou recuperar para a elite castrense conservadora o protagonismo perdido, objectivando a imposição das suas directivas ao Governo; a Contra-Martinhada é um movimento de sentido contrário, perpetrado por oficiais progressistas, que repôs o poder nas mãos dos civis (Nogueira, 2005).

2.4. Síntese

Os acontecimentos de 1820 tiveram como causas políticas, a nível externo, a Revolução Liberal Francesa (1789), catalisador geral, e a Constituição Liberal de Cádiz, em Espanha (1820), catalisador específico, que transmitiram para Portugal um novo ideário governativo e social. O catalisador geral militar foi a «guerra napoleónica» na Europa, onde muitos militares lusitanos combateram, enquanto o específico foram as Invasões Francesas, que originaram uma nova organização social e institucional e obrigaram as forças militares do País a combater às ordens do Exército inglês. A nível interno, as causas políticas são o vazio estadual provocado pela ausência da Corte no Brasil, substituída pela insipiência de um Governo de Regência e do poder militar «ditatorial» de Beresford, que originaram «ondas de choque» na sociedade civil e no Exército. Temos, depois, a dicotomia metrópole-colónia, onde a inversão de papéis é uma das razões do mal-estar nacional. As causas militares são as próprias Invasões Francesas, que tarimbaram a capacidade combativa dos militares, deram a necessária coesão institucional ao Exército e privaram-no, com a ausência da Corte, da dignidade do serviço de «espada» em prol do monarca. Por isso, também razões de ordem corporativa motivaram o golpe de força, devido à secundarização dos oficiais portugueses face aos ingleses na hierarquia do Exército, ao seu preterimento nas promoções e aos atrasos salariais.

Relativamente ao envolvimento directo do Exército nos acontecimentos, importa ressaltar três aspectos: os antecedentes militares verificáveis na conspiração falhada dos Mártires de 1817; a materialização, em «dois tempos», da ruptura da Ordem, iniciada no Porto, em 24 de Agosto, de forma organizada e rápida, por comandantes militares, e finalizada em Lisboa, em 15 de Setembro, por alguns oficiais intermédios, de forma desconexa e desordenada; quanto à participação de civis, se o 24 de Agosto teve uma fase preparatória, ponderada por um grupo elitista civil e as operações ficaram a cargo de militares, que negaram deliberadamente a intromissão de civis, já o 15 de Setembro contou com a intromissão popular, forçando o seu envolvimento ao sucesso na rua de um levantamento de casernas.

No tocante aos objectivos, os de negação eram o Governo da Regência, o poder de Beresford, a influência dos oficiais ingleses no Exército e a proeminência da colónia brasileira face à Metrópole; os programáticos prendiam-se com o regresso do rei, a convocação de Cortes e a formalização de uma Constituição. Na nova Ordem, o Exército, por um lado, gravitou em torno do exercício do poder, no desempenho de funções governativas ou influenciando e condicionando essas funções, por outro lado, constituiu-se, amiúde, como «arma de arremesso» entre as facções políticas que lutavam pelo domínio do Estado, num «rodopio» que só cessou em 1851, com a Regeneração, permitida pelo Pronunciamento de Saldanha.

3. O EXÉRCITO E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Em 5 de Outubro de 1910, deflagrou em Lisboa uma Insurreição Armada fomentada pelo Partido Republicano e a Maçonaria. A acção foi conduzida por um reduzido número de oficiais do Exército e da Marinha que, apoiados num contingente onde avultavam sargentos e praças destes dois ramos das Forças Armadas e civis armados (carbonários), lograram vencer as forças do Regime Monárquico, num curto espaço de tempo e num ambiente de anarquia generalizado.

3.1. O Conceito Estratégico da Monarquia Constitucional

O Vintismo, que inaugurou em Portugal o Constitucionalismo (1822), substituiu o poder absoluto do rei pela divisão tripartida do poder: Executivo (Rei e Governo), Legislativo (Cortes) e Judicial (Juízes); em 1826, a Carta Constitucional «passou» o rei do poder executivo para um quarto poder, o Moderador, que foi a chave do sistema político (Martins, 1991, pp. 20-22).

O Conceito Estratégico da Monarquia Constitucional foi marcado pela parceria com a Inglaterra cuja subserviência excessiva condicionou sobremaneira as linhas de acção estabelecidas, que eram: a manutenção da soberania nacional, onde a Espanha permanecia como perturbador continental e principal ameaça; a permanência da assunção da neutralidade nos conflitos na Europa; a preservação das possessões coloniais; o desenvolvimento económico do País. Tal facto é verificável na dependência económica e no protectorado militar, tendo em vista esconjurar a omnipresente União Ibérica (Viana, 1996, p. 192), e nas relações estabelecidas quanto às colónias africanas, em que os atritos que ocorreram no último quartel do século XIX entre os dois aliados influiriam fortemente no «xadrez» político interno.

Relativamente à Espanha, a conjuntura ibérica acabou por ser favorável a Portugal, pois a instabilidade política no país vizinho foi recorrente, com destaque para os problemas derivados da ocupação do trono pelos Bonaparte, durante a Guerra Peninsular, da implantação do Liberalismo no início de 1820 (Cádiz), da proclamação da República, em 1868, que se revelou efémera, da turbulência política, da agitação social e os dos problemas económicos vividos no virar do século. A maior preocupação nacional ocorreu no decénio de 1870 com a unificação da Alemanha e da Itália, que despertou aspirações espanholas similares para a Península.

Quanto à manutenção da neutralidade nos conflitos europeus, os acontecimentos ocorridos (Guerras Austro-Russa, Russo-Prussiana e Franco-Prussiana) não foram de molde a «beliscar» a passividade portuguesa. O desenvolvimento económico só foi possível a partir de 1851, com Fontes Pereira de Melo, devido à permanente instabilidade política.

Assim, durante este período, o Conceito Estratégico foi indelevelmente marcado pela questão colonial, condicionado desde o início pela ocorrência de um facto irreversível: a independência do Brasil, em 1822. A permanência da Corte no Brasil permitiu àquele território um desenvolvimento económico consolidado e uma proeminência político-social sustentada, em claro contraste com Portugal, fazendo do Rio de Janeiro, na prática, a capital do Portugal Imperial, uma evidência que “*exprimia um momento de crise profunda do papel de Portugal na Europa, enquanto espaço político-histórico independente e soberano*” (Gonçalves, 2003, p. 1141). Consequentemente, na metrópole, os residentes sentiam-se como súbditos de um espaço territorial cujo centro não estava situado na «Terra-Mãe». O resultado foi o evoluir de um antagonismo que opôs “*o velho Reino contra o Reino Unido*” (Maltez, 2004, p. 65).

Por isso, Dom João VI foi instado a regressar a Portugal, o que implicou um corte entre os dois territórios, pois as Cortes rejeitaram as propostas dos representantes brasileiros em manter os dois Reinos unidos com uma dignidade equitativa (Boxer, 1992, p. 199). Assim, o Brasil assumiu-se como um império autónomo, “*governado por um ramo latino-americano da Casa Real de Bragança*” (Birmingham, 1998, p. 122)⁹, o que constituiu um rude golpe para Portugal: económico, pois cessavam os subsídios, maior apoio da economia nacional, numa altura em que o País ainda não se tinha recomposto da devastação causada pelas invasões francesas (Boxer, 1992, p. 199); e político, pois, no concerto das nações, Portugal ficava reduzido a pouco mais que a pequenez do seu espaço continental. Efectivamente, restringiram-se os domínios imperiais “*a pequenos territórios dispersos pelo mundo, com ligações ténues à metrópole, boa parte deles (...) limitados a postos e enclaves no litoral*” (Alexandre, 2000, p. 12).

Impunha-se, pois, «transferir» a dignidade imperial para outra região, e essa só podia ser África. Porém, até 1836, altura em que se decide o esforço no continente negro, Portugal entrou num período de reflexão, entrecortado pela «turbulência» armada entre as facções internas com projectos nacionais opostos (Cardoso, 1997, p. 44). Portanto, quando Sá Nogueira previu que África, a breve trecho, desempenharia um importante papel político na relação entre os Estados da Europa “*pela sua situação geográfica e pelas suas riquezas naturais*” (Serrão, 1989, p. 124), a suserania política e as vantagens económicas para Portugal eram ténues, onde os poderes locais dominavam. O projecto só foi retomado na década de 50, pelo Marquês Sá da Bandeira, e implementado nos anos 70, por Fontes Pereira de Melo. A partir dessa altura, a identidade nacional e imperial portuguesa ganhou um novo fôlego, ao mesmo tempo que se verificou um desafogo financeiro, através da actividade das empresas coloniais. Estava dado o impulso colonial

⁹ O governo de Lisboa só reconheceu a independência do Brasil em 1825, depois de ter procurado, sem sucesso, impedir pela força das armas a secessão.

de que o País carecia que, no entanto, iria esbarrar com interesses análogos e inconciliáveis de outras potências europeias.

Realmente, a crise económica europeia, na década de 1870, impeliu os Estados a olharem para África como a solução dos seus problemas, um continente que era para a Europa desconhecido e considerado agreste, além de ser considerado como *res nullius*, isto é, sem dono (Oliveira, 1994, pp. 289-292). Portugal procurou, no imediato, um entendimento com a Inglaterra relativamente à ocupação e posse territorial, mas a França e a Bélgica interpuseram-se, onde questões relativas à foz do Zaire surgiram como primeiro problema. Da oposição ao Tratado do Zaire¹⁰ surgiu a ideia da Conferência de Berlim (1885), onde se deliberou um conjunto de postulados, dos quais se destacam, com interesse para Portugal, a liberdade de navegação no Zaire e no Níger e a necessidade de ocupação efectiva dos territórios como garante da sua suserania¹¹. O grande problema para Portugal centrava-se na região do Baixo Congo, cujas pretensões consideradas irrefutáveis assentavam no direito histórico (Alexandre, 2000, p. 18).

Desta forma, Portugal percebeu a urgência de fazer respeitar os direitos adquiridos nas regiões costeiras de África, ou seja, “*impor o domínio pelas armas*” (Saraiva, 1998, p. 341). Portanto, como “*Portugal perdeu em Berlim de jure aquilo que nunca possuía de facto (...)*” (Oliveira 1994, p. 303), avançou com as explorações e as campanhas de pacificação. Da Conferência ficou também claro que a Inglaterra, grande potência da época, era incapaz de impor, por si só, os seus pontos de vista aos restantes Estados, o que impeliu o Governo Português a encetar negociações com a França e a Alemanha com o objectivo de obter a anuência para a ocupação e ligação dos territórios de Angola e Moçambique. Nascia, assim, o projecto do Mapa Cor-de-Rosa e com ele uma das maiores crises diplomáticas entre Portugal e a Inglaterra, que conduziria ao *Ultimatum* (Janeiro de 1890)¹². O *Ultimatum* teve enormes repercussões em Portugal, originando tumultos populares e um forte sentimento anti-britânico na sociedade, descreditou a Monarquia, considerada inepta na defesa dos interesses coloniais, e catapultou para a ribalta o Partido Republicano, até então à procura de um «bom tema» que lhe permitisse apresentar-se como alternativa. Esta crise obrigou também a um incremento das campanhas militares de ocupação, embora só com a Grande Guerra e a mobilização alargada a que o conflito obrigou a «pacificação» ficasse, grosso modo, concluída (Alexandre, 2000, p. 20).

¹⁰ Após a Conferência de Bruxelas, em 1876, a Inglaterra receou que Portugal fosse substituído por outra potência na foz do Zaire, principalmente a França, razão pela qual lhe reconheceu a soberania em 1884 (Tratado do Zaire), garantindo para si a liberdade de navegação.

¹¹ Esta exigência de ocupação territorial ficou estipulada apenas em relação ao litoral do continente africano, contrariamente ao que por vezes se julga (Alexandre, 2000, p. 18).

¹² O Mapa Cor-de-Rosa colidiu com os interesses ingleses na região, que pretendiam assegurar o domínio territorial entre o Egipto e o Cabo da Boa Esperança, isto é, o Plano do Cairo ao Cabo.

Entretanto, as relações com a Inglaterra foram normalizadas com os Tratados de Windsor (1899 e 1906). Mas a erosão da Monarquia tornou-se imparável, conhecendo um rude abalo com o Regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908, acabando por sucumbir em 5 de Outubro de 1910.

3.2. O Exército no Crepúsculo da Monarquia

Durante o período da Monarquia Constitucional, as intervenções militares portuguesas resumiram-se ao seu espaço de soberania; na primeira metade do século XIX ocorreram no território da metrópole, com as acções armadas intra-institucionais (absolutistas contra liberais, cartistas contra vintistas, reformadores contra estaticistas), enquanto, na segunda, o palco foram as possessões africanas, com as campanhas de ocupação e pacificação. Quanto à esfera de intervenção política, entre 1820 e 1851 a instituição castrense assumiu um protagonismo charneira e indutor dos acontecimentos ocorridos, sobrepondo-se ou condicionando a evolução da conjuntura; pelo contrário, a partir da Regeneração e até à eclosão da Grande Guerra, o Exército deixou de influir, ou afectou em menor grau, as grandes decisões políticas do Estado.

A implantação do Liberalismo destruiu a organização militar tradicional do Reino, assente na típica divisão em três tipos de tropas: Exército de Linha, as Milícias e as Ordenanças. De facto, os liberais procuraram restringir a influência do Exército na vida pública, com a extinção do «Exército de Beresford». Assim, foi reduzido de 57 229 para 29 645 homens, em 1821 (Marques, 1999, p. 52), e a Constituição de 1822 acabou com o secular sistema das Ordenanças, que foram substituídas por batalhões de guardas nacionais, a nova reserva territorial (Ribeiro, 2004, p. 70).

Durante o período 1820-1910 ocorreram muitas e variadas tentativas de reorganização militar que, maioritariamente, tiveram vida efémera ou nem chegaram sequer a ser aplicadas (Vieira, 1996, p. 640). Datam de 1884 e de 1899-1901 as principais reorganizações militares que, com ajustes, caracterizaram o Exército do ocaso da Monarquia.

Decorrente da reorganização de 1869, o Exército tinha um efectivo de 30 000 homens em tempo de paz e previa, para tempo de guerra, à volta de 50 000 militares (Carrilho, 1985, pp. 105-106). Em 1884, Fontes Pereira de Melo, devido à necessidade de defesa face à Espanha e à satisfação de reivindicações castrenses, aumentou os efectivos em todas as armas, dos quadros e do número de unidades e fixou três escalões (Tropas Activas, 1ª Reserva, 2ª Reserva), em que *“era a mobilização das reservas que fazia o Exército passar do «pé de paz» para o «pé de guerra», compreendendo o exército activo – num total de 120 000 homens – não somente os que estavam a prestar o tempo normal de serviço mas também a primeira reserva”* (Coelho, 1988, p. 50).

Em 1899, procedeu-se a nova reorganização, de molde a diminuir o número de unidades e quadros de oficiais em tempo de paz, mas com a ideia de otimizar a capacidade de mobilização em caso de necessidade. Da redução de unidades resultaram: 31 Regimentos de Infantaria (36 do antecedente) e 4 Batalhões de Caçadores; 8 Regimentos de Cavalaria (10 do antecedente); ao invés, a Artilharia passou de 3 para 4 Regimentos de Campanha, constituiu-se um Grupo de Montanha, 2 Regimentos de Fortaleza, 1 Grupo a Cavalo e o reforço da Engenharia (Telo, 2004, pp. 400-401). Este dispositivo permitia, com a mobilização da 1ª Reserva, obter um contingente de 124 458 militares (Telo, 2004, p. 401), distribuído por 4 Divisões no continente e 2 Comandos nas ilhas atlânticas (Carvalho, 1993, p. 33).

Dois anos depois, as Divisões no continente foram fixadas em três (Norte, Centro e Sul), “*em cada uma das quais teriam quartel permanente duas Divisões do Exército, com sede, respectivamente, em Vila Real e Porto; Viseu e Coimbra; Lisboa e Évora*” (Carrilho, 1985, p. 106); foi ainda criada a Reserva Territorial, principalmente para defesa das localidades (Carvalho, 1993, p. 33)¹³. Na organização territorial do País facilmente se percebe que não se vislumbra uma grande coerência estratégica na disseminação das unidades, um esquema mais em “*função da existência de quartéis (...) e das conveniências da política local*” (Martins, 1945, p. 491). Portanto, a necessidade de manutenção da ordem pública e a imperiosidade da soberania nacional face à Espanha obrigaram a consolidar a permanência de um Exército capaz de servir o Estado nas suas relações externas, tarefa imposta ao proclamado Exército Metropolitano que, à míngua de uma coerente política para o sector, o tornou um dos mais incipientes a nível europeu.

Paralelamente, as premissas resultantes da Conferência de Berlim, agudizadas pela afronta do *Ultimatum*, originaram a criação do Exército Colonial, em 1895. De facto, até essa altura, o dispositivo militar nas colónias era constituído, fundamentalmente, por tropas disciplinares e auxiliares indígenas, enquadrados por um reduzido número de oficiais metropolitanos, insuficiente e deficientemente armado e equipado, o que dificultava a credibilidade da presença militar (Regalado, 2004, p. 11)¹⁴. Como, em 1891, a política de subjugação africana se intensificou e organizou, com a concentração de esforços em Moçambique e, depois, em Angola, a partir de 1893-94 cada uma destas províncias passou a contar com quatro companhias de indígenas e um batalhão de Artilharia europeia e, no ano seguinte, legislou-se “*a constituição de um exército colonial independente da metrópole, passando as tropas de Moçambique a constituir*

¹³ Anexo D.

¹⁴ O contingente militar das colónias, em 1887, tinha: em Cabo Verde 256 militares, 284 em S. Tomé e Príncipe, 650 na Guiné, 2791 em Angola, 2223 em Moçambique, 1790 na Índia e 1602 em Macau e Timor; as unidades de infantaria indígenas estavam equipadas com armas de antecarga, quando as de infantaria expedicionária a usavam a moderna Kropatschek (Telo, 2004, p. 401).

o Exército da África Oriental, como as de Angola constituiriam o Exército da África Ocidental” (Martins 1945, pp. 423-424).

Em 1901, criaram-se as comissões de serviço ordinárias para os oficiais que serviam nas colónias; as Companhias de Guerra foram substituídas pelas de Indígenas de Infantaria, enquadradas por oficiais da metrópole, organizadas em pequenas unidades de linha individualizadas, cada qual com uma área de responsabilidade, para formar uma espécie de malha capaz de cobrir todo o território e tornar desnecessário o envio de forças expedicionárias; para melhor sustentar estes objectivos, criaram-se Companhias Mistas, à base de tropas de Infantaria e de Artilharia de montanha ou de guarnição, pelotões indígenas de Dragões e criaram-se unidades «brancas» das três armas, posicionadas em pontos sensíveis nas colónias prontas a actuar em caso de necessidade (Martins, 1945, pp. 425-426).

Portanto, no ocaso do século XIX Portugal apresentava dois tipos de exércitos, o Metropolitano e o Colonial, com objectivos estratégicos diferenciados, uma organização específica, um plano de actuação geográfico concreto, um treino separado e um «estatuto» individualizado. Diga-se que o Exército Colonial, pela frequência do seu envolvimento em campanha, que permaneceria até ao fim da Grande Guerra, ganhou um pendor operacional que o Metropolitano não tinha, devido à inacção decorrente da acalmia na conjuntura externa europeia. Por isso, a natureza institucional do Exército ganhou um pendor vincadamente colonial (Ferreira, 1992, p. 31). Porém, apesar do maior protagonismo operacional do Exército Colonial, a prática mostrou algumas contradições: o agudizar das campanhas em África obrigou, amiúde, ao reforço de forças expedicionárias da metrópole, retirando a autonomia pretendida pelo Exército Colonial; mais perto da Corte e da sociedade, os oficiais do Exército Metropolitano ganharam uma maior influência institucional e política (Ferreira, 1992, p. 108 e Carrilho, 1985, p. 112).

O resultado desta situação foi um endémico mal-estar de caserna, agravado por outras disparidades estatutárias ou tácitas, pois além da diferenciação entre o oficial colonial e o metropolitano, havia o oficial da Escola do Exército e o da Escola Central de Sargentos, a quem foi vedado o acesso aos postos elevados da hierarquia, o militar combatente (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e de Estado-Maior) e o não combatente (Administração Militar, Médicos, veterinários e farmacêuticos militares), o militar cação e o culto (Carrilho, 1985, pp. 138-139). Estas contradições produziram efeitos quando a Monarquia, agonizante, precisou de recorrer ao seu braço armado para se sustentar, ficando vincado que o facto de o Exército estar subordinado ao poder político não significava que estava disposto a acorrer em sua defesa (Ferreira, 1992, p. 36). Esta situação é visível a seguir ao Regicídio, pois com o assassinato de Dom Carlos perdeu-se o

laço de fidelidade-lealdade Monarquia-Exército, com este a manifestar indiferença pela vida pública e “*um renovado ódio aos políticos*” (Valente, 1974, p. 117).

Depois do período de estabilidade política permitido pela Regeneração, sobreveio a «tempestade», decorrente da crise económica da década de setenta, da partilha de África na de oitenta e o *Ultimatum*, em 1890. Desta conjuntura beneficiaram os republicanos. Existente desde a génese do liberalismo, o republicanismo ganhou expressão com a proclamação da República em Espanha, em 1868, e a sua instauração em França, em 1870 (Saraiva, 1998, p. 345). Sem um projecto político consistente e movidos por ideais patrióticos e um ódio ao trono e ao altar, os republicanos agarraram-se às «bandeiras» que a Conferência de Berlim e o *Ultimatum* permitiram, acusando o Regime Monárquico de não ser capaz de fazer valer os direitos nacionais em África e de ser subserviente dos interesses britânicos.

Incapazes de introduzir os seus valores no seio da oficialidade do Exército, politizou os sargentos que, descontentes com a preterição nas promoções, se revoltaram no Porto, em 31 de Janeiro de 1891¹⁵. A repressão efectuada pelo Regime através da Guarda Municipal agudizou a situação e deu aos republicanos os primeiros mártires. Percebendo que o Exército era a única instituição monárquica credível e com capacidade de influenciar a conjuntura, os republicanos procuraram, então, aproveitar a erosão do sistema político, o evidente mal-estar entre o Exército Metropolitano e o Colonial e os atritos entre os oficiais e os sargentos (Caeiro, 1997, p. 86). Porém, o hermetismo corporativo dos oficiais do Exército e os acontecimentos do Porto conduziram à republicanização dos sargentos e oficiais da Marinha, onde a hostilidade ao regime era uma realidade (Malheiro, 1912, pp. 29-30).

A partir de 1906, quando os republicanos pretendiam explicitamente substituir-se à Monarquia como poder, as simpatias sociais dos dois campos eram conhecidas: no monárquico sobressaiam a hierarquia administrativa, o clero, os proprietários, os oficiais de casta do Exército, a gente das províncias e a alta burguesia das cidades; no republicano, elites intelectuais, jornalistas, estudantes, sargentos, elementos da Marinha, pequenas classes médias urbanas e o operariado (Saraiva, 1998, p. 348). O Partido Republicano contava ainda com o apoio de duas organizações importantes: a Maçonaria e a Carbonária. A Maçonaria, organização secreta com membros elementos proeminentes da sociedade, reunia-se em *Lojas* onde debatia filosófica e esotericamente os problemas da sociedade. A verdade é que existia uma estreita ligação, para não dizer quase fusão, entre a Maçonaria e o Partido Republicano, com este a ser enquadrado por um grupo elitista esotérico (Marques, 1995, p. 52). A Carbonária era também uma organização

¹⁵ A revolta, chefiada por um capitão e um alferes, pretendia sublevar o Norte do País e marchar para Lisboa.

secreta, criada em Portugal no final do século XIX por elementos da Maçonaria, menos elitista e mais operacional, cujos membros se tornaram no «exército» dos republicanos.

Os acontecimentos precipitaram-se em 1 de Fevereiro de 1908, quando elementos da Carbonária assassinaram Dom Carlos, supostamente ao arripio do Directório do Partido Republicano, que fez uma pausa nos trabalhos conspiratórios (Cardoso, 1992, p. 27). Entretanto, carbonários infiltravam-se nos quartéis e unidades de Marinha, através de sargentos e praças, e davam provas da sua força e capacidade de mobilização, como aconteceu com o desfile de mais de 100 000 membros em Lisboa (Grainha, 1912, p. 171). Ao invés, o corpo de oficiais do Exército¹⁶ permanecia indiferente, absorto no seu *status* institucional e abominando a degradação partidária do País (Valente, 1976, pp. 117-118). Isto significava que a hierarquia do Exército nem se converteu aos republicanos, nem estava disposto a lutar pela defesa de um regime decrépito, limitando-se a acompanhar o desenrolar da situação. Tanto que Dom Manuel não alcançou com os oficiais os laços de fidelidade que existiram com Dom Carlos (Rocha Martins, s/d, p. 369), apesar de acreditar na solidez do braço armado do Estado para debelar eventuais sublevações populares (Carrilho, 1985, p. 85). Erradamente, como comprovaram os acontecimentos.

3.3. O Exército e a Insurreição Armada de 5 de Outubro de 1910

Os mentores da Insurreição foram o Doutor Miguel Bombarda, membro do Directório do Partido Republicano, o Almirante Cândido dos Reis e o General Ernesto da Encarnação Ribeiro, os únicos oficiais gerais envolvidos, e o Comissário Naval Machado Santos, elemento fundador da Carbonária; todos eles eram «obreiros» da Maçonaria. Como se constata, a tríade Partido Republicano-Maçonaria-Carbonária esteve presente na génese da Insurreição: o Partido, como orientador político e fiel depositário do seu desenlace, a Maçonaria como organização congregadora das várias sensibilidades e a Carbonária como órgão agitador e de acção. Ao nível da participação militar, a Marinha marcou presença no âmbito das várias categorias hierárquicas, aliciada pelo Almirante Cândido dos Reis, a participação do Exército cingiu-se, sobretudo, aos sargentos e às praças, que demonstraram uma forte determinação, em contraste com a passividade da maioria dos oficiais. O envolvimento de civis, a maior parte carbonários, foi uma constante durante todo o processo.

O Plano de Operações, elaborado em Setembro de 1910 pelo Almirante Cândido dos Reis e o General Encarnação Ribeiro, cingia-se à sublevação da capital, prevendo o início da acção para a 1h da madrugada do dia 4 de Outubro, através de um sinal de 33 salvas dado pelos cruzadores «Adamastor» e «S. Rafael». Lisboa seria dividida em seis grandes zonas que, por sua vez, se

¹⁶ Havia alguns oficiais subalternos e cadetes da Escola do Exército que eram republicanos (Carrilho, 1985, p. 85).

subdividiam em sessenta zonas, cada uma delas guarnecida por grupos de 16 revolucionários civis, armados com bombas, pistolas automáticas e meios de transmissões (Ribeiro, s/d, 804-805). A missão destes era impedir a reacção coordenada das forças da Guarda Municipal, apoiar a sublevação dos quartéis, interromper as comunicações telegráficas e telefónicas das forças do regime, servir de veículo de transmissão de ordens do movimento e tomar os arsenais e os depósitos de armas, para armar e municiar as forças (Santos, 1911, pp. 56-57).

Nas forças terrestres, os apoios tidos como certos eram o RI 16 (Campo de Ourique) e o RA 1 (Campolide). Pensavam ainda poder contar com a adesão dos RI 2 e 5, a Unidade de Engenharia (Sapadores) e os BCç 2 e 5. Como oposição declarada, estavam identificados o RI 1 (Belém), RC 2 (Belém), o Grupo de Artilharia a Cavalos (Queluz) e a Guarda Municipal. Na Marinha, davam garantias de apoio o Quartel de Marinheiros (Alcântara) e os dois cruzadores referidos. Mais problemático era conseguir a participação do navio «D. Carlos».

Os «revolucionários», com o centro de operações em Banhos de S. Paulo, preconizavam um ataque simultâneo ao QG da 1ª Divisão (Rossio), ao Palácio das Necessidades, onde estava o rei, e ao QG da Guarda Municipal (Carmo), o baluarte do Regime. O Rossio devia ser ocupado pelo RI 5 e o BCç 5; seguia-se a tomada das Necessidades por forças daquelas unidades apoiadas por elementos do RI 16 e baterias do RA 1, precedida por bombardeamentos navais a partir do Tejo; a neutralização da Guarda Municipal competia ao RI 2 e BCç 2, também apoiadas por elementos do RI 16 e baterias do RA 1 (Ribeiro, s/d, p. 186; Carrilho, 1985, pp. 86-87).

Porém, o urdido e «amadurecido» plano não resistiu, de todo, à marcha dos acontecimentos, começando e acabando numa imprevista desordem (Valente, 1974, p. 121). De facto, as salvas dos cruzadores não se verificaram, ao mesmo tempo que o pressuposto inicial de adesão do RI 2, RI 5, BCç 5 e Engenharia não se tornou, no imediato, um facto consumado, situação agravada pela incapacidade dos carbonários se apoderarem do arsenal do Exército. Ao saber destas ocorrências, o Almirante Cândido dos Reis julgou tudo perdido e suicidou-se; entretanto, num acontecimento fortuito, o Doutor Miguel Bombarda foi assassinado, poucas horas antes, por um doente mental, seu paciente. Então, no momento em que o movimento saiu para a rua, o líder civil e o militar estavam mortos. Quanto aos dirigentes do Partido Republicano, que aguardavam o desenrolar dos acontecimentos no seu «QG» da rua da Esperança, “*abandonaram-no precipitadamente ao verificar que o sucesso se fazia esperar*” (Georgel, 1985, pp. 18-19).

É a partir desta altura que emerge a figura do Comissário Naval Machado Santos, que tomou o controlo da Insurreição. Assim, dirigiu-se com um grupo de civis ao Quartel do RI 16, onde cabos e soldados sublevaram a unidade, de seguida tomou o controlo do RA 1, onde os sargentos dominavam a situação, e passou a ser coadjuvado pelos Capitães Palla e Sá Cardoso. Como

previsto, o Quartel de Marinheiros foi a terceira unidade a disponibilizar as suas forças ao movimento, onde o Tenente Parreira contou com o apoio dos marinheiros e de sargentos.

Nesse momento, as forças disponíveis foram divididas em dois grupos operacionais, o primeiro, sob o comando do Capitão Palla, devia dirigir-se para o Carmo, o outro, comandado pelo Capitão Sá Cardoso, atacaria o Palácio das Necessidades, com o apoio das unidades acima referidas, o que não aconteceu (Santos, 1999, p. 179). O grupo de Sá Cardoso, na sua marcha para as Necessidades, foi interceptado pela Guarda Municipal da Estrela, que o atacou, obrigando-o a inflectir a direcção de marcha e a dirigir-se ao encontro do grupo de Palla (Carrilho, 1985, p. 88). Perante o sucedido, os dois grupos ainda pensaram em atacar o Carmo, mas a ideia foi abandonada, o mesmo acontecendo à pretensão de rumar ao Rossio, depois de se saber que o Governo tinha aí concentrado um número considerável de forças. Foi, então, que Machado Santos resolveu subir a Avenida e acantonar-se na Rotunda.

Já manhã do dia 4, quando Machado Santos, à frente de soldados e sargentos do RI 16 e dos «seus» carbonários, os Capitães Palla e Sá Cardoso com tropas e uma bateria do RA 1 se concentraram na Rotunda, a revolta republicana parecia condenada ao fracasso. A situação agravou-se quando, ao tomarem conhecimento que as forças monárquicas se preparavam para atacar o alto da avenida, Palla, Sá Cardoso e demais oficiais e muitos dos soldados que os acompanhavam abandonaram a Rotunda, dando por perdida a causa. No Quartel de Marinheiros de Alcântara, o Tenente Parreira tinha do seu lado apenas 200 marinheiros e alguns civis revolucionários e, ao saber da preparação de um ataque ao quartel, pensou abandonar a unidade e refugiar-se na Rotunda com Machado Santos (Valente, 1974, p. 131); em Campolide, o RA 1 permanecia suspenso do desenrolar dos acontecimentos.

Portanto, às 9 horas da manhã, Machado Santos, que se dispôs a resistir, estava enclausurado numa improvisada posição defensiva na Rotunda, contando apenas com os seus indefectíveis carbonários – 9 sargentos, 200 soldados e uns quantos civis –, 4 cadetes e uma bateria de Artilharia (Carrilho, 1985, p. 89 e Santos, 1999, p. 180). Contudo, por essa altura os Tenentes Mendes Cabeçadas e Tito de Morais tomaram o controlo dos cruzadores «Adamastor» e «S. Rafael», em favor dos republicanos. Afecto à Monarquia permanecia o navio-almirante «D. Carlos» e o resto da esquadra naval, o que significava um certo equilíbrio de forças no mar entre os dois contendores. A situação rapidamente evoluiu a favor dos insurrectos.

Entretanto, como reagiu o Regime ao deflagrar e evoluir da revolta? A Monarquia tinha um plano contra-insurrecional, datado de 1908, que não previa um possível levantamento no seio militar (Valente, 1974, p. 129), convencida que estava, por um lado, da fidelidade militar ao rei e, por outro, que as conspirações se cingiam a grupos civis, como a Maçonaria e a Carbonária.

Assim, em caso de uma intentona republicana, previa-se a ocupação do Rossio com o RI 5 e o BCç 5, a protecção das Necessidades pelos RI 1, RI 16 e o BCç 2 e a utilização dos RI 2, RC 2 e da Guarda Municipal para “*varrer as ruas*” (Valente, 1974, p. 129). Acontece que a revolta envolveu unidades do Exército e da Marinha, tinha baterias de Artilharia e contou com elementos das unidades constantes do Plano, o que bastou para que a hesitação inicial e o desnorte na conduta das operações tomasse conta do comando da 1ª Divisão, a cargo do General Gorjão.

Em vez de procurar anular a anarquia subversiva no Quartel de Marinheiros e ocupar com meios navais a margem Norte do Tejo, de forma a isolar os navios que os insurrectos procuravam tomar, o General Gorjão concentrou a sua atenção nas forças que Machado Santos tinha na Rotunda (Valente, 1974, p. 130). Lançou, então, um ataque através de duas direcções opostas: de Sul, por tropas do RI 5 e do BCç 5, desviadas do Rossio; de Norte, a partir de posições ocupadas no alto da Penitenciária, pelo RC 2, RI 2 e as baterias de Queluz, comandadas pelo Capitão Paiva Couceiro (Valente, 1974, p. 130). O desenlace deste primeiro confronto marcou o início da reviravolta da situação a favor dos insurrectos. As forças que do Rossio subiram a Avenida foram atacadas à bomba por carbonários posicionados ao longo do percurso e recebidas a tiro de canhão pelas peças posicionadas na Rotunda. As forças posicionadas no alto da Penitenciária aperceberam-se que ficaram na encruzilhada dos fogos dos artilheiros da Rotunda e do RA 1, em Campolide. O suficiente para originar a debandada das forças reais, excepção feita a Paiva Couceiro que ripostou, sendo obrigado a retirar após uma refrega de Artilharia, por falta de apoio de outras unidades e o abandono de parte dos seus homens.

Um segundo momento ocorreu com a revolta dos marinheiros, que controlaram o «D. Carlos», situação que deu aos revoltosos o domínio marítimo e permitiu o bombardeamento das Necessidades, na tarde do dia 4, obrigando Dom Manuel a fugir¹⁷. Então, animados com o rumo dos acontecimentos, numerosos civis e soldados dirigiram-se para a Rotunda, juntando esforços ao contingente de Machado Santos, de tal forma que, às 20h, já aí se encontravam cerca de 500 civis e 500 militares (Santos, 1911, p. 84). Entretanto, a maioria dos membros do Governo deslocou-se para o QG da 1ª Divisão, onde se decidiu o confronto (Santos, 1979, p. 291).

O golpe final seria dado contra as forças posicionadas no Rossio: os vasos de guerra amotinados, posicionados no Tejo, orientaram as peças para essa área, ao mesmo tempo que desembarcaram 1500 marinheiros no Terreiro do Paço (Valente, 1974, p. 132); os carbonários e outros civis dispuseram-se pelas ruas confluentes ao QG da 1ª Divisão, dificultando as operações militares de Gorjão; do alto da Rotunda, Machado Santos concentra também nessa zona o fogo da Artilharia. As tropas leais a Dom Manuel estavam literalmente cercadas.

¹⁷ Nesse dia, o rei foi para Mafra e daí para a Ericeira, embarcando no dia seguinte para o exílio na Inglaterra.

As forças realistas estão, nesta fase da refrega, no maior desnorte e em vias de abandonar a luta. O General Gorjão, com dificuldades em impor-se, perdeu o controlo da situação. De facto, os comandantes do RI 5 e do BCç 5 recusaram disparar sobre os marinheiros que desembarcassem no Terreiro do Paço; os efectivos do RI 1, do BCç 2 e um Esquadrão de Cavalaria, instalados nas Necessidades, não manobram no sentido de impedir que as forças da Rotunda flagelassem continuamente o Rossio, como lhes foi ordenado; em desespero de causa, o comandante da Divisão solicitou o reforço a unidades da província, que não se verificou, acontecendo até casos como o do RA 3, de Santarém, que se deslocou para Lisboa mas desistiu de prosseguir na Póvoa (Carrilho, 1985, p. 90). E, assim, o que se constatou foi a insipiência da reacção das forças monárquicas: no Terreiro do Paço não atacaram os marinheiros aí desembarcados; nas Necessidades pura e simplesmente não actuaram; no Rossio esconderam-se.

O crepúsculo desse dia coincidiu com o das forças afectas ao Regime. A distribuição panfletária pelos civis republicanos informava a população do sucesso da revolta. Efectivamente, com o Rossio sitiado, o Palácio Real abandonado pelo rei em fuga, o arsenal do Exército e da Marinha controlados pela Carbonária e pelos marinheiros amotinados, respectivamente, e a frota naval dominada por marinheiros republicanos, poucas soluções restavam para virar o curso dos acontecimentos. As resistências residuais estavam na Artilharia de Paiva Couceiro, que fez uma última e desesperada tentativa, a partir do Alto do Torel, para desalojar as forças da Rotunda, bombardeando-as sem sucesso ao amanhecer do dia 5, e no contingente da Guarda Municipal, distribuído pelos quartéis do Carmo, Estrela, Loios e Paulistas.

Aconteceu, então, um episódio insólito que poria fim à contenda. Às 8 horas da manhã de 5 de Outubro, Machado Santos instou o General Gorjão à rendição e este, a pedido do encarregado de negócios da Alemanha, que pretendia retirar os seus compatriotas das áreas de conflito, concede umas tréguas de uma hora. O diplomata alemão seguiu, então, pela Avenida acima, acompanhado por um oficial de Cavalaria empunhando uma bandeira branca, para se encontrar com Machado Santos. Foi aí que uma vaga de republicanos, julgando tratar-se da rendição definitiva das forças monárquicas, correu para a Avenida, saudando os revoltosos e inviabilizando a continuação da luta. Machado Santos recebe a rendição, no Rossio, apresentada pelo General Gorjão.

Em face do sucedido, as unidades militares e da Guarda Municipal depuseram as armas (Santos, 1999, p. 183). Nesse mesmo dia, os políticos republicanos proclamaram, na Câmara Municipal, a instauração da República em Lisboa, cuja difusão ao «resto» do País foi feita por telégrafo. Um desenlace que só foi possível porque a quase totalidade dos oficiais do Exército se demitiram de combater as forças republicanas (ou de as apoiar), remetendo-se a uma passividade expectante. A este respeito, Teixeira de Sousa, último presidente do Conselho de Ministros,

acusou os oficiais de ignorarem os juramentos de fidelidade à Monarquia, que se abstiveram de combater, fazendo idêntica acusação aos oficiais da Casa Militar do Rei (Sousa, 1912, p. 304).

3.4. Síntese

As causas do 5 de Outubro foram eminentemente políticas, tanto a nível externo como interno: no primeiro caso, o *Ultimatum* inglês, que deu ao Partido Republicano argumentos de alternativa à Monarquia; no segundo, decorrem da «falência» política do sistema de governo rotativo da Monarquia, da falta de entendimento parlamentar dos partidos monárquicos, da incapacidade política do Trono lidar com a política africana e do Regicídio de Dom Carlos.

Enfatizámos a inacção do corpo de oficiais do Exército face aos acontecimentos da Rotunda, onde foi notória uma passividade expectante, derivando as razões da descrença pelo Governo do Reino, o repúdio às lutas político-partidárias entre monárquicos e republicanos e os focos de tensão corporativos, originados pela coexistência de dois Exércitos (Metropolitano e Ultramarino), dois tipos de oficiais (da Escola de Guerra e da Escola Central de Sargentos) e a questão dos «africanistas»¹⁸.

No envolvimento do Exército verificou-se a sua sectorização, cingindo-se praticamente aos sargentos e às praças. Neste aspecto, sobressaem quatro factores: o precedente ocorrido no Porto com a Insurreição dos sargentos em 31 de Janeiro; a Insurreição de 5 de Outubro desenrolou-se unicamente em Lisboa, sendo a fase da conspiração urdida pelo Partido Republicano e pela Maçonaria e a acção no terreno conduzida por alguns oficiais da Marinha e do Exército (poucos), que acicataram os ânimos nas unidades, sublevaram quartéis, tomaram o controlo de navios e neutralizaram os oficiais que pensaram resistir; a participação de civis foi elevada, destacando-se os carbonários, que se revelou decisiva para a tomada do poder, pois controlaram as ruas, serviram de estafetas, atacaram algumas unidades à bomba e assaltaram outras, dificultaram o movimento em Lisboa das tropas afectas ao regime, tomaram conta de arsenais de militares, acicataram a população e suportaram a defesa arreigada de Machado Santos na Rotunda (Valente, 1974, p. 137); num «ambiente» de confronto anárquico, a reacção das forças governamentais foi ténue e restringida a alguns oficiais «africanistas», lastimando-se o chefe do Governo que “*a Monarquia caiu porque (...) não teve quem a defendesse*” (Baptista, 1964, p. 205).

Quanto aos objectivos, eles restringiram-se à implantação da República, mais uma aspiração do que um programa consolidado (Saraiva, 1998, p. 345). Na nova Ordem, os oficiais de carreira do Exército foram marginalizados pelo novo regime, entrando Portugal, durante os 16 anos que durou a 1ª República, no “*Reino dos Pronunciamentos*” (Whleer, 1978, p. 216).

¹⁸ Sobre a relação entre a passividade dos oficiais em 5 de Outubro e os oficiais «africanistas» ver Apêndice 3.

4. O EXÉRCITO E A INSTAURAÇÃO DA DITADURA MILITAR

Oliveira Salazar, no prefácio da biografia que António Ferro lhe dedicou, sintetiza as características dominantes da Revolta Militar do 28 de Maio de 1926, quando refere que “a origem militar da Ditadura Portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial. Aqui não foi um partido, uma força revolucionária que se apoderou do poder; foi o Exército, (...) que interveio no sentido de criar as condições necessárias para a existência dum governo antipartidário e nacional” (1933, pp. XXVIII-XXIX). De facto, a Ditadura Militar foi o resultado de uma Revolta Militar perpetrada por oficiais da alta hierarquia do Exército, que conduziram um processo iniciado em Braga, a 28 de Maio, e concluído em Lisboa, a 10 de Julho.

4.1. O Conceito Estratégico da Primeira República

Existem três factores caracterizadores da 1ª República: a permanente instabilidade política resultante do sistema parlamentar instituído, que em dezasseis anos conheceu 8 Presidentes da República e 45 Governos (Pinto, 2000, p. 30); o Golpe de Estado de Sidónio Pais, que forjou um efémero regime presidencialista (1917-1918); a participação militar na Grande Guerra.

Podemos também dividir a 1ª República em dois períodos: o período antes e durante a guerra e o período pós-guerra. No primeiro período (1910-1918) sobressai: a intenção de reformas do Regime, nomeadamente a elaboração de uma Constituição (1911), onde a maior «fatia» de poder está concentrado no Congresso da República; a laicização do Estado, a par com um anti-clericalismo arreigado¹⁹; a republicanização das Forças Armadas, dando-lhe um cunho mais popular e menos profissional; a liberalização e a alfabetização da sociedade e o desenvolvimento económico. Tratou-se de um conjunto de linhas programáticas que, maioritariamente, não resistiu à participação de Portugal na Grande Guerra. No segundo período (1918-1926), a crise política agravou-se, a situação económico-financeira entrou em ruptura, a sociedade anarquizou-se e as incursões monárquicas e os pronunciamentos militares tornaram-se uma constante.

De acordo com este panorama é difícil perceber a existência de um conceito estratégico republicano. Por isso, não deixa de ser *sui generis* que a Estratégia Nacional da 1ª República esteja praticamente consignada nos objectivos aduzidos pelo Partido Democrático para fazer de Portugal um beligerante na Grande Guerra²⁰. Nesse propósito estava contida a necessidade de garantir a soberania das colónias africanas, a preocupação de manter afastado o perigo espanhol, a

¹⁹ Afonso Costa, líder do Partido Democrático, terá proclamado a intenção de abater a Igreja Católica no espaço de uma geração.

²⁰ Ver as razões da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial em Teixeira, 1998, p. 56-62 e Fraga, 1999, p. 72.

procura de legitimação internacional do regime saído do 5 de Outubro, a manutenção da aliança com a Inglaterra, a consolidação interna do regime e a solvência financeira e o desenvolvimento económico do País. Particularizemos cada um destes objectivos.

A defesa das colónias foi o primeiro e o mais forte argumento para Portugal entrar na guerra, que mereceu o consenso nacional. No decorrer do conflito, os alemães pressionavam militarmente o Sul de Angola e o Norte de Moçambique, iam progredindo no terreno e sublevavam a população indígena contra a soberania portuguesa. Paralelamente, receava-se que a Inglaterra, que utilizava os portos e os pontos de passagem territoriais das colónias portuguesas para apoiar logisticamente a sua campanha em África, olhasse os territórios portugueses como uma eventual moeda de troca com os alemães, caso o evoluir da guerra o justificasse. Portanto, Portugal deu continuidade à pacificação dos seus territórios e ao incremento da guerra contra a Alemanha em Angola e Moçambique, pois eram as colónias que davam o estatuto de potência a Portugal na Europa e pretendia-se, através delas, encetar o desenvolvimento económico interno.

Se este cenário justificava as expedições para África, o envio de tropas para a Flandres obedeceu a outros pressupostos. Um deles era a ameaça espanhola. A Espanha fizera, recentemente, uma aproximação à Inglaterra, o que preocupou o Governo Português, pois sabia-se que a aliança luso-britânica apenas dava garantias de defesa na costa e nas colónias, mas não na fronteira terrestre. Como a Espanha adoptou uma atitude neutral no conflito europeu, a participação portuguesa não só reforçava os laços de amizade com o seu aliado insular como afirmava internacionalmente a individualização de Portugal no conjunto Peninsular, tornando-o num actor credível. Por isso, a Flandres justificava a procura de “*equilíbrio geopolítico entre a pressão continental da Espanha e a compensação da Aliança Inglesa, pois o lobby anexionista em Espanha continuava muito activo*” (Teixeira, 2000, pp. 171-172).

Com a entrada na guerra ao lado da *Entente Cordiale*, Portugal esperava no pós-guerra um lugar no concerto das nações e o reconhecimento internacional da República. Em 1916, a República dava os primeiros passos numa Europa Ocidental onde as excepções monárquicas eram a Suíça e a França, pelo que o processo de aceitação plena ainda era algo mitigado. Acreditava-se ainda que o pós-guerra, com a derrota da Alemanha e da *Triplíce Aliança*, compensaria o esforço de guerra e permitiria desafogar financeiramente os cofres do Estado.

Por fim, o objectivo implícito, que obedecia à intenção de consolidar internamente a governação do Partido Democrático. Quando deflagrou a guerra, não existia consenso político e partidário na posição a adoptar pelo País para o conflito: como primeira opção havia a neutralidade *tout cours*; como segunda, o envolvimento militar cingido às colónias e uma neutralidade colaborante com a Inglaterra na Europa; e a terceira defendia a participação plena no

teatro europeu. Instalado no poder, o partido de Afonso Costa forçou esta última opção, tentando unir política e socialmente o País num grande desígnio externo. No imaginário popular, os soldados nacionais combateriam entre as grandes potências da Europa, pelo que o Partido Democrático proclamava «patrioticamente»: *“a partida do primeiro Corpo Expedicionário vai-se efectuar. Pela primeira vez, há cem anos a esta parte, a bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos campos de batalha da Europa”*²¹.

Mas, o fim da guerra não foi compensatório face aos objectivos preconizados. É verdade que atendendo à situação geopolítica em que Portugal se encontrava no início da guerra, *“ameaçado no continente pela Espanha, ameaçado nas colónias pela Alemanha e vulnerabilizado nos dois cenários pela política de transigência inglesa em relação à Espanha na questão peninsular e à Alemanha na questão colonial”* (Teixeira, 2000, p. 173), os objectivos foram alcançados. O mesmo não aconteceu nos restantes: o lugar no concerto das nações sofreu um forte revés, com a não inclusão no Comité Executivo da Sociedade das Nações²²; as compensações financeiras requeridas jamais foram satisfeitas e o esforço de guerra conduziu o Estado à bancarrota; a credibilidade política do Partido Democrático esvaiu-se; a Nação não se uniu em volta de um ideal patriótico; o País, em face da falência da autoridade do Estado, anarquizou-se. Escreveu o General Gomes da Costa *“se não obteríamos resultados superiores limitando a nossa acção militar ao Ultramar, batendo os alemães nas duas costas de África (...)”* (Costa, 1920, p. 11).

Portanto, se nas razões que conduziram Portugal à entrada na 1ª Guerra Mundial estão, no essencial, as linhas programáticas do Regime Republicano, os resultados dessa mesma participação significaram tão só a sua falência. Grande parte das explicações para o sucedido decorreram da motivação, da conduta e do grau de empenho militares no teatro de guerra da Flandres que, como veremos, deixou muito a desejar. Porém, assistiu-se a uma mobilização nacional empenhada para a defesa das possessões africanas ameaçadas, ao contrário do que sucedeu com a mobilização para França (Henriques e Leitão, 2001, p. 89).

4.2. O Exército Republicano e a Participação na Grande Guerra

Militarmente, podemos dividir a República em três fases: 1911-1915, em que foram lançadas as reformas estruturantes das Forças Armadas, combateram-se as incursões monárquicas e continuaram-se as Campanhas em África; 1916-1918, que corresponde à participação na Grande Guerra; 1919-1926, momento do pós-guerra e da rivalidade República-Exército, que termina com a Revolta Militar de 28 de Maio (Matos, 2004, p. 117).

²¹ Diário do Governo, n° 9, 1ª Série, Lisboa Imprensa Nacional, 17 de Janeiro de 1917.

²² Ao contrário da Espanha, apesar de não ter participado na guerra.

Após a implantação da República, assistiu-se a profundas transformações nas suas leis e regulamentos, inclusive militares, sendo o Ministro da Guerra, General Correia Barreto, o seu principal obreiro. Para o Governo, o Exército devia passar de permanente a miliciano, considerando-o “ (...) *uma instituição liquidada. Falseada como era completamente a sua missão, desde longos anos, nula tinha sido a sua preparação para a guerra*”; por isso, preconizava a “*redução do serviço activo (...), desenvolvimento e aperfeiçoamento à organização de reservas, nas quais todos depositavam as suas melhores esperanças, vista a impossibilidade de conseguir reunir, só com tropas de primeira linha, os enormes efectivos que hoje são indispensáveis ao grande sorvedouro da guerra*”²³. O novo Exército deveria ser verdadeiramente nacional, sem privilégios de castas e com o espírito militar implantado desde as cidades até às aldeias. Segundo os legisladores “*o país sustentava um pseudo-exército permanente, que a monarquia supunha erroneamente ser a sua guarda pretoriana (...). Teria o falido regime monárquico (...) evitado enveredar afoitamente para o caminho da nação armada, por ver nela um perigo para a sua integridade (...)*”²⁴.

Portanto, procurou-se substituir o Exército semi-profissional da Monarquia pelo conceito de «Nação em Armas», onde todos os cidadãos deviam passar pelas fileiras, enquadrados por oficiais milicianos e um núcleo profissional reduzido ao mínimo, a quem cabia o papel de instrutor-educador do cidadão-soldado. Esta concepção pretendia formar ideologicamente os cidadãos que recebiam a instrução militar, republicanizar os quartéis e retirar aos oficiais do quadro a «propriedade» do Exército que, por não terem dado um apoio explícito à «revolução», passaram a estar sob suspeita e debaixo de uma vigilância apertada. Efectivamente, “*(...) irrompeu uma vaga de fundo de soldados, sargentos e civis contra os oficiais, dentro e fora dos quartéis, afectando profundamente a disciplina militar, grupos de vigilância integrados por carbonários, além dos designados por formiga branca do Partido Republicano, (...) empenhados em dar informações e efectuar denúncias de oficiais provocadores da sua instabilidade, mal-estar e indignação*” (Bessa, 1997, p. 419-420). A ambiguidade do programa republicano chocou com as pedras basilares do Exército –lealdade, hierarquia, disciplina–, que acicatou o conservadorismo de grande parte dos oficiais (Matos, 2004, p. 120).

O Decreto de 25 de Maio de 1911, lançou as bases do Exército Metropolitano, que se dividia em três escalões: Tropas Activas, de Reserva e Territoriais. As Tropas Activas constituíam o exército de campanha e guarneciam em permanência os pontos fortificados, nelas servindo os homens dos 20 aos 30 anos. As Tropas de Reserva destinavam-se a reforçar as Tropas Activas e a

²³ Prefácio da Ordem do Exército N° 5, de 6 de Março de 1911.

²⁴ Prefácio da Ordem do Exército N° 11, de 25 de Maio de 1911.

exercer tarefas de serviços, nelas constando os homens dos 31 aos 40 anos. As Tropas Territoriais eram a reserva territorial, destinavam-se a defender as localidades, efectuar trabalhos de fortificação e outras funções não operacionais, enformando os homens dos 41 aos 45 anos.

Num modelo que perdurou até 1926, as Tropas Activas compreendiam 8 Divisões, uma Brigada de Cavalaria e Unidades não endivisionadas (Guarnição das ilhas, Artilharia, Engenharia, Serviço de Saúde). Cada uma das Divisões comportava o QG, 4 RI, 1 RC, 1 RA e 1 Grupo de Baterias de Metralhadoras²⁵. A 1ª Divisão (a mais importante) tinha sede em Lisboa e englobava os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal; a 2ª Divisão, em Viseu, incluía este distrito e o da Guarda; a 3ª Divisão, no Porto, coincidindo unicamente com este distrito; a 4ª Divisão, em Évora, da qual faziam parte os distritos de Beja e de Faro; a 5ª Divisão, em Coimbra e englobava este distrito e o de Aveiro; a 6ª Divisão, em Vila Real, compreendendo ainda o distrito de Bragança; a 7ª Divisão, em Tomar, incluindo os distritos de Leiria, Castelo Branco e Portalegre; a 8ª Divisão, em Braga, num distrito a que se juntava o de Viana do Castelo (Matos, 2004, p. 128)²⁶.

Relativamente ao Exército Colonial, procurou-se materializar a intenção constante das reformas militares da Monarquia, a sua independência relativamente ao Exército Metropolitano, através do recrutamento localizado e de «levas» de oficiais, a maioria milicianos, feitos numa base de voluntariado, de forma a restringir os corpos expedicionários enviados a partir do Exército Metropolitano (Matos, 2004, pp. 128-129).

Entretanto, a República criou a GNR, a 3 de Maio de 1911, das «cinzas» das Guardas Municipais de Lisboa e Porto, com o objectivo de libertar o Exército das suas atribuições de garantia da ordem pública nos meios rurais (Santos, 1999, pp. 185-189). Contudo, rapidamente se tornou na «guarda pretoriana» do regime, pois o Governo tratou de assegurar, desde o princípio, a sua lealdade: não integrou muitos dos elementos da ex-Guarda Municipal; recrutou civis e um elevado número de praças do Exército, alguns deles promovidos a sargentos; sargentos do Exército, muitos dos quais foram promovidos a oficiais. O critério de recrutamento era, basicamente, o seu republicanismo, que inquietou os oficiais do Exército, que passaram a ver a GNR com desconfiança (Matos, 2004, p. 133).

A Grande Guerra «deitou por terra» o quadro legislativo reestruturante do Exército da República. Portugal, no secundário e marginal teatro africano, esteve em guerra com a Alemanha, desde 1914, com o desencadear dos ataques no Sul de Angola, a partir do Sudeste africano, e no Norte de Moçambique, através da base do Tanganhica. O consenso generalizado sobre a necessidade de manter a soberania portuguesa levaram à mobilização imediata de tropas para

²⁵ Ordem do Exército N° 11, de 16 de Maio de 1911.

²⁶ Anexo E.

África que, em Angola, se orientaram para a ocupação do território do Baixo-Cunene, enquanto em Moçambique os objectivos eram, fundamentalmente, a reocupação de Quionga, território português, ocupado pelos alemães desde o final do século XIX, a passagem do rio Rovuma e a ocupação de uma parcela Sul do território da colónia alemã (Teixeira, 1999, p. 63). A campanha africana obrigou também ao envio de forças expedicionárias metropolitanas²⁷, cuja deficiente preparação, insuficiente equipamento e armamento e a inadaptação para o combate num clima tropical foi de desagrado entre os militares (Ferreira, 1992, p. 52).

Mais grave ainda foi a decisão de enviar tropas para teatro europeu, que inviabilizou o preconizado Exército Miliciano, obrigando o Governo a aumentar consideravelmente o quadro de oficiais permanentes (Carrilho, 1985, p. 216). Foram enviadas duas forças expedicionárias: o CEP, inicialmente pensado para uma Divisão, compreendeu um Corpo de Exército (55 000 homens) a duas Divisões, e o CAPI, organizado com tropas de Artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa, compreendendo 10 Baterias (Martins, 1945, p. 520).

Só que a guerra não correu de feição às Armas Portuguesas, principalmente no teatro europeu. Aqui, o desastre foi uma realidade, por várias razões: a preparação em Tancos foi desadequada²⁸, porque se apostou nas marchas forçadas para a Infantaria, extenuantes exercícios de Cavalaria e na preparação de tiro com armas jamais utilizadas na Flandres, onde prevaleceram a guerra estática e a utilização de armamento, equipamento e fardamento ingleses; no terreno, o contingente foi treinado e adaptado ao cenário de guerra pelos ingleses, de forma que só em Novembro de 1917 é que o comandante do CEP assumiu inteiramente a responsabilidade do sector atribuído; a alimentação também não ajudou, dificultando a adaptação do expedicionário português que, privado das «iguarias» lusas teve de se conformar com as inglesas; a maior dificuldade residia nas deficiências existentes ao nível da substituição das tropas, o *roulement*, devido à insuficiência e deficiência dos meios de transporte marítimos portugueses e à subida ao poder de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917, que entrou o empenhamento de Portugal na guerra²⁹. Em suma, o treino foi à portuguesa e a guerra à inglesa.

Consequentemente, a indisciplina (insubordinações, revoltas, deserções, auto-mutilações) grassaram nos soldados do CEP e, com isto, as baixas. Assim, jamais o CEP esteve alguma vez no pleno das suas capacidades, pois dos 55 mil homens enviados chegaram a estar perto de 20 mil incapacitados. A somar a tudo isto, acrescenta-se a escassez das licenças gozadas na retaguarda e

²⁷ O esforço de guerra foi efectuado por cerca de 1500 oficiais, 3200 sargentos e soldados metropolitanos e 19000 elementos indígenas (Fraga, 1999, p. 72).

²⁸ A rapidez da preparação do CEP (Fevereiro-Agosto de 1916) originou a designação «O Milagre de Tancos»; as repercussões da sua operacionalização nas trincheiras levou outros a falar no início de uma grande desgraça.

²⁹ Sobre a conduta na Guerra ver Teixeira, 1998, p. 62-68; sobre a vivência das tropas ver Marques, 1998, p. 72-87.

o fraco exemplo e incipiente empenhamento dos oficiais na linha da frente, instalando-se nos soldados um sentimento de abandono. O culminar de toda esta situação foi o desastre de La Lys, resultante da ofensiva alemã da madrugada de 9 de Abril de 1918, que incidiu no sector português, no dia em que estava previsto iniciar-se o seu processo de rendição por um contingente inglês³⁰.

No final do conflito, o País herdou um Exército desmoralizado e quantitativamente desproporcionado: o corpo de oficiais cresceu dos 3400 de 1914 para os 4900 de 1918 e os oficiais milicianos passaram de 300 para 3000, sem contar com milhares de soldados e sargentos (Matos, 2004, p. 139). O resultado foi o aumento das tensões entre a classe política e o corpo de oficiais, com aquela a culpar estes pelo fraco desempenho no conflito, por contraponto ao do soldado, e com os oficiais, revoltados pela obrigação de participarem numa guerra alheia, a mando de um regime com que não se identificavam, a culparem os políticos pelas derrotas e humilhações sofridas. Os próprios oficiais milicianos, fosse por receio de tumultos em caso de licenciamento ou por opção política de contraponto aos profissionais, foram incorporados no quadro, originando problemas corporativistas (Pinto, 2000, p. 41).

Desta forma, a partir de 1919, a República entrou numa nova fase, a do ocaso. Em definitivo, o Regime Republicano, depois das agruras da Grande Guerra, do Golpe de Estado do Major Sidónio Pais³¹ e da necessidade de combater a Monarquia do Norte³², deixou de confiar no Exército para a sua defesa (Ferreira, 1992, p. 97). É neste contexto que, entre 1919 e 1922, a República substituiu o Exército pela GNR como força do regime.

Deste modo, os efectivos da GNR foram substancialmente aumentados, passando dos 4 575 verificados em 1918 para 14 341, em 1921, com igual proporcionalidade ao nível dos oficiais, que subiu de 142 para 427, na sua maioria milicianos, que tinham um salário superior ao dos oficiais do Exército (Matos, 2004, p. 141). A corporação foi dotada com unidades do RA 3 (3 baterias de Artilharia de Campanha) e 1 Batalhão de Metralhadoras Pesadas (Caeiro, 1997, pp. 112-113). O seu poder e influência política foram tais que permitiram que um seu Chefe de Estado-Maior, o TCor Liberato Pinto, assumisse a chefia de um Governo, em 1920. Porém, ao tornar-se num «Estado» dentro do Estado, a GNR passou a fazer parte do problema republicano, não só pela ingerência excessiva nos assuntos políticos, mas também pelo carácter arbitrário e brutal das repressões efectuadas e por ter entrado em «rota de colisão» com o Exército. O seu poder cessou

³⁰ As perdas totais na guerra foram avultadas: 35 623 nos dois teatros de operações, dos quais 12 000 mortos; na Flandres as baixas totalizaram 14 623, além de 6000 prisioneiros, e em África 21 000 (Martins, 1935, p. 337).

³¹ Sidónio Pais efectuou um golpe de Estado apoiado por subalternos e Cadetes, em 5 de Dezembro de 1917, instaurando um regime presidencialista que durou até ao seu assassinio, em 14 de Dezembro de 1918.

³² Paiva Couceiro efectuou uma revolta monárquica no Porto e em Lisboa, em janeiro de 1919, que foi sufocada.

com a impotência e a complacência demonstrados na Noite Sangrenta de 19-20 de Outubro de 1921, em que figuras gradas da República, como o ex-chefe de governo António Granjo e Machado Santos, foram assassinados (Santos, 1999, pp. 210-229).

Neste espaço de três anos, o Exército preocupou-se em resolver os problemas que o afectavam, como as novas orientações para a política de defesa, os problemas orçamentais e remuneratórios, o excessivo número de milicianos, a disciplina interna e a coesão institucional, ressurgindo o *ethos*, isto é, a mística caracterizadora da Instituição (Telo, 2005). A partir da Noite Sangrenta, o Estado procede ao esvaziamento do peso militar e institucional da GNR e a Nação, no meio da anarquia reinante, olha o Exército como a sua «reserva moral».

Acresce ainda referir os exemplos externos de instauração das ditaduras de Mussolini em Itália, de Kemal Ataturk na Turquia, de Primo de Rivera em Espanha e de Pilsudski na Polónia, que deram o mote aos oficiais do Exército para a intervenção política que mudou o sentido da governação do país. O «ensaio geral» foi efectuado com o falhado golpe militar de 18 de Abril de 1925, desencadeado em Lisboa. As razões do fracasso encontraram-nas os seus autores no exame feito à posteriori: a conjura ter sido feita em Lisboa sem a participação das unidades da província; não terem acautelado as várias sensibilidades das unidades e dos oficiais envolvidos; não terem actuado no cumprimento de um plano detalhado que garantisse a coordenação de esforços. De qualquer modo, ficou claro que um novo golpe devia também apresentar-se como suprapartidário e envolvendo unicamente militares.

Contudo, apesar do 18 de Abril e do julgamento e prisão dos principais implicados, o prestígio do Exército manteve-se incólume como instituição de referência, no qual os partidos anti-Partido democrático, os integralistas, os monárquicos, os católicos ou a extrema-direita depositavam a maior esperança numa regeneração do regime. Durante o julgamento, um dos implicados, o General Óscar Carmona, terá bramado “*a Pátria está doente*”, e outro dos conjurados, o General Botelho Moniz, escreveu que “*a situação do Exército Português é, quer encarada sob o ponto de vista moral, quer ainda sob o ponto de vista material, absolutamente desoladora. O estado de depressão, miséria e aviltamento a que chegou a força pública justificaria, por si só, mil revoluções*” (Moniz, 1925, p. 33).

Portanto, sendo certa a vontade dos oficiais e contando com a simpatia dos vários grupos sociais para o desencadeamento de um novo golpe, para a garantia de sucesso bastava a unificação das várias correntes existente no seio da oficialidade (Telo, 1984, p. 162). Convicção que

aumentou com o extemporâneo e mal preparado golpe de 19 de Julho, desencadeado por Mendes Cabeçadas³³. O 28 de Maio de 1926 daria razão a estes prognósticos.

4.3. A Revolta Militar de 28 de Maio de 1926

Entretanto, o Governo, devido ao disparar da inflação, ao aumento do desemprego, à repressão encetada sobre os anarco-sindicalistas, desbaratou a sua base de apoio popular, que tão útil tinha sido nos pronunciamentos anteriores, e ficou isolado (Telo, 1984, p. 185).

Em 1926, a profecia do que sucederia em 28 de Maio surge num artigo de opinião do ex-presidente do Conselho de Ministros, Cunha Leal, “*o Exército move-se. O Exército está inquieto. O Exército não quer assistir ao afundar da Nação, e prepara-se para intervir. (...) As suas intenções são as mais nobres e as mais levantadas, quando querem substituir pela força a fraqueza das pobres elites que nos governam*” (1926, p. 288). Efectivamente, desde o início desse ano que no Exército se organiza uma revolta. A rede era complexa e vasta, englobando três grupos, distintos na sua matriz ideológica, influência geográfico-militar e no conceito de operações: o grupo «reaccionário-extremista» do General Gomes das Costa, que tinha ligações importantes a unidades da 8ª Divisão (Braga); o grupo republicano anti-Partido Democrático do Comandante Mendes Cabeçadas, que tinha fortes influências na 1ª Divisão, unidades da 4ª Divisão e na região algarvia, contando ainda com a simpatia dos liberais republicanos afectos a Cunha Leal; o grupo sidonista-monárquico, participante no 18 de Abril, do General Sinel de Cordes, TCor Raúl Esteves e Comandante Filomeno da Câmara, que atraía a confiança da geração de Tenentes e Capitães sidonistas (os cadetes de Sidónio Pais do golpe de 1917), o que lhe permitia uma «presença» em várias unidades do País e a simpatia da burguesia e das classes anti-partidos republicanos (Antunes, 1978, p. 122 e Telo, 1984, p. 185). Destes grupos, que tinham como objectivos comuns a intenção de regenerar politicamente o Estado, devolver a confiança à Nação e, como pressuposto para a acção, o não envolvimento de civis e a recusa de interferência partidária, destacava-se o de Sinel de Cordes, pela consistência do planeamento, a abrangência da teia conspirativa, a prudência nas alianças e o pragmatismo da acção. Na verdade, manobrando na «sombra» e sendo mais comedido tacticamente, este grupo jogou com os erros de cálculo e as acções precipitadas dos outros para, a seu tempo, capitalizar os acontecimentos a seu favor.

No princípio de Maio de 1926, os grupos ainda não tinham uma opinião concertada para a acção e tão pouco haviam escolhido um chefe que polarizasse o golpe; foram sondados os Generais Ribeiro de Carvalho (recusou) e Alves Roçadas (morreu em 20 de Abril). A importância

³³ Mendes Cabeçadas urdiu uma sublevação, bombardeando o Palácio de Belém a partir da fragata «Vasco da Gama», fundeada no Tejo, sendo derrotado pelo fogo da Artilharia que a GNR colocou no alto de Monsanto.

da escolha de um general prestigiado que surgisse ao País como o homem providencial fez recair as atenções em Gomes da Costa que se tornou no “*protótipo do «herói disponível»*” (Santos, 1991, p. 54), apesar da falta de confiança que os grupos de Mendes Cabeçadas, que tinha pretensões nesse sentido, e de Sinel de Cordes que, por ser monárquico, não podia ser o líder, lhe votavam (Telo, 2005).

Contactado em 17 de Maio para chefiar o golpe, Gomes da Costa só aceitou a 25 (Campinos, 1975, p. 28), partindo para o Porto; aí conferenciou com oficiais de várias unidades, ficando a saber que o comandante da 3ª Divisão, General Sousa Dias, se opunha ao golpe. A 27 está em Braga onde, por coincidência, decorria o Congresso Mariano, preparado pela Igreja. Como se constata, o golpe que conduziu à queda da 1ª República tem a sua génese na mais católica e conservadora das cidades portuguesas, para onde confluíram Exército e Padroado³⁴.

Nesta cidade, Gomes da Costa iniciou de imediato contactos com os conspiradores do RI 8 e RC 3 (Braga), decidindo-se que a acção seria desencadeada na manhã do dia seguinte. Acertou-se ainda a participação: do RC 11, do Distrito de Recrutamento, da Inspecção de Infantaria, do Recenseamento de Animais e Veículos, do QG e do Batalhão 6 da GNR, unidades de Braga; do RI 3, do Grupo de Artilharia de Montanha Nº 1 e do Distrito de Recrutamento, de Viana do Castelo; do 3º Batalhão do RI 3 e do 8º Grupo de Metralhadoras, de Valença; do RI 20 e do Distrito de Recrutamento, de Guimarães (Antunes, 1978, pp. 138-139). Como pressuposto para o sucesso era imperioso que Braga fosse totalmente controlada, que os comandantes das unidades aderentes do Porto isolassem esta cidade e anulassem qualquer resistência (Wheeler, 1978, p. 270) e que as outras unidades de província, sob controlo dos grupos de Sinel e de Cabeçadas, aderissem, de modo a permitir que o movimento rumasse a Lisboa (Telo, 1984, p. 187).

Antecipando a hora marcada, o RI 8 iniciou as acções às 4h30m, pondo termo a indefinições, seguida das outras unidades. Contra esta movimentação de tropas reagiu o Cmdt da Divisão de Braga, General Domingos Peres, que organizou no Alto Minho um destacamento militar (Campinos, 1975, p. 30-31). No Porto, o Cmdt da 3ª Divisão formou uma coluna que, comandada pelo Coronel David Rodrigues, se dirigiu para Braga para se opor a Gomes da Costa. O Governo de José Maria da Silva, que tomou conhecimento do golpe ainda no dia 27, procurou, com essas forças, «matá-lo» à partida. Contudo, enquanto as forças governamentais da 8ª Divisão se revelaram impotentes para fazer face aos sublevados, rendendo-se, a coluna enviada do Porto

³⁴ Ao longo do dia 28, enquanto o grupo de Gomes da Costa tomava o controlo de Braga e os militares punham flores nos canos das espingardas e se associavam à Procissão das Velas, “*os católicos (...) exclamavam no Congresso (...): «agora é que isto vai entrar nos eixos!»*” (Antunes, 1978, p. 138).

juntou as suas forças às dos adversários. De tal forma que, ainda a 28, Gomes da Costa, com a Guarnição de Braga controlada, preparou-se para marchar para o Porto.

Em Lisboa, Mendes Cabeçadas ao saber do andamento das operações em Braga manobrou no sentido de centralizar na sua pessoa os acontecimentos. Assim, ao mesmo tempo que deu instruções às suas forças para apoiarem as de Gomes da Costa, apresentou-se ao Presidente da República, Bernardino Machado, como chefe do golpe, na tarde do dia 28, instando-o a substituir o Governo por um extra-partidário, mais conforme com os desígnios da República; depois, dada “*a paralisia da guarnição de Lisboa*”, retirou-se com o Comandante Gama Ochoa para Coimbra, para aí tomar o comando das suas tropas do Centro (Telo, 1984, p. 189).

Dada a fraca vontade das forças governamentais tecerem armas contra os revoltosos, da população não se disponibilizar no apoio ao Governo e verificando que a maior parte das unidades manifestavam o apoio a Gomes da Costa, o Governo Democrático de José Maria da Silva percebeu a sua incapacidade em controlar os acontecimentos. No dia 29, a intenção das tropas da Divisão de Lisboa apoiarem os golpistas impeliu Bernardino Machado a um último «golpe de asa»: entregou a chefia do Governo a Mendes Cabeçadas, pensando assim ganhar tempo e dividir as forças sublevadas (Antunes, 1978, p. 141), ou para o poder não cair na rua (Telo, 2005). Perante isto, Gomes da Costa, que a 30 chegou com as suas forças ao Porto, sentiu-se traído.

Entretanto, o grupo de Sinel movimentou as suas «peças» no sentido de «empalmar» os dois grupos: Filomeno da Câmara foi enviado para o Porto, a 29, para aí mover as suas influências nas unidades em prol da causa de Gomes da Costa e, ao mesmo tempo, vigiar o volúvel General, tornando-se seu conselheiro; nesse mesmo dia, Raúl Esteves foi a Elvas dar indicações ao general Carmona para tomar o comando das tropas da 4ª Divisão, dirigindo-se depois para o Entroncamento, onde estava o comando do destacamento de forças organizado por Mouzinho de Albuquerque e Passos de Sousa; a 30, Carmona sublevou a Guarnição de Elvas, tomou o comando das tropas da 4ª Divisão a 31 e marchou para Vendas Novas, onde montou um estacionamento (Telo, 1984, p. 189 e Costa, 1979, pp. 164-165). Como se constata, Sinel acompanhou a marcha de Gomes da Costa para Sul, teve sob controlo as forças de Cabeçadas no Centro e, a partir do Sul, vigiou as movimentações de Cabeçadas e pressionou as forças ainda fiéis ao Governo.

Dada a discrição de Sinel, os homens do momento eram ainda Gomes da Costa e Cabeçadas. Entre 31 de Maio e 1 de Junho, enquanto Bernardino Machado, impotente, abandonou a Presidência e Cabeçadas assumiu o poder, Gomes da Costa, que marchava para Coimbra, desautoriza as decisões tomadas em Lisboa e convoca Cabeçadas para um encontro na cidade do Mondego (Costa, 1979, p. 165). Aí assinam um compromisso, de que resultou um acordo de governo «triúnviro» (Cabeçadas, Gomes da Costa e Ochoa). Mas, o General não concorda com a

distribuição das pastas e, enquanto Cabeçadas regressa a Lisboa, avançou para Sacavém, à frente de um contingente exclusivamente militar, composto por 15 000 homens (Antunes, 1978, p. 142). Os desentendimentos são uma constante, verificando-se dois projectos irreconciliáveis: o de Cabeçadas, que pretendia manter o sistema regenerando a República (Rodrigues, 2002-2003, p. 83) e o de Sinel de Cordes, que preconizava uma ditadura militar e um governo conservador, em que o exército seria «o fiel da balança», o que não desagradava a Gomes da Costa. Para viabilizar este projecto, tornava-se necessário afastar Mendes Cabeçadas, pelo que o grupo de Sinel juntou esforços ao de Gomes da Costa (Telo, 1984, p. 195).

A 3 de Junho, Gomes da Costa estaciona em Sacavém e conferencia de novo com Cabeçadas, procedendo a alterações nas pastas do governo a formar; substituíram Ochoa por Carmona no triunvirato. Gomes da Costa anunciou que entraria em Lisboa no dia 6, o que aconteceu (Rodrigues, 2002-2003, pp. 97-98).

O novo governo tomou posse a 7 de Junho, continuando a desenhar-se as contradições das facções, o que originou «assassinatos» políticos. Primeiro por Gomes da Costa, em 17 de Junho, que afastou Mendes Cabeçadas, acusando-o de pretender partidarizar o sistema em moldes republicanos. Seguiu-se o próprio Gomes da Costa, a 9 de Julho, quando já cingia a chefia do governo com a Presidência, através de um golpe de força de Carmona, acusado de extremismo e de entravar a estabilidade política e social, pois perdera o apoio militar e o dos seus pares da revolta ao afastar do governo Carmona e Ochoa. Sinel de Cordes deu-lhe voz de prisão a 10 de Julho e enviou-o para o exílio, nos Açores.

Portanto, a 11 de Julho estava concluído o processo iniciado em Braga, a 28 de Maio. Vencedores em toda a linha foram os Generais Sinel de Cordes, que sobraçou a pasta das finanças, e Óscar Carmona, que foi escolhido por aquele para a presidência da República. Como se percebe pela descrição dos acontecimentos, a Revolta de 28 de Maio não nasceu de «geração espontânea», não foi um passeio militar de Braga a Lisboa, nem instaurou, sem sobressaltos, uma ditadura militar, ao contrário do que por vezes se julga. Do mesmo modo, a Ditadura Militar revelou-se incapaz, nos primeiros anos, de aplacar a instabilidade social e resolver os graves problemas financeiros do País, situação que, até ao início de 1930, esvaiu a reputação inicial do regime saído do 28 de Maio. De facto, “*a ordem pública foi duramente abalada pelos motins, no Porto e em Lisboa, em Fevereiro de 1927, e que foram mais dispendiosas em vidas humanas que tudo os que os precedera*” (Campinos, 1975, pp. 41-42), não contando com outras insurreições violentas que obrigaram à intervenção do Exército. Quanto aos problemas financeiros da Nação, Sinel de Cordes revelou-se incapaz de os resolver, obrigando Carmona a recorrer à competência de um académico. A 27 de Abril de 1928, Oliveira Salazar ocupou o cargo de Ministro das

Finanças e o sucesso alcançado conduziu-o, quatro anos depois, a Presidente do Conselho; iniciava-se uma nova era em Portugal, com Salazar a efectuar a transição para a Ditadura Civil.

4.4. Síntese

O 28 de Maio culminou uma relação conflituosa entre a República e o Exército, que teve o seu início nos acontecimentos da Rotunda, com um desenvolvimento agravado ao longo da vivência parlamentar do Regime. Este agravamento tem as causas de política externa na Grande Guerra e nos governos ditatoriais que, ao longo do decénio de 1920, se instalaram na Europa. Internamente, as causas políticas derivaram da falência de um regime incapaz em fazer esquecer o período «negro» da governação monárquica e do afrontamento das mais poderosas instituições do País, a Igreja Católica e o Exército. As causas militares, coincidentes na vertente externa e na interna, são a Grande Guerra e a conseqüente participação do Exército no teatro europeu. A conduta na guerra foi sofrível e os seus resultados foram desastrosos, com o Poder Político e o Militar a trocarem acusações mútuas de responsabilização. Também neste acontecimento, a questão colonial marcou presença como factor desestabilizador, com o Exército a acusar o poder político de delapidação de recursos (militares e financeiros) na Flandres que deviam ter sido investidos nas possessões africanas. Depois, ao «injectar» um número exagerado de oficiais milicianos nos quartéis, ao procurar manter os oficiais do QP sob vigilância, ao pretender substituir o conservadorismo do Exército por um ideário de cidadania «democrático» e igualitário e ao dar à GNR a dignidade de baluarte do sistema, a República voltou contra si o Exército. A espiral de desordem atingida em 1926 tornou a revolta militar inevitável e, em alguns sectores políticos e sociais, desejável.

O 28 de Maio foi uma Revolta Militar que durou dois meses e contou com a participação exclusiva de militares (maioritariamente oficiais do topo da hierarquia do Exército apoiados por subalternos e capitães e alguns oficiais superiores da Marinha). Também neste caso há dois precedentes a considerar: a Grande Guerra, onde o Exército participou activamente, e um golpe falhado de 18 de Abril de 1925. A reacção das forças republicanas foi inexistente pois, ainda Gomes da Costa procurava controlar o Norte do País e já em Lisboa o Governo era substituído e o Presidente da República se demitia. A participação de civis foi inexistente, pois os chefes revoltosos o entenderam como um critério para o sucesso.

Os objectivos da Revolta eram a regeneração da Nação e a sua despartidarização, ou seja, o abatimento da República Parlamentar como condição *sine qua non* para a estabilidade do Estado e o desenvolvimento da Nação. Dessa fórmula resultou a Ditadura Militar, onde o Exército, mais do que bastião do Estado representava o próprio Estado, assumindo, depois, o papel de «fiel da balança» do Estado Novo.

5. O EXÉRCITO E A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA

Em 25 de Abril de 1974, um Golpe de Estado genuinamente militar, produto de uma “*maturação (...) longa, de um planeamento (...) cuidado e de uma execução (...) coordenada*” (Correia, 1994, p. 240), da exclusiva responsabilidade de oficiais das Forças Armadas, na sua maioria capitães do Exército, abateu o regime do Estado Novo; a adesão dos civis ocorreu de forma espontânea, durante o desenrolar dos acontecimentos.

5.1. O Conceito Estratégico do Estado Novo

É perceptível que o Conceito Estratégico Português obedece a constantes de política externa desde o século XV ao XX: a percepção contraditória entre o oceano e o continente europeu, concretamente entre o Atlântico e a Espanha, ou seja, afastamento estratégico voluntário em relação ao poder terrestre fronteiriço e a afirmação da vocação marítima do País; decorrente dessa realidade geopolítica, um conjunto de movimentos de longa duração histórica materializados nas alianças privilegiadas com a Inglaterra e a procura constante de diversificação das alianças externas em relação à Espanha, intentando objectivar uma soberania plena no contexto peninsular; um investimento histórico e sucessivo no projecto colonial, que foi, sucessivamente, desde a Índia, até o século XVII, ao Brasil, do século XVII ao XIX, até África, nos séculos XIX e XX.

Estas constantes permaneceram durante o Estado Novo, embora a conjuntura externa tenha imprimido algumas linhas de força que obrigaram o regime a reajustamentos na estratégia delineada, como aconteceu com a Guerra Civil de Espanha, a 2ª Guerra Mundial, a adesão à OTAN, a era da descolonização e a Guerra do Ultramar.

As mais constantes e fortes relações bilaterais de Portugal foram as desenvolvidas com a Espanha, tendo Madrid feito sempre parte do triângulo diplomático de Lisboa, onde se incluía Londres/Washington. Se o perigo espanhol se manteve, com Salazar assumiu contornos específicos, que aproximaram os dois países. O primeiro acontecimento marcante foi a Guerra Civil de Espanha, que implicou um problema de segurança na fronteira terrestre. O conflito, como é sabido, internacionalizou-se, com a Espanha a servir de palco de confronto entre as ideologias fascista, de Hitler e Mussolini (apoiantes de Franco), e Comunista, de Estaline (apoiante de Azãna). Salazar, temendo um regime comunista junto às fronteiras, fez do apoio a Franco um desígnio nacional, tendo a vitória deste dado início a uma base de entendimento na Península (SIC, 1999).

Também a 2ª Guerra Mundial contribuiu para essa cooperação. Consciente que assegurar a neutralidade passava por igual pressuposto na política espanhola, Salazar procurou obter garantias

similares de Franco. A chave do sucesso estava na intermediação da Inglaterra e na assinatura de um tratado entre Portugal e Espanha (Viana, 1996, p. 215). Assim, os dois Estados assinaram um Tratado de Amizade e de Não Agressão, em 1939, e firmaram o Pacto Ibérico, em 1940, onde a neutralidade e a não agressão mútuas ficaram vincadas.

A criação da OTAN foi o terceiro acontecimento que influenciou na relação entre os países ibéricos. Devido a razões geopolíticas de natureza funcional, permitidas pela ilha do Atlântico, Portugal foi convidado pelas potências ocidentais para membro fundador da OTAN, em 1949, o mesmo não acontecendo com a Espanha, situação que esfriou as relações na Península e colocou em causa o Pacto Ibérico. A Salazar, favorecido política e militarmente com a Aliança Atlântica, não interessava, contudo, o isolamento da Espanha, pelo que procurou conciliar os princípios e objectivos da OTAN com os do Pacto Ibérico; inviabilizada a intenção de inserir a Espanha na Aliança, Salazar obteve um acordo bilateral entre os Estados Unidos e a Espanha, em 1953, pelo qual este país foi incluído no sistema de defesa ocidental (Ribeiro, 2004, p. 193).

Quanto à dicotomia Atlântico-Europa, as variáveis foram a 2ª Guerra Mundial, a OTAN e a Europa Comunitária. Na 2ª Guerra Mundial a estratégia de neutralidade portuguesa surgia condicionada pela posse do volfrâmio e pela dispersão das suas possessões em África, no Índico e no Pacífico. O triângulo estratégico Metrópole-Açores-Madeira motivava, a Alemanha, a invasão do primeiro vértice, e à Inglaterra e aos Estados Unidos a ocupação dos outros dois; no Pacífico, Timor encontrava-se na esfera de «co-prosperidade» japonesa e na fronteira dos interesses estratégicos da Austrália; quanto ao volfrâmio, um minério estratégico ao nível dos armamentos, interessava a ambos os beligerantes. Mas, simultaneamente, essa situação conferia a Portugal «argumentos» estratégicos e uma liberdade de acção diplomática importantes, exponenciada pela não existência de reivindicações territoriais (Nunes, 1993, p. 233). Daqui resultou a neutralidade colaborante, que concedeu aos aliados facilidades de utilização da base de Santa Maria (Inglaterra) e das Lages (EUA), como moeda de troca da libertação de Timor-Leste, a partir de 1943, e a venda de volfrâmio aos beligerantes.

Quando, no contexto da Guerra Fria, Portugal foi inserido na OTAN, a mais importante organização internacional de segurança e defesa, apesar do Estado não ser democrático, o dispositivo geopolítico do País tornou-se claramente Atlântico. Esta orientação estratégica, associada ao facto da sua base geoeconómica estar em África, originou um afastamento do continente europeu, que quase se cingiu aos contactos bilaterais com a Espanha. As relações externas de Portugal passaram, por isso, a assentar no triângulo Lisboa-Madrid-Londres/Washington. Porém, o Tratado não incluía as possessões a Sul do Trópico de Câncer, o que obrigou ao desenvolvimento de uma estratégia nacional específica para o Ultramar (Cardoso,

1992, p. 70). A política de descolonização defendida pela ONU, materializada com a Conferência de Bandung, em 1955, ano em que Portugal se tornou membro da ONU, e a Guerra do Ultramar criaram turbulências entre Portugal e a OTAN/Estados Unidos. Enquanto Washington pressionou Lisboa a encontrar uma solução política para a Guerra³⁵ e a Inglaterra não pôde apoiar diplomaticamente Portugal na questão Indiana, o Regime procurou, sem sucesso, o apoio da OTAN nas guerras em África, advogando que“(…) *só se pode entender à luz da política da URSS de envolver a Europa pelo Sul, na medida em que Moscovo não pode lançar um ataque directo*” (Telo, 2001, p. 115). O resultado da postura *Out for Area* da Aliança foi, até 1974, o esfriamento do grau de envolvimento e participação de Portugal no âmbito dos exercícios OTAN.

A aproximação de Portugal à Europa só aconteceu com Marcello Caetano, com a formalização do estatuto de associado da CEE, em 1970, apesar de o País já ser membro da EFTA, desde 1959. Os avanços e recuos da política portuguesa em relação à Europa comunitária decorreram das mudanças de opção britânicas nessa matéria³⁶. Foi um período em que se verificou um movimento contraditório relativamente à dicotomia mar/Europa, face ao binómio África/Europa.

A questão das Províncias Ultramarinas³⁷ constituiu o centro das atenções estratégicas de Portugal desde 1926 a 1974, pois o «Portugal uno, multicontinental e multirracial do Minho a Timor» consubstanciava a autonomia e a independência política do País, era a base da sua economia e justificava o recurso às estratégias político-diplomática e militar para a sua manutenção (Martins, 2000, p. 144-145). O Acto Colonial, de 8 de Junho de 1930, dissipou as dúvidas existentes quanto ao estatuto a conceder às possessões africanas, prevalecendo o princípio da unidade política com o da descentralização administrativa (Salazar, 1933, pp. 58-60).

Se, entre as duas guerras mundiais, Portugal beneficiou do estatuto imperial das potências europeias vencedoras da 1ª Guerra Mundial (Inglaterra e França), tudo mudou com o pós-2ª Guerra Mundial (Martins, 2000, 149). Em 1955, a Conferência de Bandung induziu os povos colonizados à procura legítima da sua autodeterminação; nesse mesmo ano, Portugal tomou assento na Assembleia Geral da ONU, aceitando o desafio de uma política de descolonização. Contudo, Salazar, apoiado na premissa advogada de que as Províncias Ultramarinas eram território integrante do conjunto unitário português, não enveredou pela cedência de soberania de «parcelas» nacionais, ao contrário do que fizeram outras potências (Inglaterra, França, Holanda)

³⁵ A pressão americana foi «temperada» pelo interesse em manter válido o acordo das Lages, pelo temor de o poder soviético vir a controlar o centro da Europa e para evitar clivagens na OTAN, numa fase crucial da Guerra Fria.

³⁶ Em 1961, a Inglaterra e Portugal pediram para entrar na CEE, o que foi recusado, devido à oposição da França de De Gaulle; em 1962, a Inglaterra desistiu da entrada na CEE e Portugal fez o mesmo; em 1972, a Inglaterra entrou na CEE e Portugal pediu para entrar, sem sucesso.

³⁷ A partir de Junho de 1951, a Constituição substituiu a designação de Império pela de Ultramar e a de Colónias (terminologia republicana) pela de Províncias (Garcia, 2003, p. 77).

Por isso, o Regime português ficou isolado neste contexto, não podendo contar com o apoio inglês e sofrendo a pressão americana.

Em 1961, iniciou-se a Guerra do Ultramar. A sua eclosão, além de mostrar a irredutibilidade de Salazar na política ultramarina, bem vincada na sua célebre frase “*para Angola, rapidamente e em força*” (SIC, 1999), teve implicações profundas no futuro político da Nação. A verdade é que a população portuguesa residente na metrópole e em África jamais acreditou que os acontecimentos iniciados em Angola se transformassem numa subversão armada generalizada às várias províncias (Garcia, 2003, p. 81). Já o Regime previa essa possibilidade desde finais do decénio de 1950, como revelam a transferência do esforço militar da Europa para África e as reestruturações do aparelho militar ao nível da sua organização, dispositivo e treino. Em 1963, quando o PAIGC sublevou a Guiné, Salazar ainda ameaçou os revoltosos anunciando para o Ultramar três tomadas de posição possíveis: “*a mais estreita e amigável colaboração, se julgarem útil; a maior correcção se formos dispensados de colaborar; a defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converterem as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios*” (Salazar, 1967, p. 315).

Em vão, a guerra seguiu o seu curso durante 13 anos ininterruptos, com o Regime a ter de combater militarmente em três teatros de operações distintos e dispersos, politicamente a oposição e a intransigência da comunidade internacional e «intra-muros» um inimigo revolucionário e oposicionista (Garcia, 2003, p. 101). Marcello Caetano, num sinal de abertura, formalizou o conceito de Províncias Ultramarinas em Estados Ultramarinos e descentralizou a administração local, em 1971. Contudo, incapaz de solucionar politicamente o conflito, envolvido numa crise económica, com uma crescente insatisfação social e com divisões institucionais no seu interior, o Regime foi deposto por um conjunto de oficiais que queria um novo rumo para o País.

Um último apontamento sobre o objectivo do Estado em assegurar uma total liberdade de acção interna na tomada de decisões. Ao longo da sua existência, o Estado Novo confrontou-se com movimentos oposicionistas (PCP, Integralistas, MUD, «terramoto» Delgado, Revolucionários) e algumas tentativas de golpes de Estado, como do General Botelho Moniz, em 1961. Perante tal situação, embora contasse com a fidelidade das forças policiais e da vigilância apertada da Polícia Política, era no Exército que o Estado Novo apoiava a sua sobrevivência. Essa cumplicidade foi bem visível em momentos marcantes como a 2ª Guerra Mundial ou a Guerra do Ultramar. No entanto, perdeu-se no decénio de 1970, porque Caetano permitiu a continuidade de uma guerra sem solução militar, criou divisões no seio da hierarquia e «afrontou» as especificidades corporativas dos oficiais formados na Academia Militar.

5.2. O Exército e a Guerra do Ultramar

Até 1959, ano em que a ameaça de guerra subversiva no Ultramar obrigou a tomar medidas reestruturantes para lhe fazer face, Portugal pautou a sua preparação para a guerra numa óptica de defesa continental e europeia, preconizada na reorganização militar de 1937³⁸. De facto, um pouco à semelhança da organização de 1889-91, o Exército tinha as suas forças divididas em metropolitanas e coloniais, embora obedecendo a princípios orgânicos comuns, como a instrução táctica e técnica das tropas e o seu emprego em campanha. Em tempo de paz, a organização das tropas compreendia Unidades de Fronteira, com a missão de assegurar a guarda e a vigilância dos pontos vitais do Território Nacional e especialmente das fronteiras³⁹, e Unidades de Linha, com capacidade organizativa e de mobilização para serem empregues num reduzido número de dias. Das Unidades de Linha constavam as Grandes Unidades (4 Divisões). Este dispositivo obedecia à divisão do Território Nacional em três teatros de operações, a Norte do Douro, entre o Douro e a linha Elvas-Serra da Ossa-Sado e a Sul desta linha, verificando-se que as forças de defesa se concentram entre o Vale do Tejo, a Sul do Mondego, e a Península de Setúbal, zona de acesso para Lisboa (Cardoso, 1992, p. 67). A Espanha era ainda uma ameaça a vigiar.

Portanto, quando Portugal aderiu à OTAN, a estrutura militar do País assentava num Exército de massas destinado à defesa na Península, como resultado do Pacto Ibérico e da 2ª Guerra Mundial, situação contrária às intenções da Aliança, que pretendia que “*Portugal contribuisse para a defesa euro-atlântica, com uma pequena força aero-naval*” (Ribeiro, 2004, p. 195). A OTAN acabou por influir nas prioridades estratégicas para a utilização das forças militares e na mentalidade dos oficiais. Assim, as prioridades foram fixadas, por esta ordem, na defesa de Portugal Continental (ilhas atlânticas incluídas), na contribuição para a defesa da Europa, na reserva geral e na defesa nos Pirinéus (Cardoso, 1992, p. 70-71). Quanto à mentalidade castrense, a cooperação interoficiais na esfera da Aliança foi de tal forma que fizeram surgir, “*no final dos anos 50 (...) uma geração NATO*” (Telo, 2001, p. 112). Geração essa que originou clivagens entre as Forças Armadas e o Poder Político, como aconteceu com a campanha presidencial de Humberto Delgado, em 1958, e o golpe do General Botelho Moniz, em 1961 (Ribeiro, 2004, p. 195), para depois redundar num pacto implícito entre os dois poderes, que a Guerra do Ultramar cimentou, pelo menos até ao afastamento de Salazar (Telo, 2001, p. 112).

Em 1959, Botelho Moniz, então Ministro da Defesa, pensou uma estrutura organizacional capaz de se opor ao *modus operandi* subversivo que fluía do Ultramar, procedendo ao reajustamento do contingente terrestre. Foi, então, criado o GML, a 1ª Região Militar (Porto), 2ª

³⁸ Ver Ministério da Guerra, **Reformas Militares de 1937**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938. pp. 15-54 e 70-73.

³⁹ A eclosão da Guerra Civil de Espanha esteve na base deste ordenamento.

Região Militar (Tomar), a 3ª Região Militar (Angola, que incluía também S. Tomé e Príncipe), a 4ª Região Militar (Moçambique) e 7 Comandos Territoriais Independentes (Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné, Estado da Índia, Macau e Timor)⁴⁰. Em 1962, as três regiões Militares da metrópole foram alargadas a quatro, com a inclusão da de Évora⁴¹. Em conformidade com estas reformas, o CSDN procedeu a uma readaptação estratégica do emprego de forças: o esforço militar da Europa foi transferido para África; reduziu-se a cooperação com a Espanha na defesa peninsular nos Pirinéus a uma atitude mais política que militar; foi revisto o plano de defesa interno do Território Nacional.

Os ataques da «hoste» de Holden Roberto às prisões de Luanda, em 4 de Fevereiro de 1961, e a chacina no Norte de Angola de populações brancas e negras, na noite de 15-16 de Março, iniciaram a Guerra do Ultramar, que teve efeitos imediatos no País, ao nível militar e político.

A nível militar, o primeiro dado a registar é a exponenciação dos efectivos. No início da guerra, as forças militares contavam com 79 000 efectivos, sendo 58 000 do Exército, estando 40 422 concentradas na Europa; no final do conflito, Portugal contava com 217 000 homens em armas, dos quais 149 000 estavam empenhados na Guerra do Ultramar (Cann, 1998, p. 26).

A prestação do serviço militar manteve-se, até 1968, nos moldes concebidos em 1937, embora a prática das remissões tenha sido anulada. A partir de 1968, a incorporação passou a realizar-se em quatro turnos anuais, o que permitia uma maior capacidade de instrução nas unidades e a mobilização de unidades completas, que eram dissolvidas quando chegavam ao continente (Matos, 2004, p. 184). Perante a necessidade crescente de soldados recorreu-se em larga escala ao recrutamento de soldados nas colónias, sobretudo negros, «africanizando» os efectivos.

A instrução militar passou a incorporar as técnicas de contra-guerrilha, com O Exército na Guerra Subversiva a servir de manual normativo do treino militar. Foram criadas unidades de forças especiais, como os Caçadores Especiais, o Centro de Instrução de Operações Especiais e de Comandos, sendo visível a preocupação em dotar a tropa com um treino e uma capacidade de actuação consentâneos com o alvor de um conflito não convencional⁴². No terreno, as forças foram divididas em dois tipos, de Intervenção e de Quadrícula: as primeiras, baseadas nas tropas especiais (Comandos no Exército, Pára-Quedistas na Força Aérea e fuzileiros na Marinha), destinavam-se a operações de contraguerrilha, irregulares e ocupação de áreas sensíveis e escoltas; as segundas, tendo uma vocação operacional mais defensiva, ocupavam o terreno e opunham-se aos ataques da guerrilha.

⁴⁰ Anexos F

⁴¹ Anexo G.

⁴² Sobre a adaptação do exército Português à Guerra do Ultramar ver Carneiro, 2000, pp. 90-94.

Assim, “foi um Exército de massas, com elevados efectivos e baixo nível de equipamentos e armamentos, aquele que combateu nos três teatros de operações de África, organizados com base em infantaria ligeira – caçadores –, e esta assente em unidades de pequenos efectivos – a companhia –, com autonomia logística, administrativa e operacional. (...) O batalhão manteve durante toda a guerra a unidade típica de comando operacional e administrativo das companhias, podendo controlar até cinco destas unidades (Afonso e Gomes, 1995, p. 79). Um conjunto de batalhões, de número variável, cada qual comandado por um TCor, formavam um Sector, de comando de Coronel, que por sua vez se juntavam para constituir os Agrupamentos, comandados por um Coronel ou Brigadeiro (Matos, 2004, p. 182). Portanto, a maioria das operações no terreno era efectuada por unidades de pequena dimensão, com treinos e tácticas equiparadas às dos «insurrectos», o que permitiu a sustentação de uma guerra com um ritmo lento e custos controlados (Cann, 1998, p. 33). Unidades essas (destacamentos e companhias) comandadas, respectivamente, por subalternos e capitães, sendo estes os que estavam no terreno e que detinham um comando efectivo de tropas.

Ao nível político, a estratégia de contra-subversão adoptada assentou em quatro premissas: através da estratégia militar manter a ordem nas províncias e derrotar os revoltosos em combate; com a estratégia diplomática garantir a cooperação e a compreensão dos aliados tradicionais, anular a prática política de países que se opunham à guerra desenvolvida por Portugal em África e tentar encontrar plataformas de entendimento com os movimentos subversivos, de forma a sustentar a soberania nacional; através da estratégia económica encetada nas Províncias, melhorar as condições de vida das populações autóctones, fazendo-as sentir-se parte integrante do Portugal uno (Cunha, 1977, pp. 31-32); a estratégia psicológica destinava-se a obter o apoio das populações e a desmoralizar o inimigo, fortalecendo o moral das próprias forças.

Em finais dos anos sessenta, a situação na guerra sofre algumas alterações importantes. Se o início do conflito coincidiu com um período de entendimento entre o Poder Político e as Forças Armadas, de tal forma “*que as sucessivas atitudes contra a guerra em África jamais encontraram eco nas Forças Armadas*” (Ferreira, 1994, p. 18), a sua continuação e as exigências crescentes da afectação de recursos humanos para o «alimentar» preocupou as chefias. O moral dos soldados, obrigados a uma comissão de dois anos, começou a diminuir, principalmente quando as rendições passaram a sofrer atrasos; quanto aos oficiais e sargentos, ao voluntarismo sucedeu a imposição, por manifesto cansaço do Ultramar (Matos, 2004, p. 185).

Assim, a degradação da situação militar, o aumento do potencial bélico da guerrilha e a indisponibilidade do regime em dialogar com os movimentos de libertação uma solução política do conflito, reforçou, entre os militares do QP, a convicção de uma derrota militar e a

possibilidade de serem, à semelhança do que acontecera na Índia, em 1961, os «bodes expiatórios» (Afonso e Gomes, 1995, p. 551). O descontentamento cresce e o Governo, na procura de equilibrar os postos de subalterno e capitão, acabou por imitar os legisladores de 1911, ou seja, tratou de reforçar o quadro de complemento⁴³. Assim, depois de aberta a possibilidade de oficiais milicianos frequentarem a Academia Militar, em 1969 foi criado o Quadro Especial de Oficiais, alternativo ao QP e, por fim, decidiu-se a graduação, no posto de Capitão, de oficiais milicianos seleccionados durante a frequência dos respectivos cursos, acautelando, no entanto, a antiguidade dos oficiais oriundos do QP. Porém, estas medidas, além de desvalorizarem a especificidade do ensino na Academia Militar, romperam o elo de fidelidade entre o regime e os oficiais de escalões intermédios do QP (Afonso e Gomes, 1995, p. 549). A desproporção entre os oficiais do QP e os milicianos foi de tal ordem que, em 1972, nas companhias os graduados do quadro se cingiam ao comandante de companhia (Capitão) e a um ou dois sargentos, responsáveis pela administração da subunidade (Martelo, 1999, pp. 289-290).

Então, em 1972, a organização militar metropolitana foi alterada, passando a constar o GML, as Regiões Militares do Porto, de Coimbra, de Tomar e de Évora e o Comando Territorial do Algarve⁴⁴. Em Julho desse ano, Caetano, a braços com a pressão da comunidade internacional, proclamava: “*«as forças militares que servem na África portuguesa e hoje têm cerca de metade dos seus efectivos constituídos por africanos, não fazem a guerra: asseguram a paz. Quem perturba a paz é quem ataca, não quem defende. E só por torva manobra de propaganda se pode querer condenar os que agem em legítima defesa, em vez de se procurar actuar sobre quem desencadeia a agressão»*” (Rodrigues, 1974, p. 12). O Presidente do Conselho percebeu também que havia problemas militares de crescente gravidade. A esse respeito, em conversa com Freitas do Amaral, desabafa: “*(...) quanto à continuação da guerra tenho as maiores dúvidas. Porque as Forças Armadas (...) já não se querem continuar a bater, e o que desejam é fazer a paz. (...). O moral das tropas é péssimo (...). Não sei dizer por quanto tempo mais aguentarão o grande esforço que lhes é pedido. Suspeito de que não será por muito*” (Amaral, 1995, p. 128).

O descontentamento aumentou quando o Ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo, no seguimento do «Congresso de Combatentes do Ultramar», realizado por antigos oficiais milicianos, no Porto, em Junho de 1973, decidiu reforçar o ingresso no quadro permanente de oficiais de Complemento, publicando o DL N° 353/73, de 13 de Julho, que permitia aos capitães milicianos integrarem as armas de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia, depois de um curso intensivo de dois semestres na

⁴³ Por razões de ordem financeira, tanto Salazar como Caetano não reforçaram os quadros, como exigia a situação, argumentando que “*os quadros eram duradouros e a guerra temporária*” (Matos, 2004, p. 185).

⁴⁴ Anexo H.

Academia (os cadetes frequentavam a Academia durante três anos). Como a antiguidade que contava era a de Tenente (dada na segunda comissão como milicianos) e não a da frequência do curso na Gomes Freire, os capitães oriundos de cadete eram ultrapassados por aqueles, o que indiciava uma clara desvalorização da importância formativa da Academia Militar (Martelo, 1999, p. 186). Perante o eco dos protestos, o Ministro procurou «emendar a mão», publicando o DL Nº 409/73, de 20 de Agosto que, ao salvaguardar os interesses em termos de antiguidade dos oficiais superiores sem contemplar as reivindicações dos capitães, agudizou a insatisfação dos oficiais subalternos e dos capitães «puros»⁴⁵.

Se a Guerra do Ultramar pode ser considerada o catalisador geral para o início das conspirações militares, através do «Movimento dos Capitães», que conduziram à queda do Estado Novo, estes dois Decretos são o catalisador específico, que nem a sua anulação e a nova tabela salarial, entretanto aprovada por Marcello Caetano, estancou. Doravante, a oposição corporativa enveredava por uma vertente política anti-guerra e contra o Regime.

A conspiração que desembocou no «25 de Abril» evoluiu durante cerca de um ano e várias reuniões⁴⁶ e conheceu três fases: a primeira (Julho-Setembro de 1973) é de cariz corporativo; a segunda (Setembro de 1973-Fevereiro de 1974) marca a tomada de consciência da necessidade de dar uma solução política à guerra; a terceira (Fevereiro-Abril de 1974) em que consta a decisão de derrubar o regime do Estado Novo, compreendendo a organização do golpe de estado militar (Ferreira, 1994, p. 21). A inviabilidade legalista de forçar o Governo à satisfação das pretensões constantes das reuniões realizadas e dos documentos produzidos, esfumou-se em meados de Março de 1974, quando alguns dos principais mentores do Movimento são transferidos (caso de Vasco Lourenço, para os Açores) e o CEMGFA, General Costa Gomes, e o vice-CEMGFA, General Spínola, que eram vistos como os futuros líderes do Movimento, são demitidos por se recusarem ao preito de obediência da «brigada do reumático»; *“doravante a necessidade de avançar com um golpe de força impõe-se e colhe o apoio de todos os sectores do Movimento”* (Reis, 1994, p. 15).

Durante o período conspiratório, Caetano não compreendeu que o problema dos capitães, a partir de certa altura, ultrapassara as meras reivindicações corporativas, pois defendiam o fim da guerra; não compreendeu que a tropa não se revia no comando das chefias tradicionais, estando os soldados ligados aos oficiais de posto intermédio, que por eles eram treinados na metrópole e com

⁴⁵ Auto-designação dos oficiais oriundos de cadete, por oposição aos «espúrios», oriundos de milicianos.

⁴⁶ Ver reuniões conspiratórias em Cunha, 2005, pp. 183-185. A denominação MFA foi adoptada na reunião de Cascais, em 5 de Março de 1974, substituindo a de MOFA, definida em Óbidos, a 1 de Dezembro do ano anterior.

eles combatiam na selva; não compreendeu que afastar os dois generais de maior prestígio no Exército e com simpatias no Movimento aceleraria uma intentona (Rosas, 1999, p. 25).

E, assim, depois da tentativa extemporânea e isolada do golpe saído das Caldas da Rainha, em 16 de Março⁴⁷, seguiu-se, pouco mais de um mês depois, a «Operação Fim-Regime» que, em menos de 24 horas, depôs um regime com 48 anos de existência.

5.3. O Golpe de Estado Militar de 25 de Abril de 1974

O fracasso do 16 de Março contribuiu, ironicamente, para o sucesso do 25 de Abril, por quatro razões fundamentais: o Movimento, agora conhecedor dos dispositivos e capacidade de defesa do regime, redobrou os cuidados com o secretismo da conspiração, preocupou-se com a elaboração de um plano de operações detalhado, a definição de um comando centralizado, acelerou os preparativos para o golpe e fez do factor surpresa a «chave» do sucesso; permitiu-lhe também testar a motivação e a cooperação das unidades afectas ao MFA; o Governo, depois de debelado o golpe das Caldas, aquietou-se, julgando impensável a possibilidade de um novo golpe ser efectuado no curto prazo; do mesmo modo convenceu-se que o MFA não tinha uma capacidade de mobilização abrangente no Exército (Júnior, 2005). A este respeito, Marcello Caetano referiu a sua surpresa pelo facto de o MFA se ter recomposto tão depressa do insucesso de 16 de Março e ter actuado de forma célere e eficaz contra o regime, apanhando as suas forças desprevenidas e sem capacidade de reacção efectiva (1974, pp. 203-204).

Efectivamente, “o 16 de Março vai obrigar o movimento a decidir-se (...) pela realização da operação militar (...)” (Carvalho, 1999, p. 271). Assim, na última reunião clandestina da comissão coordenadora do MFA (24 de Março de 1974) o golpe de estado foi marcado para o período de 20 a 29 de Abril, (Júnior, 2005) decidindo-se o não envolvimento de elementos civis (populares ou políticos) nas operações. Ficou também decidido que o Major Otelo Saraiva de Carvalho seria o comandante operacional, o Major Vítor Alves, o coordenador político, e o TCor Garcia dos Santos, o responsável pelas transmissões. Nessa reunião “lançam-se as bases para a «viragem histórica»” (Carvalho, 1998, p. 255).

O «Plano Geral de Operações (viragem histórica)», gizado por Otelo⁴⁸, estipulava a divisão do Território Nacional em duas zonas, Norte do Douro e Sul do Douro; a Zona Sul, por sua vez, era subdividida em quatro sectores: Norte, Centro, Sul e Lisboa (Carvalho, 1998, p. 263). Lisboa

⁴⁷ Na madrugada de 15 para 16, o RI 5 iniciou uma tentativa de golpe marchando com uma coluna motorizada para Lisboa, sendo interceptada, à entrada da cidade, por forças do RAL, do RC 7 e da GNR. “(...) verificando que na cidade não tinha qualquer apoio, a coluna rebelde inverteu a marcha e regressou ao quartel das Caldas da Rainha que foi imediatamente cercado por forças da Região Militar de Tomar” – Comunicado da Secretaria de Estado Informação e Turismo, in (Rodrigues, 1974, p. 7-8).

⁴⁸ Ver Plano de Operações em Carvalho, 1999, Anexo XXI.

constituía o epicentro da acção, pois nela concentram-se as estruturas do poder e os objectivos remuneradores, para onde deviam convergir as forças que materializariam o cumprimento da missão; às restantes regiões cabia uma missão subsidiária (Rezola, 1999, p. 33).

Os principais objectivos operacionais a ocupar ou anular eram: o QG de Lisboa, centro nevrálgico das forças do Regime; o aeroporto da Portela, o que isolaria a cidade do exterior; a RTP, a EN e o RCP, que tiraria ao adversário a capacidade de comunicar com as populações e permitia ao Movimento motivar, em seu favor, as ânsias populares; a margem Sul do Tejo, na área do Cristo Rei, de forma a controlar o movimento de viaturas na ponte Salazar e o marítimo na Barra do Tejo e a manter sob vigilância o Terreiro do Paço, onde estavam a maioria dos ministérios, entre os quais o do Exército; o Palácio Presidencial, em Belém, e o Governamental, em S. Bento; a sede da DGS e a da Legião Portuguesa.

Na análise do potencial relativo de combate, o Movimento contava com a adesão de grande parte das unidades do Exército, a Força Aérea garantia a neutralidade, se bem que os pára-quedistas e as Bases Aérea 3 (Tancos) e 5 (Monte Real) fossem favoráveis, e a Marinha, no mínimo, não se opunha às operações⁴⁹. Em Lisboa, as forças que declaradamente eram tidas como opositoras eram as forças policiais (DGS, GNR e PSP), a Legião Portuguesa, o RL 2 e RC 7 e, fora de Lisboa, as forças aquarteladas em Leiria, Tomar, Torres Novas e Elvas⁵⁰. Para a conquista de cada um estava previamente designado um contingente.

Feitos os preparativos, estipulados os objectivos, contabilizados os apoios e identificadas as ameaças, o Plano foi dado a conhecer aos intervenientes e debatido nas suas linhas de acção. O PC do MFA, com o nome de código «Óscar», foi instalado no quartel de Engenharia da Pontinha onde, entre outros, estavam Otelo e Garcia dos Santos, que coordenavam as operações. O despoletar do golpe seria dado através de senhas, fórmula encontrada para a actuação simultânea de todas as unidades envolvidas, para evitar saídas em falso, como aconteceu nas Caldas⁵¹.

A partir da «Grândola, Vila Morena» e até às 03h da madrugada, as unidades iniciam os movimentos e actuam em direcção ao objectivo designado. A força da EPI, comandada pelo Capitão Rui Rodrigues, que saiu de Maфра pelas 02h, segundo o trajecto Malveira-Loures-Frielas-Camarate, dirigiu-se para o Aeroporto da Portela, que tomou pouco passava das 04h, fechando o espaço aéreo. Mais ou menos à mesma hora, do Campo de Tiro da Serra da Carregueira sai uma coluna comandada pelo Capitão Oliveira Pimentel em direcção à rua do Quelhas, onde se situa a

⁴⁹ Anexo I.

⁵⁰ Anexo J.

⁵¹ A canção de Paulo de Carvalho “*E depois do Adeus*”, colocada no «ar» às 22h55m de 24 de Abril no Rádio Clube Português (RCP), era o sinal para as unidades ultimarem preparativos para a acção; a “*Grândola, Vila Morena*” de José Afonso, cantada na Rádio Renascença às 00h20m do dia 25, significava a hora H das operações.

EN, que ocupa às 03h15m. Poucos minutos antes desta hora, elementos da EPAM, chefiados pelo Capitão Teófilo Bento, dominam as comunicações na RTP, no Lumiar. Entretanto, na rua Castilho, a CCç 4241 (vinda de Santa Margarida), comandada pelo Tenente Mascarenhas, cerca as instalações do RCP, que são tomadas pelo grupo chefiado pelo Capitão da Força Aérea Costa Neves; as antenas desta estação de rádio, de Porto Alto, são controladas pela EPE. Portanto, cerca das 03h30m o aeroporto e as instalações radio e televisionadas estão na posse do Movimento.

Cerca das 03h, a CCç 4246, de Santa Margarida, instala-se nas imediações de Vila Franca de Xira, com o objectivo de controlar a ponte Marechal Carmona. Nessa altura, a renitente EPA é dominada pelos militares do Movimento, que marcham para Almada, posicionando as suas baterias no morro do Cristo-Rei, enquanto forças do RC 3, de Estremoz, tomavam posições no topo Sul da ponte Salazar, cerca das 07h. A Norte, o RI 12, da Guarda, fecha com as suas forças a fronteira de Vilar Formoso, o mesmo fazendo, na região Centro, o BCç 6, de Castelo Branco, na área fronteira de Segura, e elementos do RC 3 no Caia; militares do RA 3, de Évora, controlam a região raiana de S. Leonardo e o RI 3, de Beja, faz o mesmo em Vila Verde do Ficalho (Castanheira, 2004, pp. 84-85). Na faixa costeira longitudinal, o QG do Porto é conquistado cerca das 03h30 (onde o Movimento instalaria o comando das operações da zona Norte), a Figueira da Foz é ocupada pelas unidades da cidade (RAP 3 e CICA 2) e os RI 10, de Aveiro, e 14, de Viseu.

Desta forma, cerca das 07h, o Movimento vigiava os acessos terrestres, marítimos e aéreos do País, podendo centrar a atenção no «assalto» decisivo a Lisboa. O cerco ficou completo pelas 09h30m, quando camiões militares do Movimento formaram uma barreira na Estrada Nacional Nº 1, junto ao RAL, na Rotunda da Encarnação (Rodrigues, 1974, p. 82).

Depois de conhecida, na Pontinha, a evolução favorável da conjura e o facto de que o Regime tinha sido alertado, o MFA difundiu ao País a primeira comunicação, através do RCP, às 04h20m, informando a população da ocorrência do golpe, apelando à calma e aconselhando as pessoas a ficarem em casa.

Nesta altura, o Governo ainda mal tinha compreendido o que estava a ocorrer. Enquanto as forças do Movimento iam tomando posições dominadoras, na EPT, o posto de comando do MFA recebe a notícia de uma interceptação de uma conversa telefónica entre os ministros do Exército, Andrade e Silva, e da Defesa, Silva Cunha, que denotava tranquilidade (Rezola, 1999, pp. 34-35). O alerta surgiu no Porto, às 03h30m, quando o QG foi ocupado pelo BCç 9, de Viana do Castelo, e tropas do CIOE, de Lamego, que anularam a resistência do comandante da Região Militar, apoiado por contingentes da GNR e da PSP (o RI 8, de Braga, e 13, de Vila Real, recusaram-se a cooperar na defesa, e o RC 6, do Porto, foi neutralizado). Na Região Militar de Coimbra só às

4h40m é que surgiu o alerta, na de Évora às 05h e na de Tomar às 06h; era já tarde para o Regime conseguir mobilizar forças capazes de se oporem ao golpe (Cervelló, 1993, p. 182).

Por incrível que pareça, o Presidente do Conselho só às 05h foi alertado da ocorrência de um Golpe de Estado no País, por Silva Pais, director da DGS, isto numa altura em que o QG de Lisboa já tinha caído na posse do Movimento, meia hora antes, e depois de este divulgar um segundo comunicado, às 04h45m (Rezola, 1999, p. 35), que apelava à desmobilização de qualquer acção contra o MFA (Castanheira, 2004, p. 85). Efectivamente, uma força do BCç 5, depois de um cerco, tomou o QG de Lisboa, cerca das 04h30m, privando as forças governamentais de um ponto vital capaz de coordenar uma eventual contra-ofensiva à acção do Movimento (Carrilho, 1985, p. 298). Só às 06h, de forma incipiente e descoordenada, o Regime procurou mobilizar efectivos, socorrendo-se da GNR, do RC 7 e do RL 2.

A primeira medição de forças entre os «dois lados da barricada» ocorreu no Terreiro do Paço, para onde confluíram forças do RC 7 e do RL 2, afectas ao regime, e uma coluna militar da EPC, do Movimento, que saiu de Santarém às 03h⁵², sob o comando do Capitão Salgueiro Maia. Depois de entrar em Lisboa pelo lado Norte, às 05h30m, Maia dirigiu-se para a Baixa da capital, onde a coluna controlou o Banco de Portugal, a Rádio Marconi e ocupou o Terreiro do Paço, «marcando» o terreno, depois de uma coluna da Administração Militar de Lisboa do RC 7, comandada por um Alferes, ter sido intimada a passar-se para o Movimento (Maia, 1997, p. 89). Aqui, confrontou-se com uma força da PSP que ocupava a praça, que se absteve de interferir com a coluna militar. Às 07h, o Capitão da EPC viu surgir, do Cais do Sodré, um esquadrão de reconhecimento do RC 7, comandado pelo TCor Ferrand D’Almeida que, por estar isolado, se rendeu; o mesmo aconteceu a um contingente da GNR que a partir do Campo da Cebolas apareceu no Terreiro do Paço (Maia, 1997, p. 90-91). Até esta altura, *“as forças fiéis ao Governo estavam em absoluta superioridade, não só em pessoal e material, mas também em viaturas e munições; depois do «reforço» das forças do RC 7 e do RL 2, as coisas começaram a ficar mais equilibradas (...)”* (Maia, 1997, p. 93).

Ocorreram, então, cerca das 09h, no Terreiro do Paço, os momentos de maior tensão e perigo para as forças do MFA. O primeiro, a partir do Tejo, onde a Fragata «Almirante Gago Coutinho», comandada pelo Capitão-de-fragata Seixas Louçã, recebeu ordens governamentais para virar as

⁵² Inicialmente, à coluna da EPC não terá sido atribuída qualquer missão específica, pois a ideia seria desviar a atenção do regime e dispersar as suas forças (Castanheira, 2004, p. 83). A força de Salgueiro Maia era composta por: *“um comando com um jeep e uma ambulância, um Esquadrão de atiradores a 8 pelotões, com 179 homens, um Esquadrão de Reconhecimento a 3 pelotões, com 58 homens em dez blindados [Panhard] 7 dos quais eram autometralhadoras”* (Bernardo, 2002, pp. 112-114).

suas peças para o Terreiro do Paço e fazer fogo sobre as viaturas que aí se encontravam⁵³. Mas a tripulação amotinou-se, inviabilizando qualquer comando no seu interior, tendo contribuído para isso a ameaça que constituía a artilharia posicionada no Cristo-Rei, que manifestou a intenção de abrir fogo caso a fragata interviesse nos acontecimentos. Ao fim da manhã, a fragata retirou, fundeando no Alfeite. O segundo momento ocorreu quando uma força, comandada pelo Brigadeiro Junqueira dos Reis (2º Cmdt do GML), e composta por 4 carros de combate Patton M47, uma CCç (do RI 1) e 2 pelotões da PM (Carrilho, 1985, p. 299), procurou o confronto directo com os efectivos de Salgueiro Maia. O Brigadeiro, que procurou envolver as forças adversárias, dividiu as suas em duas colunas, que avançaram a partir da avenida Ribeira das Naus, sob o comando do Major Pato Anselmo, e da rua do Arsenal, com o comando do próprio Brigadeiro; depois de negociações encetadas por Maia, a primeira coluna rendeu-se e a do Brigadeiro Reis recusou-se a disparar sobre as tropas de Maia (Rezola, 1999, p. 37)⁵⁴.

A «prova de fogo» do Terreiro do Paço estava vencida e, com ela, o próprio golpe, porque, como escreveu, posteriormente, o Coronel Viana de Lemos, Subsecretário de Estado do Exército, *“a base militar do sucesso do golpe esteve na chegada rápida ao Terreiro do Paço de uma coluna com blindados da EPC que ocupou o terreno antes das forças de cavalaria”* (1977, p. 102). A resposta do Regime tornava-se incipiente pela contínua deserção verificada nas suas forças e porque um «novo elemento» passou a influir nos acontecimentos, a população. De facto, a meio da manhã, o Terreiro do Paço e as ruas confluentes à Praça Camões estavam repletas de gente, vitoriando o MFA, prenunciando um cariz revolucionário do golpe e dando-lhe uma força e legitimidade acrescidas. Às 12h, o PC da Pontinha dá ordens a Salgueiro Maia para que se dirija para o Carmo, para sitiar o QG da GNR, onde se tinha refugiado Marcello Caetano. Ao mesmo tempo, o Major Jaime Neves recebeu ordens para orientar para a Penha de França as forças que com ele tinham saído da Pontinha em direcção ao Terreiro do Paço de modo a auxiliar Maia contra Junqueira, para impor a rendição do QG da Legião Portuguesa, o que se verificou às 13h30m.

No Carmo ocorreu, então, o último episódio do golpe. As tropas da EPC montaram um cerco ao Quartel, às 12h30m, depois de para aí se terem dirigido pelo trajecto Terreiro do Paço-Rua Augusta-Rossio-Rua 1º de Dezembro-Chiado, com uma multidão de gente atrás (Rezola, 1999, p. 37). Sobre a utilidade dessa multidão escreveu Salgueiro Maia que *“foi muito importante o apoio dado pela população na realização destas operações, pois além de me indicarem todos os locais*

⁵³ A Fragata integrava o exercício «Patrulha da Alvorada 74» das forças navais da OTAN na área ibero-atlântica.

⁵⁴ Em dado momento, o General Luz Cunha terá dado plenos poderes ao Brigadeiro Junqueira dos Reis para debelar a forças do Movimento, depois do episódio do Terreiro do Paço, que terá dito: *“mas que poderes, se eu não tenho homens. Eles passam-se todos para o outro lado”* Expresso, Abril de 1974, in (Rodrigues, 1974, p. 79).

que dominavam o quartel e as portas de saída deste, abriram portas, varandas e acessos a telhados para que a nossa posição fosse mais dominante e eficaz” (1974, p. 25), inviabilizando ainda a última acção concertada pelos fiéis do regime, pois informou Salgueiro Maia que as suas tropas estavam a ser cercadas no Carmo (Maia, 1974, p. 25-26). Na realidade, o renitente Brigadeiro Reis, com 4 carros de combate, procurou posicionar-se na Praça Camões, uma força da GNR colocou-se na Rua Nova da Trindade e um contingente da PSP instalou-se no Chiado (Rezola, 1999, p. 37), mas tiveram dificuldades em movimentar-se por entre uma multidão exaltada, acabando por ser obrigadas à rendição por uma força de blindados do RC 3 de Estremoz que, por indicação do PC, abandonou a sua posição de controlo da ponte Salazar para resolver o problema do Carmo (Reis, 1994, p. 17)⁵⁵.

Entre as 15h e as 19h30m ficou tudo consumado: o RL 2, na Calçada da Ajuda, anuiu à rendição pelas 16h; a GNR cedeu, depois de as forças sitiadas do Carmo terem feito disparos de metralhadora contra a fachada do quartel e de os blindados ameaçarem fazer fogo; cerca das 16h30m, iniciaram-se as negociações para a rendição de Marcello Caetano, o que se consumou às 18h; às 19h30m, a Chaimite «Bula» saiu do Quartel do Carmo com o Presidente do Conselho e o General Spínola no seu interior⁵⁶. Portanto, como se constata, vinte horas chegaram para derrubar um Regime que ofereceu uma resistência militar titubante, marcada pela descoordenação e falta de vontade em combater os sublevados. Na verdade, a acção do Governo em 25 de Abril não existiu, o Presidente do Conselho, incompreensivelmente, refugiou-se no Carmo⁵⁷, os Ministros dispersaram-se pelo ministério do Exército, «bunker» de Monsanto, RL 2 e Carmo, o Presidente da República permaneceu calado em casa; assim, ninguém dirigiu, comandou ou controlou a marcha dos acontecimentos⁵⁸.

A «Operação Fim-Regime» terminou vitoriosa, com o PC do MFA a informar, às 19h50m, que se “concretizou a queda do Governo, tendo Sua Excelência o Professor Marcello Caetano apresentado a sua rendição incondicional a Sua Excelência o General António de Spínola”; cerca da 20h, no RCP, foi lida a «Proclamação do Movimento das Forças Armadas» e, à 1h30m do dia 26, a Junta de Salvação Nacional mostrava-se ao País como novo poder, encabeçada por Spínola. Entretanto a PIDE rendeu-se a 26 de Abril.

⁵⁵ Marques Júnior destaca, como «episódios» decisivos para o sucesso do Movimento, um momento e uma circunstância: o momento foi a recusa do Alferes miliciano Sottomayor, às ordens do Brigadeiro Reis, se recusar a abrir fogo sobre as forças de Salgueiro Maia na Rua Ribeira das Naus, que evitou o precedente do primeiro tiro; a circunstância foi a concentração popular no local dos acontecimentos vitoriando o Movimento, que inviabilizou qualquer tentativa governamental de actuar pela força para virar a situação a seu favor (2005).

⁵⁶ Marcello quis entregar formalmente o poder a um general para “que(...) não caísse na rua” (Maia, 1997, p. 96).

⁵⁷ Ao contrário do 16 de Março, em que Marcello se refugiou em Monsanto e dali, conjuntamente com o Governo, comandou a resposta à tentativa de golpe, em 25 de Abril, quebrando o estipulado para situações desse cariz, foi para o quartel da GNR, acabando sitiado numa praça «apertada» do centro de Lisboa.

⁵⁸ Sobre a atitude de Marcello Caetano no 25 de Abril ver: Cunha, 1977, p. 358-360 e Lemos, 1977, p. 104-108.

Mas, a estabilização da Ordem instaurada teve que esperar até 25 de Novembro de 1975; de permeio, a anarquia política e social instalou-se, a Revolução seguiu um curso imparável e incontrolável, as espingardas foram de novo contadas com a «sombra» de uma guerra civil a pairar no horizonte. Situação que os moderados do Grupo dos Nove estancaram em 25 de Novembro, viabilizando-se a Constituição de 1976, a eleição democrática do Governo Constitucional e do Presidente da República. Quanto aos militares, o regresso definitivo aos quartéis só teve lugar em 1982, com a extinção do Conselho da Revolução.

5.4. Síntese

Ponderado, planeado e executado exclusivamente por militares, o 25 de Abril foi um Golpe de Estado Militar típico, caracterizado por uma acção súbita, surpreendente e de resultados conclusivos. As causas políticas e militares do golpe derivam, em grande medida, da Guerra do Ultramar: foi devido à política colonial que o Estado Novo foi «sitiado», externamente, pela comunidade internacional que proclamava a auto-determinação dos povos e, internamente, pelas acções subversivas de partidos e movimentos clandestinos; que originou um choque corporativo dentro do Exército e entre este e o Governo, devido ao incremento dos oficiais milicianos e à inserção destes nos quadros permanentes; foi a incapacidade de resolução política da Guerra que impeliu os oficiais do Exército a depor o regime.

O Golpe, que finou a mais «velha» ditadura da Europa, foi resultante do planeamento e acção exclusiva de oficiais intermédios do Exército (a Marinha e a Força Aérea primaram, sobretudo, pelo não envolvimento). As operações foram planeadas para o Território Nacional, se bem que as unidades do MFA confluíram para o centro de Lisboa, aí anulando a resistência do Regime. A oposição das forças afectas ao Regime foi pouco mais que simbólica, frisando Marcello Caetano que o Governo se viu desamparado pelas Forças Armadas (Caetano, 1974, p. 204).

Quanto à participação de civis, primou pela ausência até ao golpe estar na rua mas, depois, as massas populares confluíram para o epicentro dos acontecimentos, interferindo casuisticamente com os mesmos, a favor do MFA.

Relativamente aos objectivos, o MFA possuía linhas programáticas para o futuro, que passavam pelo fim da Guerra do Ultramar e a política dos três Dês (Descolonização, Democratização, Desenvolvimento). Na Ordem estabelecida, o primeiro postulado foi resolvido no imediato, o segundo esperou 18 meses até que o Processo Revolucionário, que se seguiu ao Golpe, fosse travado em 25 de Novembro, e o terceiro só foi alcançado em meados dos anos oitenta. De permeio, o sistema governativo foi entregue aos Partidos e o Exército, através do Conselho da Revolução, assumiu-se como instituição reguladora do sistema.

6. ANÁLISE CONCLUSIVA

Levando em linha de conta as sínteses parcelares, as questões levantadas e as hipóteses apresentadas, centramos a análise na visão de conjunto, extraindo as linhas de continuidade e as especificidades dos «momentos fortes» que enformam os critérios de intervenção do Exército.

Como características imutáveis sobressaem:

- As «ondas de choque» provocadas pela política europeia: a Revolução Francesa e a degradação do Absolutismo, em 1820; a Conferência de Berlim e o *Ultimatum* inglês, em 1910; a implantação de regimes ditatoriais, em 1926; a política de descolonização emanada da Conferência de Bandung e o comunitarismo nas democracias ocidentais, em 1974;

- A envolvimento da guerra: as Campanhas Napoleónicas e as Invasões Francesas, em 1820; as Campanhas de Ocupação e Pacificação Africanas, em 1910; a Grande Guerra, em 1926; a Guerra do Ultramar, em 1974. O que significa que os «momentos fortes» foram concretizados por oficiais tarimbados na guerra, ou seja, os do contingente luso-inglês, em 1820, «africanistas», em 1910, da Flandres e de África, em 1926, combatentes do Ultramar, em 1974;

- A política colonial: tentativa de preservação do Brasil, em 1820, e África, em 1910 e 1926; em sentido inverso, em 1974, a descolonização;

- A erosão político-social do Estado e as dificuldades económico-financeiras: a ausência do rei no Brasil, o domínio do poder militar face à oposição da sociedade civil e a degradação económica e a ruína financeira do País causadas pelas Invasões Francesas, em 1820; a falência do sistema de governação do Rotativismo, o confronto entre classes sociais e grupos partidários e a insolvência dos «cofres» do Reino, em 1910; a instabilidade governativa (cada Governo teve, em média, uma duração de três meses), a anarquia social e a falta de receitas, em 1926; a não concretização da «Primavera Marcelista», a opressão político-social e a despesa pública a que obrigava a Guerra do Ultramar, em 1974;

- As questões corporativas: progressão na hierarquia, remuneração, reestruturações orgânicas, aplicação estratégica do dispositivo, equipamento e armamento adequado à situação, a diferenciação de «dignidade» institucional entre os seus membros, prestígio social;

- A precedência dos golpes/movimentos falhados: os conjurados de 1817, relativamente a 1820; a Insurreição de 31 de Janeiro de 1891, no que toca a 1910; o 18 de Abril de 1925, no que concerne a 1926; o 16 de Março de 1974, em relação a 1974;

- O controlo de Lisboa, onde se concentrava o poder político e a maioria dos apoios militares dos regimes, constituiu sempre o objectivo a alcançar pelas forças anti-Regime;

- A evidência dos Regimes terem apoios insuficientes/ineficientes, capazes de se oporem aos fatores dos «momentos fortes»: a este respeito, sintetiza Jaime Nogueira Pinto que “*os regimes sucumbem e desaparecem, menos pela força do ataque que pela frouxidão da defesa*” porque quando os golpes ou as revoluções aconteciam “*os regimes já se degradaram e a força pública não quer mais defendê-los (...)*” (1995, pp. 475-476);

- Na nova Ordem, o poder instituído revelou-se incapaz de estabilizar o sistema, no curto prazo: de 1820 a 1851, o País «mergulhou» num período negro de confrontos políticos e militares, a que não faltaram duas guerras civis; a República, saída dos acontecimentos de 1910, foi incapaz de inaugurar uma Ordem de paz e de progresso social, de manter um relacionamento institucional profícuo e de impedir a recorrência no País da prática do «terror» social e do afrontamento militar; a Ditadura Militar, inaugurada em 1926, contou, até ao final do decénio, com a oposição violenta dos «inimigos» da ordem instaurada; o 25 de Abril de 1974 «descambou» num Processo Revolucionário, que envolveu partidos políticos, movimentos sociais e os militares, que colocaram o País à beira da guerra civil;

- Após cada acontecimento verificou-se a inserção dos militares na esfera do Poder Político: nos trinta anos seguintes à implantação do Liberalismo foi comum a acção governativa e parlamentar de oficiais do Exército, o choque dos projectos políticos de Liberais e Absolutistas e de Vintistas com Cartistas criaram divisões no seio da oficialidade, levando à sua instrumentalização; durante a 1ª República, o corpo de oficiais, afastado dos centros de decisão e «marginalizado» pelo Poder Político em relação aos sargentos e à GNR, surgiu como reserva moral e de acção na sociedade e, em algumas correntes políticas, implicou tentativas de aliciamento sempre que uma facção intentou alcançar o poder pela força, apesar de ter havido oficiais a sobraçar pastas ministeriais; na Ditadura Militar, a prática de governo era competência dos oficiais do Exército para, na «Ditadura civil», se tornar no suporte do sistema; após o 25 de Abril, os militares (sobretudo oficiais do Exército) tiveram, por um lado, funções de governo e condicionaram a prática política de governos e partidos, através do Conselho da Revolução, por outro lado, foi ele próprio instrumentalizado pelas forças políticas que deram um cariz revolucionário ao 25 de Abril, criando cisões no Exército.

Como características mutáveis temos:

- Quanto ao envolvimento do Exército (enquanto Instituição, categorias/elementos específicos, inserção no âmbito das Forças Armadas) durante a fase da conspiração: em 1820, só esporadicamente isso aconteceu, com a permanência de alguns oficiais do Exército no Sinédrio; em 1910 ela foi praticamente nula, exceptuando um ou outro oficial assumidamente republicano

e/ou maçónico, pois a relevância centrava-se na Marinha; em 1926 e em 1974 foi exclusivamente militar e quase cingida a oficiais do Exército, ao nível do Comando, no primeiro caso, e entre os oficiais da hierarquia intermédia, no segundo;

- Quanto ao envolvimento do Exército (enquanto Instituição, categorias/elementos específicos, inserção no âmbito das Forças Armadas) no decorrer das operações: em 1820, foram os oficiais de topo da hierarquia que comandaram; em 1910, a responsabilidade foi de alguns oficiais da Marinha, poucos do Exército e um contingente considerável de sargentos e praças de ambos os Ramos; em 1926, a presença foi transversal ao nível da hierarquia do Exército, conjuntamente com alguns comandantes de Marinha; em 1974, foram, em exclusivo, oficiais subalternos, capitães e alguns oficiais superiores do Exército que materializaram o Golpe;

- A participação de civis no planeamento das «conjuras» e no decorrer das operações: no primeiro caso, ocorreu em 1820, através do Sinédrio, que foi mentor da conspiração e, em 1910, pois foram o Partido Republicano e a Maçonaria que urdiram o 5 de Outubro; no segundo caso, a participação de civis verificou-se nos acontecimentos da Rotunda (Carbonária e populares), que se revelou decisiva, enquanto no 25 de Abril a concentração de populares nas ruas de Lisboa não foi planeada, apesar de isso ter favorecido os golpistas;

- Quanto à ocorrência de confrontos armados: em 1820 e em 1926 o regime não teve apoios suficientes para delinear uma reacção consequente; em 1974, a reacção foi tardia e efémera, pois a norma foi as forças governamentais absterem-se de lutar e aderirem para o campo adversário; em 1910, houve confrontos de rua, que originaram baixas;

- Quanto à escolha do local dos acontecimentos: em 1817, a conspiração falhou em Lisboa, para depois triunfar como Pronunciamento no Porto, em 1820; em 1891, a Insurreição fracassou no Porto, conhecendo sucesso posterior em Lisboa, em 1910; em 1925, a Revolta Militar foi debelada em Lisboa, para surgir vitoriosa a partir de Braga, em 1926; o Golpe de Estado de 25 de Abril triunfou plenamente em Lisboa, depois do fracasso das Caldas da Rainha; assim, exceptuando o 5 de Outubro, que foi uma Insurreição «lisboeta», nos restantes, as forças convergiram para Lisboa;

- A nova Ordem Política: o Pronunciamento de 1820 impôs a repartição de poderes, manteve a fidelidade à Coroa e o respeito pelo «Altar»; a Insurreição de 1910 abateu a Monarquia, procurou eliminar a Igreja Católica enquanto Instituição, ostracizou o Exército e avançou com um processo mitigado de democratização do sistema; a Revolta Militar de 1926 anulou a proeminência do Sistema Parlamentar, condicionou as liberdades políticas e públicas e normalizou as relações com o Exército e a Igreja Católica; o Golpe de Estado de 1974 preconizou a democratização do sistema e não afrontou a hierarquia da Igreja.

- Os projectos gizados para a nova Ordem: os mentores dos acontecimentos de 1820 assumiram o Liberalismo e o Constitucionalismo Monárquico como objectivos; os republicanos pretendiam a República, mas não tinham um programa consistente e harmonizado para o futuro; o mesmo aconteceu com os «obreiros» de 1926, que somente estipularam a negação da partidarização do sistema como fórmula de segurança e bem-estar social; os golpistas de 1974, negaram a continuação da guerra e apresentaram a política dos três Dês como base programática.

Pelo exposto, constata-se que seis das sete hipóteses de trabalho são verificáveis na sua plenitude: é constatável que o Exército teve uma participação activa «processual» e operacional na ruptura dos sistemas políticos instituídos, assumindo-se como instituição charneira; não actuou isoladamente na feitura da Nova Ordem (exceptuando, talvez, o 28 de Maio de 1926); nos «momentos fortes» existiu uma linha de continuidade nas causas/motivações que lhes emprestou um aspecto «institucional»; a durabilidade temporal da acção e as resistências havidas por parte dos Regimes foi variável, correspondendo às especificidades de cada acontecimento; na Nova Ordem, pelo menos no curto prazo, o Exército influenciou na conjuntura política.

A hipótese de trabalho não verificável assenta na ideia de que as operações no terreno contra as forças dos regimes nem sempre originaram confrontos entre militares. De facto não aconteceu em 1820 e em 1926, onde as forças do Regime ou se demitiram de resistir ou passaram-se para o lado dos «golpistas», em 1910 o confronto foi mais entre grupos e facções politizadas armadas do que entre unidades militares; em 1974, o confronto que esteve à beira de acontecer não se verificou por falta de lealdade, no momento crucial, das forças governamentais. É interessante notar que os momentos de maior de tensão e de confronto, que chegou a redundar na ocorrência de guerra civil e na sua ameaça, foi no pós-Ordem.

Como fecho, impõe-se responder à questão que foi o fio condutor do estudo concretizado: **qual o papel desempenhado pelo Exército na ruptura da Ordem Política do Portugal Constitucional?** Como é perceptível, através das características imutáveis e mutáveis da participação do Exército nos acontecimentos, o papel foi incisivo e decisivo.

Nas causas, a motivação resultou do envolvimento do País em conflitos de média/alta intensidade, originadores da sua degradação político-social e da falência económico-financeira, conjugados com a uma endémica reivindicação corporativa. Esta conjugação factorial impeliu o Exército a agir, de *motu* próprio, em alguns casos, depois da incapacidade de regeneração do sistema encetada pelo Regimes, ou foi «instrumentalizado», noutros casos, por «agentes» sociais que o incentivaram à ruptura com o Estado para salvação da Nação.

Na actuação contra as formas do Regime, no âmbito das Forças Armadas, foi hegemónico e praticamente individualizado em três dos acontecimentos; a grande excepção foi o 5 de Outubro, onde a participação do Exército foi sectorizada (Sargentos e Praças) e a Marinha teve uma intervenção relevante.

No imediato pós-Ordem, assistiu-se à inserção do Exército nas esferas do poder e a um relacionamento civil-militar cúmplice e/ou de confronto, num «ambiente» político-social difuso, de que resultou num sistema algo ambíguo e instável.

Um último aspecto, pela importância que encerra, merece ser referenciado. Exceptuando o caso atípico dos acontecimentos de 5 de Outubro de 1910, o *ethos* castrense sobrepôs-se às ideologias prevalecentes na sociedade, na preparação das acções de ruptura da Ordem. Daí resultou a identificação da Instituição com as motivações aduzidas para a sua intervenção contra a Ordem estabelecida, em que o segredo e o código de conduta *inter pares* foram a garantia de uma mobilização comprometida entre as Unidades Militares.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Consultada

- NOGUEIRA, Luís Franco (1994) - Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular 1640-1994. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar.
- RODRIGUES, António Simões (1996) - História Comparada, Portugal, Europa e o Mundo. Círculo de Leitores, 2 vol.
- _____ (1994) – História de Portugal em Datas. Círculo de Leitores.

Bibliografia Citada (Livros)

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos (1995) - Guerra Colonial. Angola - Guiné – Moçambique. Lisboa: Diário de Notícias.
- AMARAL, Freitas do (1995) - O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975). Lisboa: Círculo de Leitores.
- ANTUNES, José Freire (1978) - A Desgraça da República na Ponta das Baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio. Lisboa: Livraria Bertrand.
- ARRIAGA, José (1886) - História da Revolução de 1820. Lisboa. Tomo II.
- BAPTISTA, Jacinto (1964) - O Cinco de Outubro. Lisboa: Arcádia.
- BARRENTO, António Eduardo Queiróz Martins (2000) - Reflexões sobre Temas Militares. Lisboa: Instituto de Altos estudos Militares. Vol. II.
- BERNARDO, Joaquim Manuel Correia (2002) – Participação da Escola Prática de Cavalaria no 25 de Abril de 1974. Moinho Velho: Loja de Edição.
- BIRMINGHAM, David (1998) - História de Portugal. Uma Perspectiva Mundial. Lisboa: Terramar.

- BOXER, C. R., (1992) - O Império Marítimo Português. 1415-1825. Lisboa: Edições 70.
- CAEIRO, Joaquim Manuel Croca (1997) - Os Militares no Poder. Uma Análise Histórico-Política do Liberalismo à Revisão Constitucional de 1959. Lisboa: Hugin.
- CAETANO, Marcello (1974) - Depoimentos. Rio de Janeiro: Distribuição Record.
- CAMPINOS, Joaquim Jorge de Pinho (1975) - A Ditadura Militar 1926-1933. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CANN, P. John (1998) - Contra-Insurreição em África 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra. S. Pedro do Estoril: Atena.
- CARRILHO, Maria (1985) - Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos militares. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de (1998) - Alvorada em Abril. Lisboa: Editorial Notícias, 4ª Edição.
- CERVELLÓ, Joseph Sánchez (1993) - A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976). Lisboa: Assírio e Alvim.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1998) - Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2ª edição, 1º Vol.
- CORREIA, Pedro Pezarat (1994) - Questionar Abril. Lisboa: Círculo de Leitores.
- COSTA, Eduardo Freitas da (1979) - História do 28 de Maio. Lisboa: Edições do Templo.
- COSTA, Gomes da (1920) - O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys. Porto: Renascença Portuguesa.
- COUTO, Abel Cabral (1988) - Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares, vol. I.

- CUNHA, Joaquim Moreira da Silva (1977) - O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril». Coimbra: Atlântida Editora.
- CUNHA, Manuel Barão da (2005) – 30 Anos do 25 de Abril. Lisboa: Casa das Letras.
- DIAS, Carlos Malheiro (1912) - Do Desafio à Debandada, o Pesadêlo. Lisboa: Livraria Clássica, Vol. I.
- ESTADO–MAIOR DO EXÉRCITO (EME) (1966 a) – O Exército na Guerra Subversiva. Regulamento, I Generalidades. Lisboa.
- FERREIRA, José Medeiros (1994) - Portugal em Transe (1974.1985). In MATTOSO, José (dir), História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 8º vol.
- _____ (1992) - O Comportamento Político dos Militares. As Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX. Lisboa: Editorial Estampa.
- FERRO, António (1933) - Salazar, o Homem e a sua Obra. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- GARCIA, Francisco Proença (2003) - Análise Global de uma Guerra. Moçambique 1964-1974. Lisboa: Prefácio.
- GEORGEL, Jacques (1985) - O Salazarismo. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GRAINHA, M. Borges (s/d), História da Franco-Maçonaria em Portugal. Lisboa: Veja.
- HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas (2001) - La Lys 1918. Os Soldados Desconhecidos. Lisboa: Prefácio.
- LEAL, Cunha, (1926) - Uma profecia sobre o 28 de Maio. In Eu, os Políticos e a Nação. Lisboa: Sociedade Editora.
- LEMOS, Viana de (1977) - Duas Crises. Lisboa: Edição Nova Gente.
- MAIA, Salgueiro, Capitão de Abril (1997). Lisboa: Editorial Notícias.
- MALTEZ, José Adelino (2004) - Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI. Lisboa: Tribuna, vol. I .

- MARQUES, A H. De Oliveira (1995) - A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 3ª Edição.
- _____ (1986) - História de Portugal. Lisboa, Palas Editores, 2ª Edição, Vol. II.
- MARQUES, Fernando Pereira (1999) - Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- _____ (1981) - Exército e Sociedade em Portugal no Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo. Lisboa: Regra do Jogo.
- MARTELO, David (1999) - A Espada de Dois Gumes. As Forças Armadas do Estado Novo (1926-1974). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MARTINEZ, Pedro Soares (1992) - História Diplomática de Portugal. Lisboa: Verbo Editora, 2ª edição.
- MARTINS, Ferreira (1945) - História do Exército Português. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, Vol. II.
- _____ (1935), Portugal na Grande Guerra. Lisboa: Editorial Ática.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (1991) - Portugal Instituições e Factos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARTINS, Rocha (s/d) - João Franco e o seu Tempo. Lisboa.
- MATOS, Luís salgado de (2004) - A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir), Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. 4.
- MINISTÉRIO DA GUERRA (1938) - Reformas Militares de 1937. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MONIZ, Jorge Botelho (1925) - O 18 de Abril – Elementos para a História d'uma Revolução Vencida.

- NOGUEIRA, José Manuel Freire (2004) - As Guerras Liberais. Uma reflexão Estratégica sobre a História de Portugal. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- OLIVEIRA, Luís Soares (1994) - História Diplomática. O Período Europeu 1580-1917. Lisboa: Pedro Ferreira.
- PINTO, Jaime Nogueira (1995) - O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril. Linda-a-Velha: Difel, 2ª Edição.
- REGALADO, Jaime Ferreira (2004) - Cuamatos, 1907. Os bravos de Mufile no Sul de Angola. Lisboa: Tribuna.
- REIS, António (1994) - Portugal 20 Anos de Democracia. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, António Silva (2004) - Organização Superior de Defesa Nacional. Uma Visão Estratégica (1640-2002). Lisboa: Prefácio.
- RIBEIRO, Armando (s/d) - A Revolução Portuguesa. Lisboa: João Romano Torres e Comp., vol. 2.
- RODRIGUES, Barros (1935-36) - Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, História Militar. Lisboa: Escola do Exército.
- RODRIGUES, Paulo Madeira (1974) - De Súbito, em Abril. 24, 25, 26. Cacém: Arcádia.
- SALAZAR, Oliveira (1967) - Discursos e Notas Políticas. Coimbra: Editora Coimbra, vol. VI.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos (1999) - O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos (1991) - Como Defender Portugal. Opções Estratégicas. Lisboa: Instituto de Altos estudos Militares.
- _____ (1979) - Apontamentos de História para Militares. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

- SARAIVA, José Hermano (1998) - História Concisa de Portugal. Mem Martins: Publicações Europa-América, 8ª Edição.
- SELVAGEM, Carlos (1991) - Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) - História de Portugal. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VIII.
- SOUSA, Teixeira de (1912) - Para a História da Revolução. Coimbra: Livraria Editora Moura Marques e Paraísos.
- TELO, António José (2004) - Tecnologia e Armamento. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir), Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, vol. 3.
- _____ (1980-84) - Decadência e Queda da 1ª República Portuguesa. Lisboa: A Regra do Jogo, 2º vol.
- VALENTE, Vasco Pulido (1997) - Os Militares e a Política (1820-1856). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- _____ (1976) - O Poder e o Povo. Revolução de 1910. Lisboa: Dom Quixote.
- VENTURA, António (2004) - Da Revolução de 1820 ao Fim das Guerras Cívicas. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, Nova História Militar de Portugal, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. 3.
- VIANA, Vítor Daniel Rodrigues (1996) - A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- WHLEER, Douglas L. (1978) - História Política de Portugal, 1910-1926. Lisboa: Publicações Europa-América.

Bibliografia Citada (Artigos)

- ALEXANDRE, Valentim (2000) - O Império Africano (séculos XIX-XX) – As Linhas Gerais”. In O Império Africano séculos XIX e XX. Lisboa: Edições Colibri, p. 11-28.
- BARATA, Manuel Themudo (1996) - Retrospectiva Histórica do Serviço Militar em Portugal (séculos XII-XIX). In Revista Militar, nº 5, Maio, p. 469-479.
- CARDOSO, Pedro (1997) - Triângulo Estratégico Português: prospectiva. In Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura estratégica, vol. IX, p. 33-66.
- _____ (1992) - Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX. In Estratégia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, vol. IV, p. 19-72.
- CARNEIRO, António S. Soares (2000) - As transformações Operadas nas Forças Armadas para Responder às Exigências do Conflito em África. In Estudos Sobre as Campanhas de África (1961-1974). Lisboa: Edições Atena, 1ª Edição, Março, p. 83-96.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de (1999) - A Revolução, o Poder Político e as Forças Armadas. In Portugal e a transição para a Democracia (1974-1976). Lisboa: Edições Colibri, p. 267-274.
- CASTANHEIRA, José Pedro (2004) - As 20 Horas da Revolução. In Única – Expresso, nº 1643, 24 de Abril, p. 83-87.
- CÉSAR, Vitoriano José (1909) - A Evolução do Recrutamento em Portugal desde os seus Primórdios até à Lei de 1807. In Revista Militar, nº 8, Agosto, p. 513-592.
- FRAGA, Luís Alves de (1999) - Portugal e a Primeira Guerra Mundial. In Janus 99-2000. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, Setembro, p. 72-73.
- GONÇALVES, Paulo Frederico Ferreira (2003) - Contributos para uma Referenciação Histórica do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. In Revista Militar, nº 2422, Novembro, p. 1131-1144.

- MARQUES, Isabel Pestana (1998) - Os Portugueses nas Trincheiras: Vivência e Comportamentos. In TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord) Portugal e a Guerra. História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais. Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições Colibri, Novembro, p. 71-87.
- MARTINS, Fernando (2000) - A Questão Colonial na Política Externa Portuguesa: 1926-1975. In ALEXANDRE, Valentim (coord) O Império Africano Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições Colibri, Setembro, p. 137-165.
- NUNES, Isabel Alexandre R. Gomes Ferreira (1993) - Delineamento de uma Estratégia Diplomática Portuguesa – Portugal na II Guerra Mundial. In Estratégia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, vol. V, p. 51-297.
- OLIVEIRA, Humberto Nuno e SILVA, Sérgio Vieira da (1997) Elementos para o Estudo da História Militar do Reinado de D. Sebastião. In Boletim do Arquivo Histórico Militar. Lisboa, 67º vol., p. 35-89.
- PATA, Arnaldo da silva (2000) Do 24 de Agosto à Vilafrancada (1820-1823). In História, Ano XXII (III série), Novembro, p. 28-35.
- PINTO, António Costa (2000) - A Queda da Primeira República. In TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa (coord), A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo. Lisboa: Edições Colibri, Janeiro, p. 25-44.
- REZOLA, Maria Inácia (2004) - Operação «Fim-Regime». In História, Ano XXI, (Nova Série), Nº 13, Abril, p. 30-43.
- ROSAS, Fernando (1999) - O Marcelismo e a Crise Final do Estado Novo. In Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976). Lisboa: Edições Colibri, Novembro, p. 9-27.
- RODRIGUES, David (2002-2003) - Memórias do 28 de Maio. In Boletim do Arquivo Histórico Militar. Lisboa. 65º Volume, p. 11-99.

- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2000) - A Política Externa da Primeira República – 1910-1926. In TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa (coord) A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo. Lisboa: Edições Colibri, Janeiro, p. 169-177.
- _____ (1999) - Portugal na “Grande Guerra” 1914-1918: as Razões da Entrada e os Problemas da Conduta. In Portugal e a Guerra. História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições Colibri, Novembro, p. 55-69.
- TELO, António José (2001) - Portugal e a NATO: um Pequeno Poder numa Grande Aliança. In FERREIRA, José Medeiros (coord), Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. Lisboa: Edições Colibri, Março, p. 107-126.
- VIEIRA, Belchior (1996) - A Constitucionalização e a Evolução da Consciência em Portugal. In Revista Militar. Lisboa. Junho-Julho, p. 633-648.

Bibliografia Citada (Monografias)

- BESSA, Carlos (1997) - O esforço da Formação de Oficiais em Portugal na Grande Guerra de 1914-1918. In Separata das Actas do VIII Colóquio «Preparação e Formação Militar em Portugal». Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- CARVALHO, José Manuel dos Santos Dias de (1993) - Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar.
- COELHO, Adelino Matos (1988) - A Reorganização do Exército de 1884: obra de Fontes Pereira de Melo. Lisboa: Separata da Revista Militar.
- LOUSADA, Abílio Pires (2000) - O Recrutamento e a Mobilização Militar em Portugal. Amadora: Escola Superior Politécnica do Exército (policopiado).

- SALAZAR, Oliveira (1933) – O Estado Novo. União Nacional. Tudo Pela Nação Nada Contra a Nação. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia Citada (Documentos)

- DECRETO-LEI nº 353/73, de 13 de Julho
- DECRETO-Lei n 409/73, de 20 de Agosto
- DIÁRIO DO GOVERNO (1917) – Exposição Oficial dos Motivos Porque Portugal Entrou na Guerra Antes do Embarque do Primeiro Contingente de Tropas, Feito pela PRESIDÊNCIA do Ministério. Lisboa: Imprensa Nacional, nº 9, 1ª Série 17 de Janeiro.
- MAIA, Salgueiro (1974) - Relatório Fim de Regime. Santarém: Escola Prática de Cavalaria.
- ORDEM DO EXÉRCITO (1911) - nº 5, de 6 de Março.
- ORDEM DO EXÉRCITO (1911)- nº 11, de 25 de Maio.
- ORDEM DO EXÉRCITO - nº 11, de 16 de Maio.
- SANTOS, Machado (1911) - A Revolução Portuguesa, 1907-1910. Lisboa: Papelaria e Typographia Liberty (Relatório).

Bibliografia (Documentário Televisivo)

- SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO (SIC) (1999) – Salazar. Carnaxide.

Bibliografia (Entrevistas)

- CORONEL MARQUES JÚNIOR (2005) – Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 19 de Setembro. (Como Tenente, foi membro da Comissão Coordenadora do MFA e,

posteriormente, do Conselho da Revolução, com o posto de Tenente e de Capitão. Actualmente, é Deputado à Assembleia da República, fazendo parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista).

- MAJOR-GENERAL JOSÉ MANUEL FREIRE NOGUEIRA (2005) – Lisboa: IDN, 22 de Setembro. (Oficial General do Exército e Mestre em Estratégia – autor do livro As Guerras Liberais –, foi Chefe da secção de Estratégia do Instituto de Altos Estudos Militares. Actualmente, é subdirector do Instituto de Defesa Nacional).
- PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ TELO (2005) – Lisboa: Academia Militar, 12 de Outubro. (Doutor em História Contemporânea, é professor de História Militar da Academia Militar e Director do Centro de Investigação do mesmo Estabelecimento Militar de Ensino. Tem uma vasta obra publicada, alguma dela centrada nos acontecimentos de 5 de Outubro e no 28 de Maio).

ANEXO A: Distribuição Territorial dos Regimentos de Linha, Segundo a Reforma de 1806



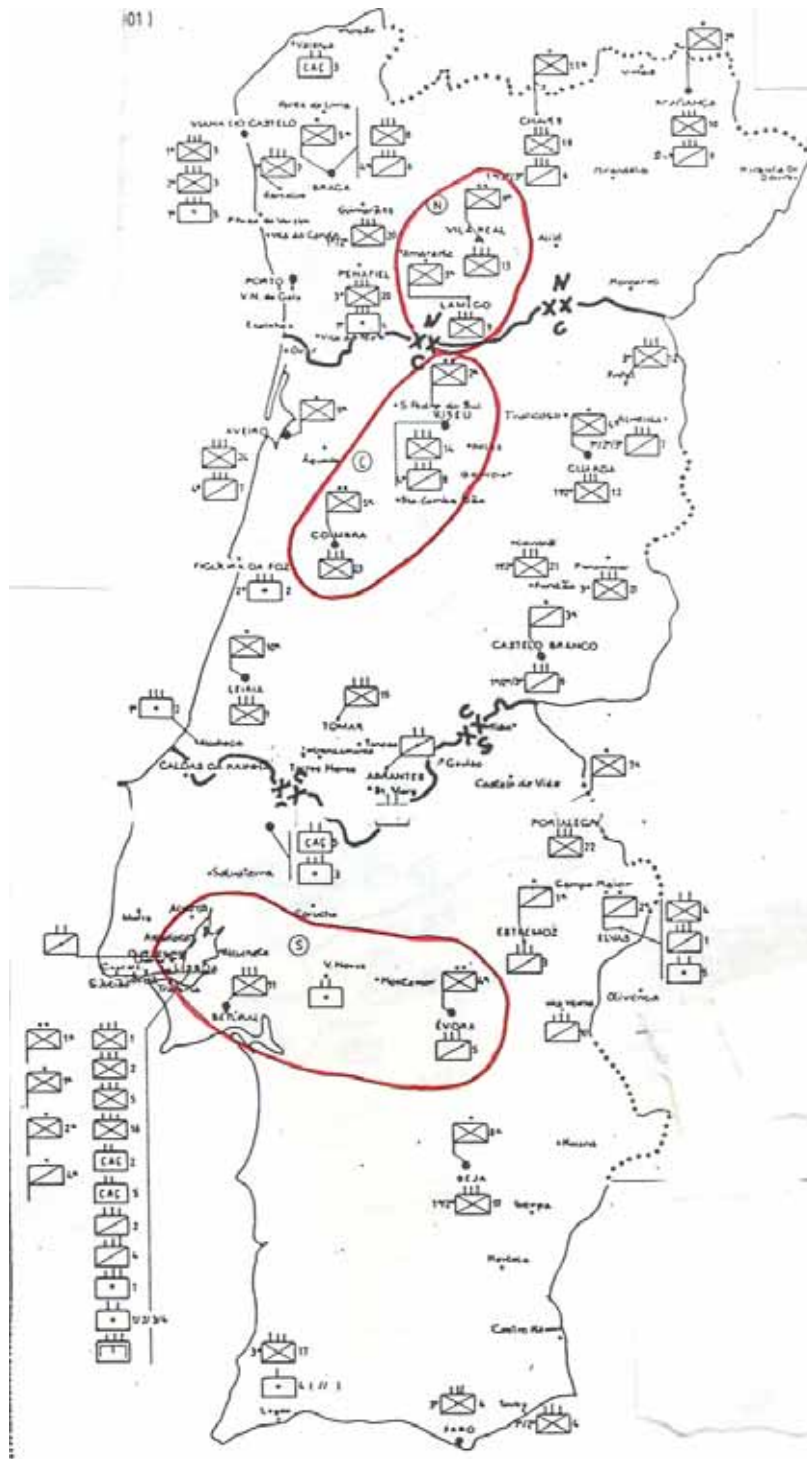
Fonte: Ventura, 2004, p. 39

ANEXO B: Localização dos Quartéis Permanentes de Acordo com o Regulamento de 1816



Fonte: Marques, 1999, Mapa nº 3

ANEXO D: Dispositivo do exército Metropolitano em 1901



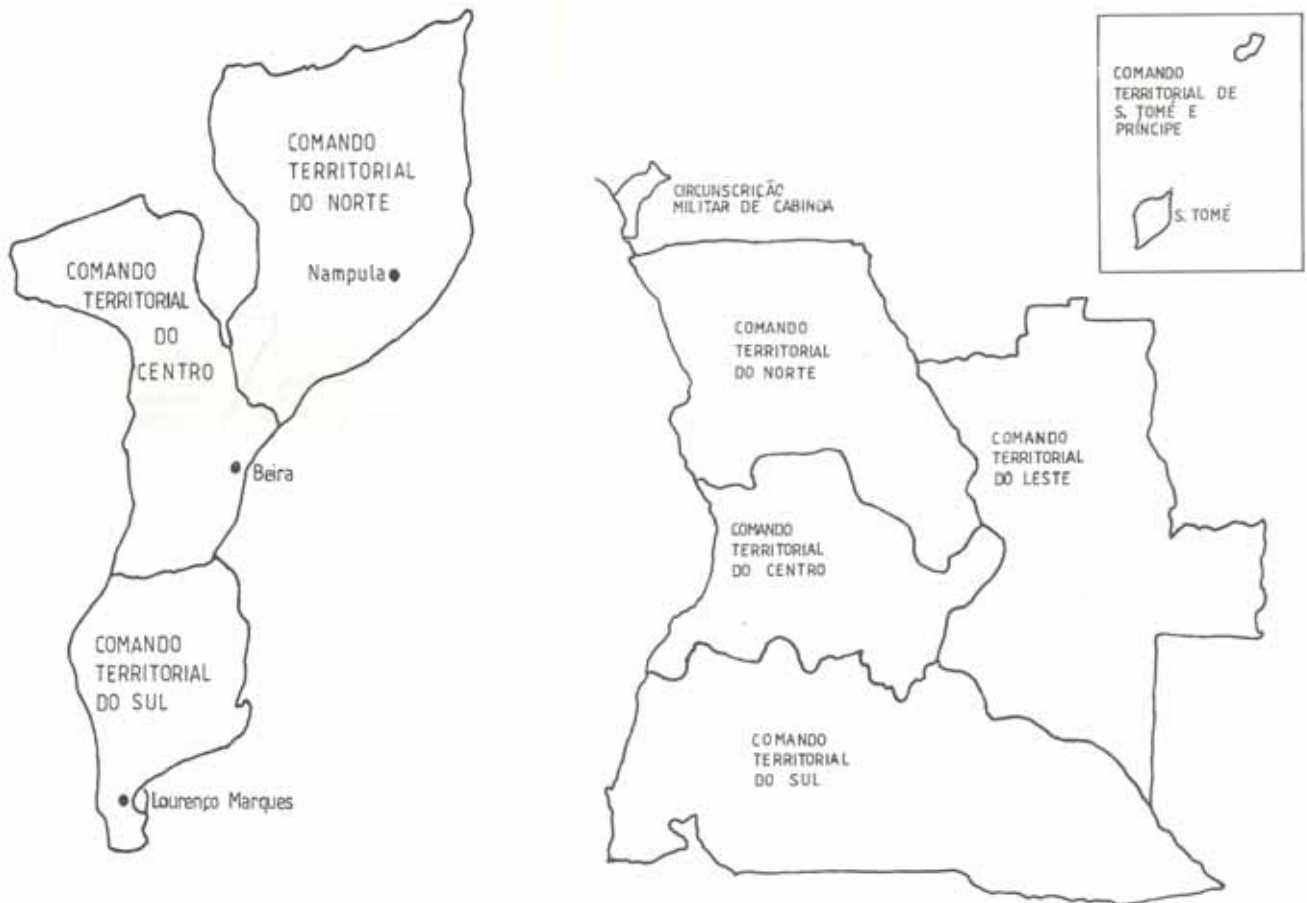
Fonte: Carvalho, 1993, Anexo S

ANEXO F: Organização Militar Metropolitana em 1962



Fonte: CECA, 1988, p. 174

ANEXO G: Organização Territorial de Angola e Moçambique (1960)



Fonte: CECA, 1988, pp. 169-170

ANEXO H: Organização Militar Metropolitana em 1972



Fonte: CECA, 1988, p. 175

ANEXO I: Unidades Afectas ao MFA

	Unidade			Incluído no P.O.	Algumas das missões executadas	Participa?	Éxito
	Siglas	Nome	Local				
Comandos	10.º grupo			■	RCP	■	■
	4.º grupo	L34		■	Capturar o comandante do RC7, António Romeira	■	
	5.º grupo			■	Neutralizar Ferrand d'Almeida, 2.º comandante de C7	■	
Lisboa	BC5	Batalhão de Caçadores 5	Campolide	■	RCP; Quartel-General da RML; segurança de António de Spínola	■	■
	CIAAC	Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa	Cascais	■	Aeródromo de Tires		
	CTSC	Campo de Tiro da Serra da Carregueira	Cacém	■	Emissora Nacional (Queilhas)	■	■
	EPAM	Escola Prática de Administração Militar	Lumiãr	■	RTP	■	■
	EPI	Escola Prática de Infantaria	Mafra	■	Aeroporto da Portela	■	■
	EPTM	Escola Prática de Transmissões Militares	Sapadores	■	Cortar ou interceptar as chamadas telefónicas	■	■
	FFC	Forças Fuzileiros do Continente	Alfeite		Sede da PIDE/DGS (R. de António Maria Cardoso) Ponte de Salazar; Ocupação de Caxias	■	■
	RAL1	Regimento de Artilharia Ligeira 1	Encarnação	■	Centro Emissor Ultramarino (antenas) do BTM		
	RE1	Regimento de Artilharia Ligeira 1	Pontinha	■	Montagem do Posto de Comando	■	■
	RI1	Regimento de Infantaria 1	Amadora	■	Forte de Caxias; Protecção a Costa Gomes		
RL2	Regimento de Lanceiros 2	Cç. da Ajuda	■	Casa de Reclusão da Trafaria; Ponte de Salazar			
Sector Centro	CCAÇ 4241/73	Companhia de Caçadores	Sta. Margarida	■	Antenas do RCP (Porto Alto)	■	■
	CCAÇ 4246/73	Companhia de Caçadores	Sta. Margarida	■	Ponte de M. Carmona (V.F. de Xira)	■	■
	EPC	Escola Prática de Cavalaria	Santarém	■	Banco de Portugal, Companhia Portuguesa Rádio Marconi e Terreiro do Paço; Quartel da GNR no Carmo	■	■
EPE	Escola Prática de Engenharia	Tancos	■	Fornecer munições e juntar-se às forças de Santa Margarida; Casa da Moeda	■	■	
Sector Norte	RC8	Regimento de Cavalaria 8	Castelo Branco	■	Controlo da fronteira com Espanha	■	▲
	RI5	Regimento de Infantaria 5	Cal. da Rainha	■	Forte de Peniche		
	CICA2	Centro de Instrução de Condução Auto 2	Figueira da Foz	■	AGR NOVEMBER	■	■
	RAP3	Regimento de Artilharia Pesada 3	Figueira da Foz	■	(Figueira da Foz), Forte de Peniche,	■	■
	RI10	Regimento de Infantaria 10	Aveiro		Lisboa	■	■
	RI14	Regimento de Infantaria 14	Viseu	■		■	■
CIOE	Centro de Instrução de Operações Militares	Lamego	■	PIDE/DGS do Porto	■	■	
RAP 2	Regimento de Artilharia Pesada 2	V. Nova de Gaia		Acessos à Ponte da Arrábida	■	■	
EPA	Escola Prática de Artilharia	Vendas Novas	■	Morro do Cristo-Rei em Almada; Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa (na Trafaria); RL 2	■	■	
Sector Sul	RAL 3	Regimento de Artilharia Ligeira 3	Évora	■	Controlo da fronteira de São Leonardo		
	RC3	Regimento de Cavalaria 3	Estremoz	■	Portagem sul da Ponte de Salazar; reforço das forças actuaentes no Carmo; ocupação do Quartel da GNR no Carmo	■	■

Fonte: Rezola, 1999, p. 42

ANEXO J: Unidades Afectas ao Regime

	Localização	Unidade	
		Sigla	Nome
Lisboa e arredores		GNR	Guarda Nacional Republicana
		PSP	Polícia de Segurança Pública
	Penha de França	LP	Legião Portuguesa
	Calçada da Ajuda	RC7	Regimento de Cavalaria 7
	Calçada da Ajuda	RL2	Regimento de Lanceiros 2
	António M. ^ª Cardoso	DGS	Direcção-Geral de Segurança
Fora de Lisboa		GNR	Guarda Nacional Republicana
		PSP	Polícia de Segurança Pública
	Leiria	RI7	Regimento de Infantaria 7
	Leiria	RAL4	Regimento de Artilharia Ligeira 4
	Tomar	RI15	Regimento de Infantaria 15
	Torres Novas	GACA 2	Grupo de Artilharia contra Aeronaves
	Elvas	BC8	Batalhão de Caçadores 8
	Elvas	RL1	Regimento de Lanceiro 1
	Elvas	CICA 1	Centro de Instrução de Condução Auto 1
Elvas	Forte da Graça		

Fonte: Rezola, 1999, p. 41

APÊNDICE 1: (Conteúdo da entrevista feita ao Coronel Marques Júnior sobre o 25 de Abril de 1974, no Instituto de Altos Estudos Militares, em 19 de Setembro de 2005)

Da entrevista/diálogo conduzida resultaram as seguintes ideias-chave:

- O 25 de Abril foi um Golpe de Estado que preconizava uma Revolução, pois com ele pretendia-se mudar mais que a estrutura do Governo. Assim, os oficiais do Movimento, percebendo que tinham capacidade para manter a guerra mas não para a ganhar, deliberaram o seu término, tanto mais que o País estava isolado e pressionado internacionalmente. O Programa estipulava alcançar objectivos mais abrangentes que a «simples» alteração da estrutura política do Estado; pretendia alterar também a sua estrutura económica, social e institucional, além de querer a descolonização. Secundando Pezarat Correia (1994, pp. 31-42), o entrevistado é da opinião que a Revolução ficou aquém do desejado, principalmente ao nível económico.

- O 16 de Março foi o episódio abordado de seguida. O denominado «golpe das Caldas» não foi feito com o objectivo de teste, pois a mobilização aconteceu devido à renitência dos Pára-quedistas em cooperar, procurou a antecipação dos acontecimentos e reagiu às demissões dos Generais Costa Gomes e Spínola. Porém, o plano não estava consolidado, de tal forma que quando o RI 5 decidiu que ia avançar não se obtiveram apoios de outras unidades que permitisse uma abrangência do golpe.

De qualquer forma, o 16 de Março facilitou o 25 de Abril, por três razões fundamentais: o Governo convenceu-se da insipiência do MFA em organizar um golpe, pois o 16 de Março deu a entender que a sua capacidade de mobilização não ia além de uma unidade; o Movimento pôde testar o grau de resistência do regime e as forças em que se apoiava; serviu para testar a vontade e a cooperação das unidades afectas ao MFA.

- Falou-se depois das razões da escolha do dia 25 de Abril para a concretização do Golpe: depois do 16 de Março, o Governo passou a preocupar-se mais com o MFA, de tal forma que se sabia que, a seguir ao 1º de Maio, os seus elementos iriam ser presos: Por isso, o Golpe tinha que ser lançado antes dessa data; depois de 21, ou 22 de Abril, porque a 20, ou 21, ocorreria a incorporação de oficiais milicianos, a maioria na EPI, muitos deles universitários, o que interessava ao Movimento, porque se tratava de um contingente que não estava interessado em ser mobilizado para o Ultramar e era contra a Guerra e o Regime, o que dava um certo apoio e uma ideia de força militar acrescida ao golpe; à 6ª feira, Sábado e Domingo também não podia ser, porque uma mobilização nas Unidades nesses dias levantaria suspeitas aos Comandantes; à 2ª Feira o pessoal estava cansado das viagens. Portanto, tinha que ser numa 3ª, 4ª ou 5ª feira; escolheu-se a 4ª feira, por ser a meio da semana.

- Relativamente à participação das Unidades, o normativo era garantir o apoio do máximo número possível; onde não houvesse apoio formalizado, no mínimo garantir a sua inacção; depois, havia ainda que saber quais as unidades que eram apoiantes declarados do Regime.

- Quanto ao «contar de espingardas», foi frisado que a Marinha e a Força Aérea não apoiavam mas também não estavam contra a intenção do Movimento, acrescentando que na Marinha havia dúvidas quanto à capacidade de os elementos do Exército constantes do MFA serem capazes de conduzir um golpe com sucesso. O Movimento temia a reacção da Legião Portuguesa, porque tinham um bom sistema de comunicações, eram leais ao Regime e contavam como membros ex-militares de idade madura e experiência feita.

- Falou-se também da importância das senhas para o início do Golpe. No interior do MFA existia o temor que as unidades, cada uma com um objectivo a cumprir, não actuassem à última hora com receio de as coisas correrem mal. A este respeito, disse que ainda está por explicar alguns atrasos, isto é, se foram fruto das circunstâncias do momento de cada unidade ou se foi por tacitismo, «arrancando» decididamente para a acção depois de tomarem conhecimento do andamento favorável dos acontecimentos. Aqui, segundo o nosso interlocutor, o papel de Otelo foi importante, pois à medida que o Golpe se desenrolava ia informando dos sucessos que verificados, atitude que manteve o moral elevado no seio das unidades participantes.

- Por fim, falámos das acções no terreno. Para o Coronel Marques Júnior, no decorrer da acção verificou-se um momento decisivo e uma circunstância. O momento decisivo ocorreu quando o alferes miliciano Sottomayor, às ordens do Brigadeiro Junqueira dos Reis, se recusou a disparar sobre as forças de Salgueiro Maia, na Rua Ribeira das Naus. A acontecer disparos, abria-se o precedente para um confronto militar nas ruas de Lisboa, de resultados imprevisíveis. A circunstância teve a ver com a adesão do povo, porque: se o confronto fosse só entre militares não se saberia quais as consequências, mas a «intervenção» da população inviabilizou um eventual tiroteio, pois isso poderia redundar em fratricídio; a concentração de populares no centro dos acontecimentos não favorecia um eventual ataque de uma aeronave na zona do Carmo; além disso, o povo saiu à rua vitoriando o MFA, que foi um apoio de valor «acrescentado» e legitimador do Golpe, aos olhos da Nação e da comunidade internacional.

APÊNDICE 2: (Conteúdo da entrevista feita ao Major-General Freire Nogueira sobre o 24 de Agosto de 1820, no Instituto de Defesa Nacional, em 22 de Setembro de 2005)

Os pontos principais que emanaram das opiniões do General Nogueira são:

- Os acontecimentos ocorridos no Porto, em 20 de Agosto de 1820, conferem um Pronunciamento Clássico, tal como o conceptualizámos no Corpo de Conceitos (Introdução, 1.4.). A este respeito, acrescentou ainda que este Pronunciamento é em tudo semelhante ao ocorrido, também no Porto, contra o «Governo» de Junot, no contexto da 1ª Invasão Francesa, em Junho de 1808.

- No que se refere às ocorrências verificadas em Lisboa, a opinião é que elas prefiguram uma forma activa de Pronunciamento Passivo, pois a aproximação dos pronunciados em direcção a Lisboa pretendia influir a capital à revolta, como aconteceu, pois as unidades demitiram-se de apoiar o Governo de Regência.

- No seu entender, a independência do Brasil era inevitável, sendo o processo, no entanto, acelerado devido à falta de visão política dos membros da Junta, que impuseram as capitánias no Brasil e a obrigatoriedade de as transacções feitas pela colónia passarem pelo porto de Lisboa.

- O Exército de Beresford é considerado brilhante, quer em termos organizativos, de emprego estratégico, eficácia militar e espírito corporativista, o que explica o facto de a sua cisão efectiva só acontecer a partir de 1826, com o regresso de Dom Miguel e a morte de Dom João VI. Efectivamente, até essa altura, o Exército procurou manter a cadeia de comando. A partir daqui, os campos dividiram-se e extremaram-se porque sobressaíram dúvidas sobre em quem recaia a legitimidade real: em Dom Pedro, liberal e que emancipou o Brasil, atitude condenável por uma «franja» alargada da sociedade; Dom Miguel, absolutista e que era visto pelo povo como o «legítimo».

- As razões de o Pronunciamento ter ocorrido no Porto foram: dar maiores garantias de sucesso do que em Lisboa, onde se concentrava o Poder e as forças militares mais fiéis ao regime; no Porto, os militares eram pertencentes à pequena nobreza (a nobreza mais proeminente do País foi, maioritariamente, com o rei para o Brasil) e tinham uma estreita ligação às populações locais, com as quais tinham sublevado o Norte de Portugal na 2ª Invasão francesa.

- Para o entrevistado, a tutela política inglesa, por um lado, e o exercício de comando das unidades e a ocupação das funções de Estado-Maior pelos oficiais britânicos, por outro, contribuíram decisivamente para o envolvimento dos oficiais de Linha nortenhos na conspiração que conduziu ao Pronunciamento.

- Era inevitável um desentendimento entre a Junta do Porto e o Governo Provisório de Lisboa, após se consumar o Pronunciamento. E isso porque as mentalidades divergiam, os homens do Porto eram conservadores e maioritariamente fundiários, enquanto os de Lisboa eram liberais jacobinos, cosmopolitas e intelectuais. Consequentemente, o projecto político-social para o País não era, de todo, compatível.

- Foi a dicotomia descrita em cima que resultou na Martinhada, movimento militar absolutista, e na Contra-Martinhada, um movimento de pendor civil-militar liberal. Esta situação, acrescida do confronto entre os filhos de Dom João VI acabou por conduzir à Guerra Civil.

APÊNDICE 3: (Conteúdo da entrevista feita ao Professor Doutor António José Telo sobre os acontecimentos de 5 de Outubro de 1910 e o 28 de Maio de 1926, na Academia Militar, em 12 de Outubro de 2005)

Esta entrevista, realizada em «forma» de diálogo/troca de ideias, embora centrada no 5 de Outubro de 1910 e no 28 de Maio de 1926, acabou por ser transversal pois abordou as temáticas do 24 de Agosto de 1820 e do 25 de Abril de 1974, sobressaindo a comparação dos quatro acontecimentos. Os tópicos resultantes são:

Considerações Gerais

- O 24 de Agosto de Agosto de 1820, o 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974 são Pronunciamentos, caracterizados pela não participação de civis, desprovidos de qualquer pendor ideológico-partidário (condição essencial para a captação dos oficiais) e castradores de qualquer capacidade de reacção por parte do Regime. Portanto, um Pronunciamento para ter sucesso necessita de ter grande consenso no seio da oficialidade.
- A importância de estes movimentos não contarem com a participação de civis deve-se à garantia da manutenção do segredo durante a fase conspiratória, pois o *ethos* militar (mística, código de honra e conduta, valores militares) é uma garantia de segurança.
- Em qualquer um destes movimentos não há uma estrutura organizada, um chefe facilmente reconhecido ou uma base de operações identificável. A grande preocupação é a preparação do terreno e o aliciamento das unidades. Depois, espera-se que uma unidade saia para a rua, acreditando-se que as restantes lhe seguem o exemplo. Foi assim que aconteceu nos três acontecimentos referidos.
- Estes movimentos foram precedidos de proclamações patrióticas, alegando que a Pátria estava em perigo, sendo necessário salvá-la, regenerando-a.
- Todos os quatro acontecimentos decorreram de uma situação económico-financeira grave no País e depois de os Regimes terem falhado nas reformas que implementaram.
- As mudanças de modelo político, económico e financeiro, isto é, da Ordem política, foram feitas pela ruptura súbita e não de forma gradual.

Sobre o 5 de Outubro de 1910

- O 5 de Outubro aconteceu devido ao falhanço do «movimento africanista», em finais do século XIX. Este movimento, de que faziam parte militares da estirpe de Mouzinho de Albuquerque, Alves Roçadas, Caldas Xavier, Pereira d'Eça, Paiva Couceiro, Gomes da Costa (a maioria participou depois no 28 de Maio), propuseram a Dom Carlos uma reforma do Regime, mediante a fórmula de um Governo Militar afastado dos partidos políticos e tutelado pelo Rei. Dom Carlos protelou a intenção e, depois do regicídio, Dom Manuel ostracizou os «africanistas», obrigando cerca de 200 elementos a mudar de Guarnição, situação que originou o corte na «dupla» Monarquia-Exército. Daí a passividade do corpo de oficiais quando eclodiu a insurreição republicana. De tal forma que muitos deles se deixaram prender, sem resistência, nas unidades e em casa, quando os carbonários, os sargentos e os cabos actuaram em 4-5 de Outubro.

- O plano urdido pelos republicanos para a deposição do Regime Monárquico falhou com o desencadeamento da acção. Contudo, a principal chave do sucesso esteve na capacidade de os insurrectos cortarem completamente as comunicações com Lisboa (telefones, telégrafos, vias de comunicação), isolando a capital do resto do País.

- Dos quatro acontecimentos estudados, o 5 de Outubro é aquele que foge à matriz, porque foi um movimento restringido a Lisboa, não contou com a hierarquia do Exército e teve uma grande participação de forças populares.

Sobre o 28 de Maio de 1926

- As tentativas de golpes intentados antes do 28 de Maio falharam devido à emiscuência de civis e ao facto de serem demasiado politizados, ou seja, representativos de determinada facção política, o que inviabilizou consensos alargados.

- Depois dos falhanços verificados, foi Sinel de Cordes quem idealizou o 28 de Maio. A ele se deve também a escolha do General Gomes da Costa para liderar o pronunciamento. E porque não foi o próprio Sinel a encabeçá-lo? Por este General estar conotado como monárquico, situação que poderia gerar anti-corpos e impedir a congregação do Exército. Assim, Sinel de Cordes manobrou na «sombra», controlando os acontecimentos desde Braga até Lisboa.

- Gomes da Costa foi o escolhido por ser um oficial «africanista» de prestígio no Exército e no País e por, entretanto, Alves Roçadas ter morrido.

- Gomes da Costa não participou na organização do movimento, foi sempre um elemento vigiado desde a eclosão do movimento em Braga, atendendo à sua postura titubante e radical (era membro do Partido republicano Radical).

- A actuação dos Tenentes foi absolutamente decisiva nos acontecimentos, dada a ligação e prestígio que tinham nas respectivas unidades (decorrente da participação, como cadetes, no Golpe de Sidónio Pais).

- Mendes Cabeçadas teve um papel reduzido na preparação e actuação do movimento, porque não era um oficial bem aceite pelos seus pares do Exército devido ao seu republicanismo, pois pretendia acabar com o domínio do Partido Democrático na vida política do País, mas manter a Constituição e a partidarização do sistema.

- Bernardino Machado entregou a chefia do Governo a Mendes Cabeçadas para impedir a anarquia político-social do sistema.